



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS - GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



VÂNIA PIMENTEL SILVA

CONTRIBUIÇÕES DA LEI N.º 13.185/2015 PARA A PREVENÇÃO DO BULLYING:

**Um estudo no Centro de Ensino Professor
Antenor Bogéa em Matões do Norte-MA**

BULLYING

SÃO LUÍS
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)

VÂNIA PIMENTEL SILVA

CONTRIBUIÇÕES DA LEI Nº 13.185/2015 PARA A PREVENÇÃO DO BULLYING:

Um estudo no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte-MA

São Luís

2024

VÂNIA PIMENTEL SILVA

CONTRIBUIÇÕES DA LEI Nº 13.185/2015 PARA A PREVENÇÃO DO BULLYING:

Um estudo no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte-MA

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), da Universidade Federal do Maranhão, na área de concentração: Ensino de Sociologia (Ensino Médio), como requisito obrigatório para receber o título de Mestre em Educação-Gestão do Ensino da Educação Básica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Rodrigues Galve

São Luís –MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pimentel Silva, Vânia.

CONTRIBUIÇÕES DA LEI Nº 13.185/2015 PARA A PREVENÇÃO DO
BULLYING: : um estudo no Centro de Ensino Professor
Antenor Bogéa em Matões do Norte-MA / Vânia Pimentel
Silva. - 2024.

143 p.

Orientador(a): Fernanda Rodrigues Galve.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Gestão de Ensino da Educação Básica/ccso, Universidade
Federal do Maranhão, São Luis, 2024.

1. Lei Nº 13.185/2015. 2. Prevenção. 3. Bullying. 4.
. 5. . I. Rodrigues Galve, Fernanda. II. Título.

VÂNIA PIMENTEL SILVA

O ENSINO DE ARTE E A PREVENÇÃO DO BULLYING: Um estudo no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte-MA.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Fernanda Rodrigues Galve (Orientadora)
Doutora em História (PPGEEB-UFMA)

Prof.^a Dra. Maira Tereza Gonçalves Rocha - 1º Examinador
Doutora em Informática da Educação (PPGEEB-UFMA)

Prof. Dr. Jurandir Eduardo Pereira Junior - 2º Examinador
Doutor em Teatro (PGAC/UFMA)

Prof.^a Dra. Francisca Moraes da Silveira - 1º Suplente
Doutora em Psicologia (DPSI-UFMA)

Prof. Dr. Thiago Lima dos Santos - 2º Suplente
Doutor em Ciências Sociais (COLUN – UFMA)

AGRADECIMENTOS

A Deus pela coragem e perseverança que tem dado ao longo desse processo. Aos meus familiares e amigos o incentivo, companheirismo e força sempre.

À minha orientadora Profa. Dr^a. Fernanda Rodrigues Galve, por todos os conselhos, orientação para o meu desenvolvimento acadêmico.

A todos e todas que compõem a turma 2021: professores, colegas e profissionais da secretaria deste Programa.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para concluir essa etapa de fundamental importância para o crescimento profissional.

A escola não pode ser uma preparação para a
vida, mas sim a própria vida.

John Dewey (1859-1952)

RESUMO

Esta pesquisa verificou como promover a partir do ensino de Arte e Sociologia ações preventivas à prática do *bullying*, considerando a Lei nº 13.185/2015, para elaboração de um Caderno de Orientações Pedagógicas com orientações didáticas para os professores do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa no município de Matões do Norte - MA. Para atingir tal objetivo analisamos o Documento Curricular do Território Maranhense (2022), o Projeto Político Pedagógico (2022), planos anuais de conteúdos de Arte e Sociologia (2023), Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte (2000), a Base Nacional Curricular Comum (2017), a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de nº9393/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2018), com o intuito de assegurar ações para a prevenção de situações de *bullying* nessa escola. A construção desse texto dissertativo inicia discorrendo sobre as legislações federais, estaduais e municipais que tratam e amparam o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo território brasileiro. Na sequência, destacou a composição do currículo de Arte, a partir do referencial baseado em Subtil (2012), Barbosa (2010; 2014; 2017), Gabriel; Martins (2020), Richter, (2012), enquanto ao currículo de Sociologia considerou-se os pesquisadores Machado (1987), Wieczorkiewicz (2022), Caregnato; Cordeiro (2014), Jinkings (2007), Sarandy (2004), Lahire (2014), para aferir a importância, a contribuição e como se desenvolve no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa, na perspectiva de apresentar estratégias pedagógicas curriculares para a prevenção do *bullying*. Em continuidade, o texto a pesquisa no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa apresentando a caracterização da escola, o caminho metodológico, a análise e interpretação dos dados e o Produto Educacional. Quanto aos instrumentos de coleta de dados foram as entrevistas estruturadas, observações, pesquisa documental e questionários. Para análise e interpretação dos dados optamos pela representação gráfica, a partir da construção de quadros e gráficos. Neste processo da pesquisa, recorreu-se principalmente aos estudos de Fante (2005), Sousa (2021), Silva (2010), Caputi e Silva (2020), Pereira (2020), Alkimin e Nascimento (2010), Tessaro e Trevisol (2020), Minayo (2001), Gil (2011), Damiani (2012), Triviños (2006), Gressler (2003), dentre outros.

Palavras- Chave: *Bullying*. Prevenção. Arte. Sociologia. Professores.

ABSTRACT

This research verified how to promote, from the teaching of Art and Sociology, preventive actions against the practice of bullying, considering Law nº 13,185/2015, to prepare a Pedagogical Guidelines Booklet with didactic guidelines for teachers at the Professor Antenor Bogéa Teaching Center in municipality of Matões do Norte - MA. To achieve this objective, we analyzed the Maranhense Territory Curriculum Document (2022), the pedagogical political project (2022), annual content plans for Art and Sociology (2023), National Curricular Parameters – Art (2000), the Common National Curricular Base (2017), the National Education Guidelines and Base Law of No. 9393/96, the National Curricular Guidelines for Basic Education (2018), with the aim of ensuring actions to prevent bullying situations in this school. The construction of this dissertation text begins by discussing the federal, state and municipal legislation that addresses and supports the Program to Combat Systematic Intimidation (Bullying) throughout Brazilian territory. Next, he highlighted the composition of the Art curriculum, based on the framework based on Subtil (2012), Barbosa (2010; 2014; 2017), Gabriel; Martins (2020), Richter, (2012), while the Sociology curriculum was considered by researchers Machado (1987), Wiczorkiewicz (2022), Caregnato; Cordeiro (2014), Jinkings (2007), Sarandy (2004), Lahire (2014), to assess the importance, contribution and how it develops at the Professor Antenor Bogéa Teaching Center, with a view to presenting curricular pedagogical strategies for the prevention of bullying. The data collection instruments were structured interviews, observations, documentary research and questionnaires. For data analysis and interpretation, we opted for graphical representation, based on the construction of tables and graphs. In this research process, we mainly used the studies of Fante (2005), Sousa (2021), Silva (2010), Caputi and Silva (2020), Pereira (2020), Alkimin and Nascimento (2010), Tessaro and Trevisol (2020), Minayo (2001), Gil (2011), Damiani (2012), Triviños (2006), Gressler (2003), among others.

Keywords: Bullying. Prevention. Art. Sociology. Teachers.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Objetivos específicos de Arte, segundo o PPP/2022.....	49
FIGURA 2: Objetivos específicos de Sociologia, segundo o PPP/2022.	50
FIGURA 3: Capa do material Linguagem e suas tecnologias	52
FIGURA 4: Capa do material Ciências Humanas Sociais e Aplicadas	52
FIGURA 5: Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa (CEPAB - Anexo II)	54
FIGURA 6: Localização do município de Matões do Norte no Maranhão.	56
FIGURA 7: Alunos participando da aplicação do instrumento questionário	75
FIGURA 8: Capa do Produto educacional	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

QUADRO 1: Tipos de <i>Bullying</i> – Lei n.13185/2015.....	22
QUADRO 2 – Dependências da Escola.....	55
QUADRO 3 – Servidores da Escola.....	55
QUADRO 4 - Qual sua percepção sobre o <i>bullying</i> no âmbito escolar?	66
QUADRO 5 - Em quais espaços da escola, os casos de <i>bullying</i> costumam ser praticados?	67
QUADRO 6 - Como você age diante de uma situação de <i>bullying</i> nesse ambiente educacional?.....	68
QUADRO 7 - O que você conhece a legislação a Lei 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática?	69
QUADRO 8 - Para enfrentar as situações de <i>bullying</i> , o que você necessita/precisa? Onde busca ajuda?	71
QUADRO 9 - Já participou de alguma formação continuada sobre essa temática? Quando? Onde? Quem promoveu?	71
QUADRO 10 - Como as famílias participam desse processo de identificação e de solução de situações de <i>bullying</i> na escola?.....	72
QUADRO 11 - A escola conta com apoio do profissional psicólogo?	72
QUADRO 12 - Você desenvolveu alguma prática didática em relação a prevenção ou combate ao <i>bullying</i> na escola?	73
QUADRO 13 - Você acredita que a Arte e a Sociologia podem colaborar com a prevenção ou combate ao <i>bullying</i> na escola?.....	74
QUADRO 14 - Qual a prática você sofreu?	78

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Quanto à sua opção sexual.....	76
GRÁFICO 2 - Quanto a sua etnia como se identifica?	76
GRÁFICO 3 - Você se sente seguro no Centro de Ensino Professor Antenor Bógea?.....	79

GRÁFICO 4 - Você sofreu alguma prática de <i>bullying</i> ?	80
GRÁFICO 5 - Na sua opinião, o que a escola pode fazer para prevenir o <i>bullying</i> ?.....	80
GRÁFICO 6 - Você já conversou com alguém sobre ser intimidado por prática de <i>bullying</i> ?	81
GRÁFICO 7 - O que os profissionais da sua escola fazem quando veem ou sabem de alguma ocorrência de <i>bullying</i> ?	82
GRÁFICO 8 - Você já praticou <i>bullying</i> ?	83
GRÁFICO 9 - Neste ano, 2023, quantos dias você perdeu a escola porque se sentiu inseguro ao comparecer à escola?.....	84
GRÁFICO 10 - Onde você acha que mais ocorre prática de <i>bullying</i> ?.....	85

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEPAB	Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PCNEM	Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio
URE	Unidade Regional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
DCTMA	Documento Curricular do Território Maranhense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A LEI 13.1185/2015 E A PREVENÇÃO DO <i>BULLYING</i> NO AMBIENTE ESCOLAR.....	20
2.1 Da Lei 13.185/2015.	20
2.2 A escola no contexto da educação para a prevenção do <i>bullying</i> perante as legislações brasileira.	27
2.3 A evolução das propostas legais e oficiais para a prevenção do <i>bullying</i> no contexto escolar brasileiro	34
3 CURRÍCULO DE ARTE E SOCIOLOGIA E A PREVENÇÃO DO <i>BULLYING</i> NO ENSINO MÉDIO	38
3.1 A importância da Arte e da Sociologia na educação básica.	38
3.2 A contribuição da Arte e da Sociologia para a prevenção do <i>bullying</i>.....	45
3.3 O ensino de Arte e Sociologia no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa.	48
4 A PESQUISA NO CENTRO DE ENSINO PROFESSOR ANTENOR BOGÉA.....	54
4.1 Caracterização da Escola.	54
4.2 Caminho Metodológico	57
4.3 Análise e interpretação dos dados	75
4.3.1 – Momento de Observação.....	64
4.3.2 – Com a palavra docentes, coordenação pedagógica e gestão escolar do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa	65
4.3.3 – Com a palavra os discentes do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa.....	75
4.4 O Produto Educacional da Pesquisa.....	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES	99
Apêndice - A Entrevista com os professores.....	99
Apêndice - B Questionário com alunos.....	100
Apêndice - E Produto: Caderno de Orientações Pedagógicas.....	101
ANEXOS	103

Anexo - A Carta de apresentação para concessão de pesquisa de campo	104
--	------------

1 INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa compreende a promoção do ensino de Arte mediado por ações preventivas à prática do *bullying*, considerando a regência da Lei nº 13.185/2015, a partir de propostas pedagógicas alinhadas aos conteúdos dos componentes curriculares de Arte e Sociologia. Esse estudo foi desenvolvido no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa. Essa escola compõe a rede estadual de ensino do Maranhão, pertencendo atualmente à Unidade Regional de Educação (URE) de Itapecuru-Mirim para fomentar o Ensino Médio no município de Matões do Norte. Uma escola rural, localizada no Povoado Pedras, a 40 km da zona urbana. O termo *bullying* surge da palavra *bully* de origem inglesa, que traduzida para o português significa “valentão”, “brigão”, “intimidador”, utilizado para fazer referência a quem pratica o *bullying*, aponta Fante (2005). Diversos países, como Brasil, adotaram essa palavra para traduzir comportamentos de cunho agressivos e antissociais que se caracterizam como intencionais e repetitivos. Na maioria das vezes, de acordo com Oliveira (2015), o *bullying* acontece como “brincadeirinhas de mau gosto” recorrentes, como chamar um colega de feio, gordo, magrelo, baleia, preto, cabelo de fuá, burro e outras nomeações ou xingamentos.

Essas atitudes feitas com a intenção de ofender, humilhar e perseguir estão cada vez mais presentes no cotidiano do ambiente escolar. Para Santos e Souza (2013), práticas como essas podem trazer sérias consequências para as vítimas, seja no aspecto afetivo ou na aprendizagem em geral. Segundo Fante (2005), essas manifestações violentas, agressivas são realizadas de forma voluntária e ocorrem sem motivação evidente, geralmente são adotadas por um ou mais estudantes/agressores contra outros, causam dor, angústia, sofrimento, exclusão e discriminação numa relação desigual de poder entre os envolvidos, entretanto a vítima apresenta maior dificuldade de se defender.

A razão da escolha pela referida temática se deve ao fato da pesquisadora ser graduada em Artes Visuais pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA) bem como pela experiência de lecionar os conteúdos do componente curricular Sociologia na Educação Básica. Aliado à minha formação acadêmica e experiência profissional, há décadas venho me deparando com atos discriminatórios e preconceituosos no ambiente escolar.

Acrescentamos que o interesse por esse tema advém da experiência docente, das frequentes inquietações sobre os problemas de conduta e de aprendizagem dos alunos e por nos depararmos com constantes situações trágicas em escolas ocasionadas por esse tipo violência desencadeados pelo *bullying*, muitas vezes silenciosas.

Nesse sentido, buscamos estudos que comprovem o desencadeamento da prática de bullying no ambiente escolar. Diante dos resultados da busca, um dos trabalhos levantados foi realizado em 2011, pela Plan Brasil¹ que por sua vez, apresentou os resultados da pesquisa “*Bullying no Ambiente Escolar*” desenvolvida em 2009, cujo objetivo era analisar a situação de condutas agressivas nas relações entre os alunos dentro das escolas. Participaram desta pesquisa, estudantes de 25 escolas de todo o Brasil. Para representar a região foram selecionadas três instituições localizadas em diferentes municípios do Maranhão: Codó, Timbiras e São Luís. O encerramento do estudo revelou a existência das práticas de *bullying* nas escolas maranhenses participantes sendo que uma média de 15% dos estudantes afirmou que já sofreu algum tipo de agressão, e aproximadamente 40% dos discentes afirma ter presenciado um ou dois colegas sofrerem maus tratos por outros. Nesta pesquisa o Maranhão ocupava o 5º lugar apresentando os menores índices neste campo de violência.

Entretanto, estudos realizados por Gomes, Viana, Rosa (2017), apontam que em 2011 os casos de *bullying* nas escolas maranhenses já alcançavam novas proporções, a exemplo do caso de suicídio do jovem Cecil em decorrência das práticas violentas. Esse crescimento em escala crescente aparece também na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) desenvolvida em 2019 com estudantes de 13 a 17 anos, para investigar fatores de risco e proteção para a saúde nos diversos aspectos da vida, como os hábitos de vida e cuidados. Os dados foram analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e demonstra que no Maranhão, naquele ano, 1 em cada 5 estudantes (20,1%) responderam já ter sido agredido por condutas caracterizadas por *bullying*. Esse mesmo estudo aponta outro dado relevante: uma proporção superior (24%) foi relatada por meninas, enquanto os meninos relataram um valor inferior somando apenas (16,3%).

Porém, diante dos dados observa-se que ainda não existe uma proposta pedagógica para professores e alunos quando se trata da violência escolar, em especial aos diferentes tipos de *bullying*, palavras muitas vezes pronunciadas pelos próprios alunos. Para muitos, o significado desse termo é desconhecido, assim como falta conhecimento acerca da Lei nº 13.185/2015, inclusive por parte de alguns professores. Através dessa proposta de pesquisa, foi possível analisar como o Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa (CEPAB), aplica em seu plano de ação anual projetos pedagógicos voltados para a prevenção do *bullying*. Diante da análise

¹ A Plan International chegou ao Brasil em 1997. A Plan International é uma organização humanitária, não governamental e sem fins lucrativos, que promove os direitos das crianças e a igualdade para as meninas. Como dispõe o site institucional: <https://plan.org.br/nossa-historia/>. Acessado em 05 de março de 2023.

propomos ações pedagógicas interdisciplinares direcionadas pelos conhecimentos e práticas didáticas que compõem o ensino da Arte e da Sociologia.

Diante do exposto, essa pesquisa apresentou a seguinte pergunta norteadora: De que maneira os professores de Arte e Sociologia desenvolvem ações de prevenção do *bullying*, considerando a Lei nº 13.185/2015 para os estudantes do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte – Maranhão?

Ainda, destacamos outros questionamentos formulados a partir da questão principal proposta acima:

- Quais as definições os professores de Arte e Sociologia conhecem sobre o *bullying*?
- De que forma os professores de Arte e Sociologia e gestores têm atuado com o intuito de prevenir situações de *bullying* na escola?
- Como promover uma ação pedagógica para os professores do ensino médio, priorizando o ensino da Arte na prevenção do *bullying* segundo a Lei nº 13.185/2015?
- Quais dados desta pesquisa poderão colaborar com a criação de Caderno de Orientações Didáticas com práticas pedagógicas para os professores de Arte e Sociologia desenvolverem ações para a prevenção do *bullying*, de acordo a Lei nº 13.185/2015 no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte – Maranhão?

Com base nos princípios de uma pesquisa de caráter qualitativa, foram selecionados como sujeitos, professores de Arte e de Sociologia, do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa. Esta pesquisa teve como objetivo geral, promover o ensino de Arte e Sociologia com ações preventivas à prática do *bullying*, considerando a Lei nº 13.185/2015, para elaboração de um Caderno de Orientações Didáticas com práticas pedagógicas para o Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa no município de Matões do Norte - MA. A partir desde, apresentamos os seguintes objetivos específicos:

- Verificar através de entrevistas estruturadas as intervenções dos professores de Arte e Sociologia do ensino médio sobre o *bullying* em aspectos gerais;
- Analisar os planos anuais de conteúdos de Arte e Sociologia do ensino médio com o intuito de verificar a existências de ações para a prevenção de situações de *bullying* na escola;
- Elaborar para os professores do ensino médio um Caderno de Orientações Didáticas com práticas pedagógicas direcionadas ao ensino de Arte e Sociologia no apoio à prevenção do *bullying* de acordo a Lei nº 13.185/2015 para o Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte – Maranhão.

Diante dos objetivos traçados buscamos o referencial teórico e as legislações para fundamentar nossa proposta de estudo e aprender sobre os comportamentos e atitudes agressivas como manifestações que caracterizam o *bullying*. Essa prática tem-se mostrado um problema crescente nas escolas brasileiras, com cerca de um terço dos alunos envolvidos seja como agressor ou como vítima (Malta, 2010) com apresentação de comportamentos agressivos, ofensivos, repetitivos e frequentes, perpetrado por uma pessoa ou grupo contra outra pessoa ou grupo, com a intenção de ferir ou humilhar, em uma relação desigual de poder (Olweus, 1993; Lopes Neto, 2005). Levando em consideração a escola como ambiente social e responsável pela formação desses cidadãos em formação básica, reconhecemos a importância de tornar conhecido o assunto *bullying* nesse espaço de modo que todos possam entender como lidar com a prevenção desses atos violentos.

Na realidade escolar, ou mesmo nos espaços domésticos crianças adolescentes podem apresentar problemas tanto externalizantes, caracterizados por atitudes marcadas por hiperatividade, impulsividades, agressão, transtornos de desafio/oposição e condutas antissociais (D'abreu; Marturano, 2010), quanto internalizantes, indicando sintomas de ansiedade e depressão (Picado Rose, 2009). A exposição a esses fatores, sobretudo entre populações economicamente menos favorecidas, aumenta o risco desses indivíduos desenvolverem desregulação emocional, menor habilidade social, redução no envolvimento familiar com a escola e maiores problemas de conduta, o que pode representar maior ameaça ao desempenho escolar (Webster-Stratton; Reid; Stoolmiller, 2008). Dessa forma, impacta na redução nos anos de estudo desses estudantes, colabora com a formação de adultos menos qualificados para as diferentes relações sociais.

Por essa razão, intervenções que visam prevenir e reduzir o comportamento agressivo no ambiente escolar são de fundamental importância para o enfrentamento desse problema social. Estudos desenvolvidos por Villela (2016) apontam que esse formato de intervenções vem sendo executado com êxito ao combate de *bullying*, no continente europeu, principalmente na Finlândia e na Grã-Bretanha; os Estados Unidos também têm alcançado resultados significativos. Contudo, poucas são aquelas que chegam ao domínio público educacional e, menos ainda, que são adaptáveis à realidade das escolas públicas brasileiras.

Desse modo, é necessário compreender a Lei nº 13.185/2015 para aplicá-la na prevenção e no combate ao *bullying* no ambiente escolar. Importante ressaltar que a lei a ser estudada nesta proposta de pesquisa foi aprovada em novembro de 2015, considerada um marco jurídico de combate ao *bullying*, sendo a primeira lei nacional para essa questão social e constitui no § 1º:

No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Dessa forma, a Lei nº 13.185/2015, apresenta-se como programa de enfrentamento, dentro da dinâmica do Ministério da Educação e Cultura (MEC), elaborada e sancionada para ajudar os sistemas de ensino estaduais e municipais, a combater de forma efetiva, essa problemática presente em diversos níveis da sociedade. Diante desta proposição e a partir da análise do estudo no CEPAB, pretende-se contribuir com a reflexão sobre a prática de *bullying* na comunidade escolar.

No Brasil os processos judiciais envolvendo *bullying*, até o ano de 2015, eram regidos pelas legislações nacionais a saber: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sancionado pela Lei Nº 8.069/1990, Constituição Federal de 1988, Código de Defesa do Consumidor (estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social) que responsabiliza a escola pela segurança dos alunos. Até esse período 40% dos estudantes da educação sofrem com atos violentos, principalmente com as condutas de difamação, exclusão e agressões físicas.

Por isso, alguns estados buscaram elaborar leis próprias como respaldo para essas situações de violência. O estado do Maranhão foi o pioneiro ao promulgar sua primeira legislação sobre a temática em estudo, a Lei N.º 9.297/2010. Ela dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao *bullying* escolar e desenvolvimento de atividades promotoras da cultura de paz nas escolas (Maranhão, 2010). A segunda Lei Nº 10.909/2018, sancionada mais recentemente, após a promulgação da Lei Federal Nº 13.185/2015, institui a Semana de Conscientização sobre a Importância do Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*), que recebe reforço a Lei nº 11.049/2019. A última passa a exigir a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate, a todos os tipos de violência, especialmente à prática do *bullying* nas instituições educacionais de todo o Estado.

A legislação sancionada em 2015, a Lei nº 13.185/2015 caracteriza claramente as situações de intimidação física, psicológica e moral que podem ser consideradas *bullying*. Além disso, ela aponta os diferentes comportamentos que podem ser classificados como: verbal, moral, sexual, psicológico, físico e virtual. Essa legislação federal, sugere que as escolas trabalhem com a prevenção desse problema social. Nessa perspectiva, é importante implementar de forma efetiva o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*),

pois este está fundamentado nas ações do Ministério da Educação e dever promover parcerias com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos voltados à questão da violência.

A violência na escola e o comportamento de *bullying* estão entre as principais causas de evasão escolar ou de trocas frequentes de escola (Townsend; Flisher, 2008). A violência em geral, assim como no ambiente escolar, é multicausal e, exatamente por esse motivo, difícil de ser controlada. Isso gera desestímulo e frustração àqueles que se veem obrigados a enfrentar diariamente situações de violência, sejam professores, sejam alunos, entretanto a maioria dos profissionais atuantes na educação não estão preparados para lidar com esse problema.

O desenvolvimento dessa pesquisa apresenta resultados que apontam para a baixa existência de ações pautadas na prevenção e combate ao *bullying* no ambiente escolar. Um contexto vivenciado por mim, enquanto docente na maioria das escolas por onde tive oportunidade de lecionar, a ineficiência da promoção de projetos com propostas pedagógicas permanentes e, até mesmo desconhecimento da referida legislação específica de combate à intimidação sistemática (*bullying*) no ambiente escolar pela maioria dos profissionais da educação. Nesse sentido, essa pesquisa buscou oportunizar aos docentes de Arte e de Sociologia práticas pedagógicas que colaborem com a atuação destes em sala de aula, em relação à prevenção do bullying por meio da elaboração do Produto Caderno de Orientações Didáticas que ficará à disposição da escola.

O *bullying* é uma temática universal e permite exploração nos diferentes componentes curriculares do ensino regular. No município de Matões do Norte, o Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa, localizado no centro urbano, já vem desenvolvendo, desde 2015, um projeto interdisciplinar: Pérola Negra. Este é direcionado pelos componentes curriculares História e Sociologia e tem como objetivo abordar a questão do preconceito racial. O projeto, por sua vez, envolve todos os estudantes de forma efetiva e culmina com uma apresentação do tema no formato de dramatização no pátio da unidade escolar. Percebe-se, ao longo do seu desenvolvimento, o empenho dos alunos através das propostas pedagógicas que tem como componentes a produção textual, oficina de desenhos, teatro, desfile e outras formas artísticas e lúdicas de demonstrar o engajamento dos alunos em querer participar de alguma forma.

Os componentes curriculares, Arte e Sociologia apresentam relações bastante comuns, tais como: espaço para o debate entre os estudantes, buscam compreender e questionar as suas existências no mundo das relações e das ações sociais da sociedade contemporânea. Essa sociedade de múltiplas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais tem discussões, o debate, principalmente quando mediado que se torna fundamental por permitir aos estudantes

maior consciência de seus direitos e deveres enquanto cidadãos, além de provocar reflexão acerca da sua inserção no mundo do trabalho.

O ensino de Arte, vai além de aulas de pintura e de desenho na medida em que está presente na música, no cinema, na TV, na publicidade, na arquitetura e em muitas outras manifestações artísticas. O ensino de Sociologia, segundo Guadagnin (2018, p. 4), busca questionar os diferentes contextos e temporalidades “de forma reflexiva e crítica, incentiva os jovens a serem mais participativos e atuantes na sociedade buscando melhorias para o meio em que vivem”. Logo, propostas pedagógicas alinhadas aos dois componentes curriculares podem promover intervenções positivas quanto a prevenção e a manifestação de *bullying*.

Discernimos que todas as linguagens artísticas assim como os debates sobre as realidades distintas, podem ser exploradas com criatividade pelo professor no processo de construção do conhecimento e da cidadania. Dessa forma, proporcionará ferramentas potentes para serem utilizadas na prevenção do *bullying* e em ações preventivas úteis aos alunos participantes da pesquisa.

Durante a realização desta pesquisa, foi desenvolvido um produto no formato de Caderno de Orientações Didáticas com objetivo de orientar os professores de Arte e Sociologia para a ampliação do entendimento dessa problemática social no espaço escolar. Esse produto funcionará também como suporte teórico e metodológico para discutir e apresentar alternativas e esclarecimentos para a prevenção deste problema. O Caderno de Orientações Didáticas integra conteúdos teóricos e propostas pedagógicas possibilitando a aproximação entre a produção científica, a aprendizagem e a inovação para o Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa - CEPAB. Deste modo, esse material pode favorecer o aprendizado de novas possibilidades de debate e pesquisa na tentativa de promover a relação de prevenção a violência na escola e o desenvolvimento social do aluno.

A dissertação está organizada em quatro seções que serão apresentadas a seguir: seção 1, intitulada de *Introdução*, contém a apresentação e a justificativa da escolha do tema, bem como do nosso objeto de investigação, a nossa questão norteadora, os objetivos: geral e específicos, as contribuições da pesquisa para o campo acadêmico e para a sociedade em geral e o anúncio das seções que farão parte dessa proposta.

A seção 2, com título *A Lei 13.1185/2015 e a prevenção do bullying no ambiente escolar*, apresenta uma discussão em torno das legislações federais, estaduais e municipais que tratam e amparam o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) instituído pela Lei de Nº 13.185/2015, em todo território brasileiro, consultando também diferentes legislações, documentos oficiais e legais como instrumentos preventivos no âmbito da

conscientização e do enfrentamento às práticas de *bullying* no ambiente escolar. Para fundamentar nosso texto referenciamos os estudos baseados no Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) instituído pela Lei de Nº 13.185/2015, na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sancionado pela Lei Nº 8.069/1990, as legislações maranhenses: Lei N.º 9.297/2010, Lei Nº 10.909/2018, e a Lei nº11.049/2019. Outros estudiosos também fundamentaram nossa discussão como Fante (2005), Sousa (2021), Silva (2010), Caputi e Silva (2020), Pereira (2020), Alkimin e Nascimento (2010), Tessaro e Trevisol (2020).

A seção 3, com título *Currículo de Arte e Sociologia e a prevenção do bullying no ensino médio*. Está seção apresenta a importância da Arte e da Sociologia no currículo da educação básica e conta também com a contribuição da Arte e da Sociologia para a prevenção do *bullying*; trata ainda do ensino de Arte e Sociologia no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa. Para embasar essa discussão contamos com repertório teórico de como Pacheco (2005), Silva (2015), Barbosa (2017), Subtil (2012), Iavelberg (2014), Wieczorkiewicz (2022), Machado (1987), Jinkings (2007), Fante (2012), Sousa (2021), Mello (2018), dentre outros, além dos documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, O Documento Curricular do Território Maranhense (2022), Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM) e outras legislações.

A seção 4, intitulada *A pesquisa no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa* - Nesta seção tratamos sobre os passos da pesquisa e os fundamentos teórico-metodológicos adotados especificando os procedimentos assumidos, o local da pesquisa, os sujeitos da pesquisa que foram alunos, professores de Arte e Sociologia e, gestão escolar, instrumentos de coletas de dados, formas de análise e interpretação dos dados coletados e a caracterização do produto, onde utilizamos autores como Minayo (2001), Gil (2011), Damiani (2012), Triviños (2006), Gressler (2003), Rampazzo (2005) e Sabiote (2016). Para finalizar, a última seção, apresenta as *Considerações finais* na qual são retomados os questionamentos e objetivos dessa pesquisa, destacando breve síntese do que foi abordado e dos resultados obtidos, salientando sua importância para a Educação Básica, além de sinalizar os próximos passos para seguir os estudos.

Diante dessa pesquisa, reconhecemos a necessidade da escola desenvolver ações voltadas para a conscientização e prevenção do *bullying*, assim como despertar em nossos estudantes o respeito, tornando-os cidadãos conscientes e sensíveis com o próximo, fomentando relacionamentos saudáveis que compreenda a cultura de paz definida pela ONU (Organização das Nações Unidas) e que sejam capazes de conviver em sociedade exercendo a cidadania.

Dessa forma, esperamos que nossa pesquisa possa colaborar com o Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa e todos os seus anexos, de modo a somar com a Educação Básica Brasileira no enfrentamento de prevenção às práticas de bullying.

2 A LEI 13.1185/2015 E A PREVENÇÃO DO *BULLYING* NO AMBIENTE ESCOLAR

2.1 Da Lei 13.185/2015

Entendemos a importância de conhecer e compreender a regência da Lei nº 13.185/2015, assim como todos os seus amparos legais, de modo que o campo investigado, possa apresentar condições sólidas para a promoção do ensino de Arte e Sociologia mediado por ações preventivas à prática do *bullying*, considerando as características peculiares do ambiente de aprendizagem e dos sujeitos.

Foi sancionada em 6 de novembro de 2015, a Lei de Nº 13.185, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) em todo território brasileiro (BRASIL, 2015). Essa legislação soma-se a outros instrumentos preventivos no âmbito da conscientização e do enfrentamento às práticas de *bullying* no ambiente escolar, sendo a primeira com essa finalidade.

Segundo Pereira (2020), é importante ressaltar que a elaboração da mesma possui respaldo bastante abrangente sobre a problemática, presente em diferentes contextos e territórios, inclusive a nível internacional como apontam os estudos e os documentos oficiais.

Dessa forma, torna-se necessário localizar os encaminhamentos oficiais que sustentam as ações preventivas para o combate à prática da intimidação sistemática nas escolas e em toda a sociedade.

Dentre eles, a nível internacional, destacamos a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (1989), a Convenção Universal dos Direitos Humanos (1948). Quanto ao território nacional, os embasamentos estão presentes na própria Constituição Federal Brasileira (1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente, disposto na Lei nº 8069 de 1990 e outras legislações.

Contamos também com as leis estaduais e municipais, onde o Maranhão está entre os pioneiros, como recorte dispomos da Lei nº 9.297 aprovada em 17 de novembro de 2010. Ela inclui medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao *bullying* escolar no projeto pedagógico elaborado pelas instituições de ensino públicas e particulares do Estado. Nesse contexto, conta ainda com a Lei Nº 10.909/2018, sancionada mais recente, que por sua vez recebe reforço da Lei nº 11.049/2019, todas com propósitos de prevenir e combater situações de violência nas instituições educacionais maranhenses.

Apesar de todas essas legislações estarem disponíveis, exigirem conhecimento e excursão, notamos elevada deficiência na aplicabilidade delas nas propostas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais atuantes na Educação Básica.

Nesse sentido, Sousa (2021), destaca a evidência do conteúdo e importância da lei federal, enquanto norma que especifica as situações de agressão física, psicológica e moral consideradas bullying que ocorrem em diferentes contextos, sem motivação entre os envolvidos.

A Lei Nº 13.185/2015, no corpo dos seus oito artigos caracteriza, reconhece e orienta escolas nas diferentes esferas, a promoverem medidas que visem a conscientização, a prevenção e o combate a qualquer tipo de violência, com destaque para as práticas de intimidação sistemática que atinge os espaços educacionais. A mesma, apresenta a definição de *bullying*, no artigo. 1º, § 1º:

[...] todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (Brasil, 2015).

Por isso, evidenciamos a necessidade de reconhecer nas ações praticadas entre os jovens, aquelas práticas que se caracterizam como *bullying*, a partir do conhecimento e do entendimento pedagógico e legal, ultrapassando o senso comum ainda muito frequente para enfrentar essa problemática.

No artigo 2º a referida lei esclarece a caracterização de intimidação sistemática (*bullying*) na presença de violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação, discriminação, assim também quando ocorre ataques físicos, insultos pessoais, comentários sistemáticos e apelidos pejorativos, ameaças por quaisquer meios, grafites depreciativos, expressões preconceituosas, isolamento social consciente e premeditado, pilhérias (Brasil, 2015).

Todos os tipos de atos descritos podem estar relacionados aos ambientes educacionais do Ensino Médio exigindo prevenção e mudança dessas atitudes. Entretanto, percebemos entre os sujeitos envolvidos uma carência em reconhecer, comunicar e lidar com essas circunstâncias, para além dos muros da escola.

Portanto, destacamos outra forma de intimidação sistemática, frequentemente encontrado entre os jovens da faixa etária em estudo, está associado a rede mundial de computadores (*cyberbullying*), conforme a descrição no parágrafo único do artigo 2º desta lei:

Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial (Brasil, 2015).

Os adolescentes fomentam uma participação ativa entre eles, através dos instrumentos ligados à internet permitindo conhecer e interagir com artefatos variados, independentemente da localização onde se encontram no meio virtual. Por isso, Fante (2005) chama nossa atenção, no sentido de desenvolver um olhar mais perceptivo, pois é possível perceber que o *bullying*, visto como fenômeno manifesta ações violentas nas dependências ligadas às escolas, sejam elas internas ou externas.

Seguindo o pensamento do autor, nota-se uma urgência de se pensar estratégias amparadas por esta lei federal e de acordo com as necessidades de cada instituição educacional, para prevenir e combater por meio da conscientização as práticas de *bullying*, partindo de orientação mediada por educadores, profissionais da educação e autoridades em geral que compõe a comunidade escolar.

Aspectos relevantes devem ser levados em consideração quando nos reportamos a manifestação dessa problemática na educação, tendo em vista a diversidade de público e os diferentes formatos dos espaços. Em primeira instância, considerando os sujeitos envolvidos, principalmente as vítimas podem não entender ou mesmo não identificar como ato de violência, seja pela desinformação e sua situação cultural.

Outro aspecto, diz respeito aos espaços onde esses estabelecimentos de ensino estão localizados, apesar dos avanços tecnológicos e das diferentes modalidades de interação, a acessibilidade é incomum para grande parte da população. Isso implica diferentes limitações, entre elas a falta de conhecimento, em certos casos pode reduzir inclusive, a aproximação e a disseminação de atos violentos.

Nesse sentido, a Lei Nº 13.185/2015, no seu artigo 3º detalha as ações praticadas que podem ser classificadas como intimidação sistemática (*bullying*). Para melhor compreensão a pesquisadora Sousa (2021) estabeleceu um quadro sistematizando as oito tipologias de condutas que caracterizam tais práticas violentas nesses espaços:

Quadro 1: Tipos de *Bullying* – Lei n.13185/2015

FÍSICO	MORAL	PSICOLÓGICO	SOCIAL
Atirar objetos Bater; Beliscar; Ferir; Socar; Chutar; Espancar; Empurrar;	Caluniar; Difamar; Disseminar rumores;	Amedrontar; Aterrorizar; Chantagear; Desprezar; Dominar; Humilhar; Ignorar; Infernizar; Intimidar;	Excluir Ignorar; Isolar;

		Irritar; Manipular; Perseguir; Tirar;	
SEXUAL	VIRTUAL	VERBAL	MATERIAL
Assediar; Induzir/ou abusar; Violentar; Insinuar;	Depreciar; Enviar mensagens intrusivas da intimidade; Enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social;	Apelidar; Caçar; Fazer piada Insultar; Ofender; Xingar;	Furtar; Roubar; Destruir pertences de outrem.

Fonte: Brasil, 2015. Sousa (2021).

Vale ressaltar que o alinhamento quanto a relação destas condutas associadas às práticas referentes ao *bullying* pela referida Lei, reflete o posicionamento de pesquisadores como Fante (2005) e Silva (2010), além de outros investigadores nesse assunto. Esses comportamentos sociais têm atingido certa naturalização entre a escola e seus sujeitos em diferentes graus de gravidade.

Em consequência, podem provocar efeitos danosos, atingir variáveis nos níveis de violência, além de impactar na aprendizagem dos estudantes. Por esta razão, reconhecemos a necessidade de desenvolver propostas pedagógicas para a prevenção do *bullying* numa escola onde os atos ainda apresentam baixa relevância.

A tipologia de conduta verbal (apelidar, caçar, fazer piada, insultar, ofender, xingar) apresenta maior incidência no campo de estudo desta investigação, segundo a identificação apontada pelos docentes e profissionais da educação que compõem parte do conjunto de sujeitos participantes. Entretanto, com o desenvolvimento desse estudo em suas diferentes etapas metodológicas poderão identificar novas tipologias.

Diante deste contexto, o artigo 4º da legislação de enfrentamento ao *bullying* traça os objetivos que compõem o Programa de combate à intimidação sistemática:

- I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (*bullying*) em toda a sociedade;
- II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;
- IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;
- V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;
- VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

- VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;
- VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;
- IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (*bullying*), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar (Brasil, 2015).

Sob o contexto destes objetivos percebemos o direcionamento das ações específicas a serem desenvolvidas com os participantes do sistema educativo² e merece destaque a importância da mudança de comportamento e das práticas pedagógicas nas escolas, reconhecidas como espaços de interação social. Por isso, como releva os objetivos I, II, III (Brasil, 2015), se torna urgente a necessidade de propor ações de prevenção e combate, a partir da implementação e disseminação de campanhas de educação, que conscientize, informe e oriente sobre todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes.

Outro destaque entre os objetivos previstos no artigo 4º desta Lei, diz respeito a formação continuada com todo o corpo de profissionais que compõe o grupo pedagógico da instituição escolar reconhecendo a necessidade de: capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema (Brasil, 2015). Tendo em vista que escolas acolhem uma diversidade de discentes, que por sua vez apresentam inúmeras divergências comportamentais, emocionais podendo provocar certa amplitude e complexidade diante da problemática do *bullying*.

Por isso, torna-se necessário investir na formação do corpo pedagógico para desenvolver um olhar mais complexo quanto a criação de estratégias assertivas e humanizadas, de modo a atender as demandas de cada espaço. Nesse sentido os professores poderão cada vez mais investir em propostas pedagógicas que promovam diálogo e que “*a priori* reafirmem o poder libertador e conversor de condutas negativas em relações sadias e significativas” (Caputi; Silva, p.168, 2020).

Quanto a esse aspecto e enquanto membro do quadro de profissionais de educação que compõe o município de Matões do Norte, notamos carência elevada de formação continuada, o que gera dificuldade e torna inviável o desenvolvimento de propostas pedagógicas que possam promover a discussão, a prevenção, a orientação e a solução do problema *bullying*.

Na previsão de seus objetivos, a Lei Nº 13.185/2015 aponta três princípios no formato de objetivo que podem ser considerados grandes avanços, expressos no artigo 4º, IV, V, VII. O

² Por sistema educativo entendemos a organização e a estruturação dada, de acordo com o art. 21 da Lei Nº 9.394/96.

primeiro deles instituiu práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores, reiterando ações de sustentação, de fortalecimento para o bom desempenho da escola em diferentes aspectos, a partir da formação de pais como integrantes da comunidade escolar. Essa legislação reafirma a importância da família como responsável e como componente de sistema de educação. Atualmente, na realidade brasileira a aproximação entre família e escola se estabelece como obstáculo para enfrentar e solucionar as dificuldades e necessidades dos estudantes.

Enquanto o segundo, diz respeito a dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores, expressa a necessidade dos serviços de assistência orientados com especificidade para o campo educacional. Desse modo, reconhece a importância dessa assistência no ambiente escolar, apesar das escolas brasileiras não contarem diretamente com estes profissionais em seus espaços. Geralmente, as demandas são atendidas em rede onde os casos são encaminhados ao profissional atuante na secretaria de educação ou através de parcerias com outras secretarias competentes.

No entanto, é preciso reconhecer que existem demandas suficientes na educação brasileira para que sejam criadas políticas públicas específicas para atender essa os casos relacionados e derivados do *bullying*.

Em se tratando do município de Matões do Norte, o quadro de assistência psicológica no ano de 2022 contava com três profissionais, sendo um vinculado à Secretaria de Educação, outro que prestava atendimento via Secretaria da Saúde e o terceiro ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O terceiro objetivo considerado grande avanço expressa a necessidade de promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua (Brasil, 2015). Esse princípio quando explorado por propostas entrelaçadas aos dois apresentados anteriormente, promovem uma consequência positiva, pois busca gerar uma cultura de paz por meio da conscientização e respeito mútuo. Inclusive, a promoção da cultura de paz já está sancionada por leis específicas a nível nacional, estadual e municipal, entretanto no âmbito do território de Matões do Norte ainda não foi sancionada nenhuma lei.

Quando essas estratégias alcançam as famílias e os responsáveis com orientação conscientes, fundamentadas e embasadas por práticas condutivas, além de preventivas são consideradas abrangentes. A responsabilidade de enfrentamento ao *bullying* deve ser protagonizada por toda a sociedade, as escolas em geral não devem seras responsáveis exclusivas pela prevenção e pelo combate.

Sendo uma legislação de caracterização educativa-preventiva seu fim é mostrar os meios mais coerentes para evitar a mera punição e investir em ações de responsabilização como dispõe o Parágrafo VIII: evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil (Brasil, 2015).

Importante ressaltar que o investimento com constância em ações preventivas no ambiente escolar pode mostrar eficácia na prevenção e na redução dos diferentes níveis de violência, conforme Pereira (2020). Entretanto, torna-se fundamental planejar essas ações a partir dos problemas locais e suas particularidades com encaminhamentos e meios adequados.

Pesquisadores de áreas diversas atentam para esse fenômeno que atinge distintos territórios, apontando aspectos preocupantes quanto ao seu crescimento e, principalmente, por atingir o desempenho de escolarização. Calcula-se que em torno de 5% a 35% de crianças e adolescentes em idade escolar estão envolvidas, de alguma forma, em condutas agressivas na escola, atuando como vítimas e agressoras (Fante, 2005, p. 46).

Entretanto, reforçamos a importância de acompanhar os indícios de práticas dessas condutas criando parcerias entre os responsáveis, levando em consideração que elas podem ser observadas nos aspectos comportamentais desenvolvidos no ambiente familiar e em outros ambientes de vivência coletiva.

Segundo Silva (2010) às vítimas do *bullying* são diversas e cada indivíduo tem uma maneira de lidar com essas situações violentas por apresentarem características que lhe são únicas, resultantes de estrutura e constituição genética, além da gravidade das agressões sofridas e aumento na evasão escolar. Neste caso, destacamos que o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) reconhece a escola como espaço aberto para o diálogo que diz respeito à inclusão social, para a comunidade e suas discussões estruturais como a construção de medidas que visem a resolução de conflitos existentes.

Desse modo, a instituição educacional não se apresenta como espaço de transferência de responsabilidades, então medidas punitivas por si só, sem diálogo adequado sobre as circunstâncias que criam intimidação sistêmica, serão um esforço inadequado e ineficaz.

Além disso, compreende a função social da escola, como compromisso político-institucional que ela tem deliberadamente assumido num contexto histórico específico, sobretudo na preparação dos sujeitos para a vida em sociedade. Ressaltamos que é provável que bons resultados sejam alcançados ao iniciar os esforços de prevenção e comunicação.

2.2 A escola no contexto da educação para a prevenção do *bullying* perante as legislações brasileiras

O sistema escolar, reconhecido como social, plural, não é responsável exclusivo pela prevenção e pelo combate à Intimidação Sistemática (*bullying*). É de suma importância reconhecer a sua necessidade quanto a carência de formação continuada, inclusive relacionada a esta temática elencada aos fundamentos legais e pedagógicos. Investir em conhecimento para esse público resulta no desenvolvimento de propostas educativas com maior qualidade para a educação dos jovens.

Apesar desse problema apresentar índice de frequência elevado nestes ambientes, ainda existe dificuldade do quadro de profissionais educacionais em identificar e aplicar soluções para os casos. Por isso, torna-se necessário ter conhecimento e compreensão sobre as legislações para além da Lei Nº 13.185/2015.

Outra necessidade urgente e próspera está relacionada ao alinhamento e envolvimento das ações pedagógicas com os sistemas familiares e todos que compõem a comunidade escolar em geral. Consideramos outro ponto relevante que diz respeito à busca ou fortalecimentos de parcerias na dimensão local, estadual e nacional. Para discernir as possibilidades de parcerias é essencial conhecer sobre as legislações que amparam os direitos desses cidadãos em formação social e educacional.

Nesse sentido, partimos da legislação mais ampla em território nacional, a Constituição Federal de 1988, promulgada como um instrumento de transformação e de redemocratização social que reconhece a dignidade da pessoa humana como uma garantia fundamental e individual para os sujeitos como prevê o seu artigo primeiro (Brasil, 1988). Entende-se que todo cidadão brasileiro deve ser amparado quanto às condições mínimas e necessárias de sobrevivência entre as diversidades, viver em situação de *bullying* sem o acompanhamento adequado é estar fora desse direito.

A consolidação da dignidade da pessoa humana neste artigo é amparada ainda pela cidadania e pelos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, conforme seus incisos II e IV, respectivamente como defesa garantida de todo cidadão (Brasil, 1988). Segundo Sousa (2021, p. 43), esses “fundamentos consistem na matriz que torna explícito as valorações políticas fundamentais do legislador constituinte, em outras palavras, constituem a síntese de todas as demais normas constitucionais”. Perante a legislação de 1988, entendemos que todos os seres humanos são dignos de respeito enquanto pessoas, não podem ser prejudicados ou discriminados quanto sua existência, sua diversidade e sua individualidade.

Desta forma, devemos enquanto cidadãos e profissionais da educação compreender conceitos como dignidade da pessoa humana para que, na prática docente possamos identificar as situações em que os discentes não estão sendo atendidos quanto aos seus direitos dignos de sobrevivência.

Dentro do ordenamento pátrio a dignidade da pessoa humana é um dos pilares, que por sua vez colabora com o embasamento da ordem social, econômica e jurídica. Além disso, deve ser sempre lembrada e reconhecida como uma grande conquista para a valorização do ser humano no âmbito mundial. A dignidade humana está dissociada de precificação, possui valor intrínseco, sendo essencial para constituir o mínimo possível de vida digna para o desenvolvimento e convivência na sociedade, afirma Alkimi; Nascimento (2010). Logo, se existem casos de *bullying* entre crianças e jovens independente do contexto cultural, social, econômico ou político, significa uma produção de limitação em viver com dignidade.

Diante disso, podemos afirmar que a prática de *bullying* entre o público de adolescentes, em qualquer que seja a dimensão ou faixa etária, sem a devida atuação dos responsáveis legais, fere o princípio da dignidade humana, por se tratar de um ato de violência contra diferentes aspectos indispensáveis para manter a vida humana em pleno desenvolvimento.

Sobre o contexto escolar, à luz desse documento legislativo, destacamos a previsão do Art. 227, que trata sobre direitos e garantias às crianças e aos adolescentes:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesses aspectos, ressaltamos que de acordo com o artigo supracitado compreende-se a instituição escolar como um espaço social privilegiado para formar o cidadão. Entretanto, esse espaço divide ou pelo menos, deveria dividir tal função com o Estado, a família e a sociedade em geral, de modo a garantir a proteção integral desses sujeitos em formação.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração, diante do Art. 227 como aponta Pereira (2020), a criação de política pública específica, que somem esforços ao lado da família e da sociedade, colocando a salvo a criança e ao adolescente de toda a forma de negligência, de discriminação, de opressão e de qualquer tipo de violência. O pesquisador também ressalta que, diante da Constituição Federal de 1988, as crianças e os adolescentes, passam a figurar - se como sujeitos de direitos, devem gozar de prioridade absoluta, além de fazer jus à proteção integral.

Torna-se compreensível que a Constituição Brasileira, no que se refere a prioridade absoluta dos direitos vitais desses cidadãos em formação básica quanto o direito à educação, impõe responsabilidade como dever à família, à sociedade e ao Estado Democrático de Direito. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é outro documento legal que dispõe de estratégias legais sobre a proteção dos direitos e da dignidade. Regido pela Lei Nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990 dá outras providências sobre as garantias relacionadas “a proteção integral à criança e ao adolescente³” (Brasil, 1990). O Art. 3º desta Lei federal dispõe que,

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

A proteção integral aos direitos enunciados pelo ECA deve atender a todas as crianças e adolescentes, sem fazer qualquer tipo de julgamento de discriminação quanto a origem, a família, a idade, a orientação sexual, a raça, a crença, a condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica e social ou qualquer outra condição que venha diferenciar uma pessoa de outra no aspecto da diversidade cultural e de comunidade em que vivemos (Brasil, 1990). Diante dessa enumeração de julgamentos, reconhecemos a necessidade de conscientizar nossos estudantes e professores para prevenção da Intimidação Sistemática.

Nesse aspecto, a Lei federal Nº 8.069/1990, ampara o enfrentamento das práticas de *bullying* no ambiente escolar, dando providências para esses atos violentos entre os discentes da educação básica, nas suas diferentes faixas etárias, inclusive no Ensino Médio.

Todos os componentes curriculares podem atuar com estratégias didáticas e pedagógicas por essa temática está inserida nos temas transversais, além disso podem ser desenvolvidas por meio da interdisciplinaridade, a exemplo da Arte e da Sociologia.

Ressaltamos também, que o ECA com referência legal a Constituição Federal, delega responsabilidades conforme seus Artigo 4º e Artigo 6º, respectivamente:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a

³ O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA classifica criança e adolescente de acordo com as idades como considera o Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento (Brasil, p. 11, 2017).

Estas responsabilidades são direcionadas aos diferentes responsáveis quanto a referida proteção, com absoluta prioridade conforme o exposto, além de considerar crianças e adolescentes como seres em desenvolvimento, que pode ser orgânico, cognitivo, emocional, social, destacando a necessidade de uma equipe de profissionais multidisciplinar para trabalhar nas instituições educacionais.

O parágrafo único do Artigo 4º, enuncia quatro elementos que compreendem a garantia de prioridade com relação às pessoas em desenvolvimento: proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; tem preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; além da destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção deles (Brasil, 1990).

Mais uma vez, nota-se a previsão expressa legalmente para o enfrentamento e combate ao bullying, mas cabe à sociedade em geral, escolar e familiar exigir providências para reduzir ou mesmo erradicar os atos de violência no ambiente educacional, como sendo uma responsabilidade de todos.

Coaduna com o supracitado acima, o Artigo 5º que reforça “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). Nesse sentido, o ECA expressa a necessidade de o Estado formular e executar política pública de proteção a esse público, garantido o acesso aos direitos estabelecidos por lei, assegurando respeito, integridade física, mental, moral e o direito ao respeito.

Isso nos provoca a investigar sobre quais políticas públicas obrigatórias estão assistindo nossos adolescentes na rede municipal de ensino em Matões do Norte e averiguar como podemos colaborar com propostas educativas estimulando avanços para a qualidade de vida deles.

No entanto, é preciso deixar claro que essas medidas são necessárias. Porém em primeiro lugar torná-las conhecidas entre os entes responsáveis. Podemos identificar em ambas, que mesmo sem explicitar o termo *bullying*, tanto a Constituição Federal quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente, afirmam que o Estado, a família e a sociedade têm responsabilidade e dever de assegurar a prioridade absoluta, o direito à educação e ao acesso e permanência na escola, como aponta Pereira (2020). Segundo o autor, devemos considerar os prejuízos

causados pela Intimidação Sistemática no âmbito do desenvolvimento da aprendizagem e no aumento significativo da evasão escolar, influenciam de maneira negativa o direito à educação.

Esse contexto de prejuízos e perdas, pode ter impactado o rendimento escolar na comunidade educacional norte-matoense, levando em consideração os índices apresentados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos dez anos. Os resultados obtidos pelo município nesse período ficaram muito abaixo da média projetada. Nesta última avaliação externa vinculada ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)⁴ de 2021, Matões do Norte obteve a média 4,0 demonstrando dificuldade para atingir a projeção de 5,2 e como consequência atender evolução por um período contínuo mostrando administração educacional controversa em garantir a aprendizagem significativa para este público.

Seguindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o mesmo ainda referência outros direitos e princípios, como a prevê o artigo 16⁵, o direito à liberdade; no artigo 17 está previsto o direito à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente; o artigo 18 por sua vez, descreve o direito à dignidade, da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Além de explicitar os direitos destinados a eles, reafirma que é obrigação dos integrantes da família, dos responsáveis legais e dos agentes públicos a função tratá-los, educá-los ou protegê-los (Brasil, 1990). Essa referência nos encaminha mais uma vez para a necessidade de tornar o conhecimento acessível a todos, sem deixar dúvidas respeitando o processo de implantação para cada realidade.

Outro aspecto relevante no âmbito da nossa investigação diz respeito ao direito à educação como consta a previsão do artigo 53 que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, bem como o preparo para o exercício da cidadania, onde deve ser assegurado o acesso e a permanência na escola garantindo igualdade de condições. Inclusive, deixa explícito a participação e acesso dos familiares e ou responsáveis aos processos pedagógicos, assim também como dever de acompanhar o desenvolvimento deles.

Por isso, torna-se cada vez mais necessário investir em projetos e práticas pedagógicas que exijam constância e envolvam o diálogo no processo de ensino-aprendizagem.

⁴ Deve-se levar em consideração que o SAEB 2021 guarda particularidades em virtude do contexto educacional atípico imposto pela pandemia de covid-19. A aplicação foi estruturada para manter a comparabilidade com as edições anteriores (Brasil, 2022).

⁵ Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I - ir vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

O surgimento de programas, projetos e ações que manifestem conhecimento da realidade local, os contextos e as características dos alunos, da comunidade, das famílias, dos educadores e dos diferentes setores, tem por finalidade desenvolver, direta ou indiretamente, ações destinadas à conversão de atitudes, dando subsídios para a problematização de questões sociais (Caputi; Silva, 2020, p.167).

As ações pedagógicas devem engajar a realidade onde cada problematização precisa ser combatida, ou seja, receber o direcionamento e importância fundamental em diferentes tempos e contextos. As propostas ou programas prontos podem apresentar menor probabilidade de conversões positivas quando tratamos de resolução de questões sociais como a Intimidação Sistemática (*bullying*) no ambiente escolar.

Tessaro e Trevisol (2020) defendem a necessidade de desenvolver estratégias de enfrentamento baseadas em práticas pedagógicas dialógicas, a fim de que elas possam oportunizar a vivência de situações-problema diagnosticadas na própria escola ou na comunidade escolar. Quanto a essa estratégia, ressaltamos a função principal expressa no Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Antenor Bógea, que relaciona o respeitar e valorizar as experiências de vida dos educandos e de suas famílias. Então notamos o propósito de fortalecer a cooperação com a comunidade escolar mediante a postura humana e os valores aprendidos destacando a criticidade, a sensibilidade, a contestação social, a criatividade para formar seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro.

Outra proposta para o contexto de enfrentamento e combate, diz respeito à aplicação de diagnóstico de clima escolar defendido pelas pesquisadoras Kohl, Recchia e Steffgen (2013). O mesmo deve englobar as complexas inter-relações existentes entre os diferentes sujeitos que compõem o espaço educacional e os diferentes contextos em que esses sujeitos estão inseridos. Para as autoras pode haver implicações diretas e indiretas no sistema escolar, para tanto deve-se destacar-se considerando os determinantes sociais presentes na vida e no cotidiano das pessoas envolvidas no contexto.

Diante das previsões estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e considerações apontadas pelas pesquisas, Sousa (2021) destaca que a educação vai além dos muros da escola, que esse ambiente necessariamente deveria ser um espaço seguro, acolhedor, de aprendizagem, cooperação e amizade, entretanto, de acordo com as circunstâncias pode tornar-se um lugar hostil.

Por isso, é importante que estados e municípios elaborem deliberações em função da resolução de suas necessidades, diante das legislações nacionais. Mediante as relações de enfrentamento e combate ao *bullying*, há duas legislações no estado do Maranhão, a primeira é a Lei N.º 9.297/2010, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e

enfrentamento ao *bullying* escolar e desenvolvimento de atividades promotoras da cultura de paz nas escolas (Maranhão, 2010).

Tal inclusão, deve ser inserida no projeto pedagógico elaborado pelas diferentes instituições de ensino públicas e particulares do Maranhão, mas não trata de obrigatoriedade, e sim de uma recomendação. A segunda Lei Nº 10.909/2018, sancionada mais recente, após a promulgação da Lei Federal Nº 13.185/2015, institui nas diferentes instituições de ensino públicas e particulares do Maranhão a Semana de Conscientização sobre a Importância do Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*). De acordo com essa legislação, esse evento educacional deve ser realizado, anualmente, na última semana do mês de abril, sob responsabilidade e autonomia de cada instituição escolar junto a secretaria municipal e demais parcerias organizarem suas programações de atividades.

O Maranhão sancionou também a Lei nº11.049/2019, que por sua vez, estabelece as diretrizes para a instituição da campanha permanente de combate ao *bullying*, tanto em escolas, quanto nas instituições e órgãos públicos de todo o Estado. A mesma, passa a exigir que as instituições de ensino público promovam medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, especialmente a prática do *bullying*.

As três legislações maranhenses são consideradas processos evolutivos, considerando a Constituição Federal de 1988, em relação à primeira; e reportando a segunda ao Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*). Para tanto, os professores devem ser assistidos com formação continuada de modo que possam receber orientações didáticas pedagógicas para que promovam a prevenção do *bullying* em território estadual, no município de Matões do Norte.

Além destas legislações, outras foram homologadas em virtudes das práticas violentas reconhecidas como massacres em territórios nacional e estrangeiro, para instituir no Brasil, o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola, pela Lei nº 13.277/16.

Ainda nesse contexto, também destacamos a obrigatoriedade das escolas em promover medidas de combate a violência escolar para implementar a Cultura de Paz, alterando desta forma o artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases de Nº 13.663/1996.

Essas e outras medidas visam a promoção de estratégias que contemplem práticas de conscientização e de organização do espaço escolar para o combate à violência nas escolas, especificamente ao *bullying*. Porém apresentam urgência de participação no repertório dos professores e demais profissionais da educação na produção de propostas educativas para atender as demandas relacionadas a prática de Intimidação Sistemática (*bullying*).

2.3 A evolução das propostas legais e oficiais para a prevenção do *bullying* no contexto escolar brasileiro

A violência escolar está relacionada a variados fatores: sociais, políticos, econômicos, culturais que circulam na dinâmica da sociedade onde os adolescentes envolvidos convivem com seus grupos e familiares. Para os autores Zequinão, Medeiros, Pereira e Cardoso (2016) esses fatores integram diferentes indicadores de vulnerabilidade e intensificam o envolvimento no *bullying* no contexto escolar e seu entorno. Esses pesquisadores enumeram:

[...] escolas com excessivo número de alunos desempenho escolar deficiente e altos índices de reprovação fraca ligação com a escola; locais inseguros e pouco supervisionados; formação deficiente de professores e funcionários no que tange ao conteúdo ministrado e às habilidades em lidar com os alunos e à estrutura do próprio trabalho; alta rotatividade de professores; violência fora da escola; falta de limites e desarmonia dos lares; pobre envolvimento afetivo com os pais ou ausência de um dos pais ou ambos; baixa escolaridade dos pais; desemprego do pai e inatividade econômica da mãe; violência doméstica ou interparental; relações de desigualdade e baixo nível socioeconômico (Zequinão; Medeiros; Pereira; Cardoso, 2016, p.183).

Todas as questões apontadas por estes pesquisadores, além de outras literaturas, têm orientado a criação de legislações específicas com propósito de subsidiar a prevenção e o combate do *bullying*, principalmente nas instituições educacionais. De acordo com os apontamentos, essa problemática multifacetada envolve diferentes espaços, porém são desencadeados com frequência constante nas salas de aulas, nos pátios, nas entradas e saídas, nos corredores e vestiários, em muitas circunstâncias silenciadas.

Diante disso, os programas, os documentos e as leis norteadoras no campo educacional têm apresentado de maneira explícita e implícita orientações para desenvolver medidas educativas para esses contextos que apresentam circunstâncias violentas, porém, ressaltamos a necessidade fundamental de todos os envolvidos no processo ter conhecimento acerca do assunto, assim como das prescrições de orientação.

Nesse sentido, destacamos que esta abordagem em estudo se faz presente no recorte dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM) no eixo de Temas Transversais por tratar de conceitos e valores básicos ligados à democracia, à dignidade humana e à cidadania. Os assuntos percorridos estão transversalizados na formação dos currículos que compõem a educação básica, por isso demandam questões urgentes e presentes na contemporaneidade exigindo propostas pedagógicas expressivas e interdisciplinares, de acordo com os PCNEM (Brasil, 2000). São abordagens que constantemente apresentam alterações mediante a evolução social, cultural e histórica nos diferentes contextos territoriais.

Esses temas estão divididos em seis áreas distintas: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo, como orienta os PCNEM (Brasil, 2000). Além destas, o documento orienta que outras podem ser criadas para atender às necessidades do contexto educacional de aprendizagem.

Para desenvolver estratégias de prevenção e combate ao *bullying*, destacamos a área da Ética que compreende os temas respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade, de acordo com os PCNEM (Brasil, 2000). Esta por sua vez, possibilita criar oportunidades de práticas que fomentem o diálogo entre os discentes e os profissionais educacionais da instituição com o propósito de promover proteção e compreensão tornando conhecidas as relações e os atos violentos no contexto da escola (Silva; Borges, 2018). A promoção constante de formação continuada para estes profissionais colabora para o desenvolvimento de ações cada vez mais assertivas, em contrapartida eles precisam reconhecer a necessidade de conhecer e estar próximos de seus alunos conhecendo principalmente, as suas origens.

Esses temas possibilitam tratamento nos diferentes componentes curriculares, dentre eles, a Arte e a Sociologia. Além disso são vivenciados de maneira intensa no cotidiano das diversas camadas sociais e impactam diretamente nas estratégias de ensino e aprendizagem na Educação Básica.

Entretanto, além da escola desenvolver estratégias de identificação desses atos quando cometidos, carece também do firmamento de parceria entre os envolvidos nesse problema, a escola, os discentes e as famílias, principalmente. Reiteramos, quando tratamos discentes estamos nos referindo às vítimas e aos agressores.

Deve-se levar em consideração a previsão dada pela Constituição Federal em conformidade com os artigos 6º, 205º e 227º, quanto à garantia da educação como direito fundamental social para todos sob responsabilidade do Estado, salvos de qualquer tipo de violência. Obedecendo tais ordenamentos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, regido pela Lei n.º 8.069/1990, garante no artigo 53 direitos à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa e o preparo para o exercício da cidadania (Brasil, 1988).

Esse estatuto expressa os direitos específicos em seus incisos que devem ser assegurados pelas escolas e todas as instituições de ensino em território brasileiro como o acesso e a permanência na escola, mediante igualdade de condições e o direito de ser respeitado pelo corpo docente (Brasil, 1990). Para tanto, a escola como entidade da sociedade civil e educacional ainda precisa investir na preparação de seus profissionais e contar com um quadro funcional necessário para proporcionar planos e estratégias adequadamente para cada realidade.

Nesse sentido, Tessaro (2022) nos chama atenção para a falta de formação adequada para os profissionais atuantes na educação lidarem com as situações de *bullying* nos espaços da escola. Desse modo, nota-se ainda certa deficiência no diálogo entre escola e família, pois origina falhas nas orientações para cada caso.

A autora também destaca que o problema *bullying* e suas respectivas práticas devem ser reconhecidas não apenas sob a responsabilidade da escola e seus profissionais, pois as famílias e os estudantes precisam ter conhecimento dessas estratégias de identificação e de enfrentamento para um trabalho em conjunto. É importante salientar, que as práticas de senso comum não demonstram eficiência, por isso investir em conhecimento e parceria é tão importante.

Nesse aspecto, o parágrafo único do artigo 53 do ECA, dispõe do direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, além de participar da definição das propostas educacionais. Essa lei propõe que a escola tenha a responsabilidade de assegurar a participação desses para tratar sobre as medidas que garantam o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Diante das circunstâncias reais tratadas no campo educacional essa proposta é outro desafio enfrentado pelos profissionais da área, mas que precisa ganhar projeção em prol dos estudantes da educação básica. As escolas devem traçar metas e propostas em seus Projetos Políticos Pedagógicos que aproximem as famílias e a comunidade do contexto escolar assegurando responsabilidades e parcerias em constância.

O amparo legal, norteador sofre alterações constantemente, mas é notório também que as instituições educacionais ainda carecem de planejamento de suas ações, bem como de investimento em conhecimento nessa área para que possa firmar parcerias entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais, com o objetivo de implementar programas de erradicação da violência (Brasil, 1990), inclusive nas escolas, para que possa conquistar melhor sucesso nas suas práticas pedagógicas.

As estratégias planejadas não podem ser apenas copiadas e coladas, descontextualizadas, mas assistidas e repensadas de acordo com a situação-problema e o contexto educacional com resoluções assertivas. Outro aspecto que limita as ações mais eficientes, diz respeito ao baixo número de estudos desenvolvidos nesse campo, bem como a baixa socialização de boas práticas que alcançaram sucesso, afirma Trevisol e Tessaro (2020). Por isso, destacamos a importância de desenvolver essa pesquisa na realidade maranhense em colaboração com a equipe de professores do ensino médio para elaborar um *e-book* com orientações didáticas pedagógicas para o ensino da arte no apoio a prevenção do *bullying* de

acordo a Lei nº 13.185/2015 no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte – Maranhão.

Em 2018 dois aportes legais foram aprovados e implementados com sinal de grandes mudanças; um é a mudança na LDB conforme discurremos, ou seja, a alteração referente ao seu artigo 12 e o outro diz respeito a aprovação e implementação da Base Nacional Comum Curricular para a educação brasileira; um documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas por todos os alunos ao longo da educação básica em todas as escolas públicas e privadas (Brasil, 2018). Esses documentos apontam as medidas a serem desenvolvidas pelo sistema educacional como suporte das aprendizagens essenciais, além da educação socioemocional a cada geração mais necessária e urgente.

A BNCC colabora com a prevenção ao *bullying*, a partir do desenvolvimento da educação socioemocional, presente entre as dez competências gerais: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania (Brasil, 2018). As competências consideradas estritamente socioemocionais compreendem autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania, trabalhadas em conjunto podem promover a cultura de paz exigida e necessária, além de minimizar os casos de *bullying* nas escolas brasileiras.

Deve-se levar em consideração que as escolas são responsabilizadas demasiadamente com problemas sociais como o *bullying*, entretanto, torna-se cada vez mais necessário averiguar se essa entidade tem assistência adequada do Estado para dar conta de suas demandas. Segundo (Fante, 2012, p. 91), a comunidade escolar precisa estar “ciente da existência do fenômeno e, sobretudo, das consequências advindas desse tipo de comportamento”. Por isso, é de fundamental importância a sociedade discernir a composição e as responsabilidades da escola para que as práticas de conscientização, enfrentamento, prevenção e combate ao *bullying* possam se tornar eficientes e significativas.

3 CURRÍCULO DE ARTE E SOCIOLOGIA E A PREVENÇÃO DO *BULLYING* NO ENSINO MÉDIO

3.1 A importância da Arte e da Sociologia na educação básica

Para iniciar a discursão sobre o currículo de Arte e Sociologia na educação básica, mas especificamente no ensino médio, é necessário partir do entendimento do que é currículo. Segundo Pacheco (2005), essa palavra está registrada em dicionários desde 1663 para definir um curso regular de estudos em uma universidade ou escola. Contudo, esta data ainda não a reconhece como campo de estudo no sentido de uma articulação de princípios que visam estruturar e planejar a aprendizagem no campo da educação como um todo (Lopes; Macedo, 2011). Estudos realizados por Silva (2015), apontam que surgiu pela primeira vez como objeto de estudo e pesquisa apenas na década de 1920, quando os Estados Unidos enfrentaram demandas crescentes por escolaridade impulsionadas pela intensa industrialização e movimentos de imigração vivido no país.

Nesse contexto, ampliam-se as necessidades da educação escolar e a definição do currículo que se estabelece entre diferentes estudos e posteriormente em teorias do currículo num percurso evolutivo com destaque para a tradicional, a crítica e a pós-crítica (Lopes; Macedo, 2011). Essas teorias, de acordo com Goodson (1995) diferem entre si e, por isso, orientam a diversidade de sistemas educacionais na construção de suas propostas curriculares, ou seja, a partir das quais definem os padrões para o ensino dos conteúdos que atenda cada realidade educacional.

Para sistematizar as experiências, planejar os conteúdos e conceituar a tipologia curricular de cada instituição educacional, torna-se conveniente estudar critérios de seleção, sequência e dosagem de conhecimento da cultura humana acumulada a serem desenvolvidos, em situações tanto de ensino como de aprendizagem. Dessa forma o currículo será estruturado num conjunto de conhecimentos, ideias, valores, hábitos, convicções, técnicas, recursos, artefatos, procedimentos, símbolos entre outros elementos que sejam considerados necessários para o contexto pedagógico, didático social e político do ambiente que está sendo administrado.

Para o contexto brasileiro, atualmente, se destacam três teorias: a teoria tradicional, a teoria crítica e a teoria pós-crítica. Em relação ao currículo da teoria tradicional, Macedo (2017) afirma que caracteriza-se pela relação de eficácia e eficiência, pois seu intuito busca promover uma formação baseada na neutralidade centrado no desenvolvimento de habilidades com vista de aplicação para a vida adulta e para o mercado de trabalho. Entretanto, segundo Silva (2015), esse modelo passou por contestações, a partir da década de 1970, precisando mobilizar

adaptações e ajustes, em virtude das novas identidades e movimentos sociais que eram defendidos pela teoria crítica que busca a transformação social por meio do currículo escolar.

Enquanto a terceira, a teoria pós-crítica trata sobre a ampliação em relação às dimensões culturais e políticas. Sua perspectiva está vinculada ao multiculturalismo que abrange temáticas relacionadas às diferenças de gênero, questões raciais, étnicas, religiosas, o currículo pós-crítico deve ser pautado na diversidade dos grupos culturais presentes na sociedade. (Lopes, 2013; Silva, 2015). Essas teorias podem nortear a composição curricular da educação brasileira em seus diferentes aspectos permitindo o desenvolvimento de novas proposições temáticas e contextuais que sejam necessárias e urgentes diante da situação política e social do país.

Quando tratamos do processo de institucionalização dos componentes curriculares Arte e Sociologia como parte integrante do currículo da educação básica brasileira podemos reconhecer os diferentes momentos que ambos foram inseridos e contextualizados a sua época. Por isso, faremos um breve recorte para apresentá-los de forma linear no sentido respectivo.

Pelo olhar histórico a presença da Arte na formação curricular inicia com a educação sistematizada pelos jesuítas que se mantem em desenvolvimento até o período das reformas pombalinas com forte influência europeia, quanto às práticas pedagógicas a música foi o destaque e o desenvolvimento de atividades que versavam sobre o canto e a música instrumental, não obrigatório, aponta, Subtil (2012). Porém para esse estudo faremos um recorte a partir das legislações e documentos norteadores.

A obrigatoriedade do ensino de Arte, no Brasil, se deu pela primeira vez, na década de 1970 por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1º e 2º Grau 5.692/71, conhecida também como a lei educacional da Ditadura Militar. De acordo com Vieira (2013), a presença ainda tímida já apresentava relevância, deixando mesmo uma demarcação de território para novas discussões acadêmicas e legais.

Entretanto, a autora destaca aspectos que tentaram esvaziar o sentido do ensino de Arte no currículo escolar desviando seu teor crítico e reflexivo, além disso não exigia a obrigatoriedade da formação dos professores para lecionar a atividade de Educação Artística nas escolas, ressaltando que ainda não era disciplina, mas sim uma atividade que reprimia a reprovação e que avaliava apenas a expressividade.

Como forma de avaliar as questões diversas e buscar soluções assertivas para essa área de conhecimento, na década de 1980, nos diferentes estados brasileiros foram organizadas as Associações de arte-educadores para discutir os problemas que cercavam o ensino de Arte entre a educação infantil ao ensino superior, Barbosa (2017).

Somente após duas décadas a LDB de nº 9394/96 conseguiu ser promulgada. A obrigatoriedade do ensino de Arte está prevista em seu artigo 26, para atender a Educação Básica na etapa do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Uma nova versão para o tratamento desse componente curricular “[...] o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (LDB, 1996, p. 16). Dessa forma, deve proporcionar a formação integral dos estudantes para a construção de saberes e conhecimentos quanto aos aspectos essenciais que compete a criação artística e a percepção estética das cinco linguagens artísticas: Dança, Música, Teatro e Artes Visuais.

Quanto a inclusão do componente curricular Sociologia ocorreu pela primeira vez, no Brasil, em meados de 1882, quando o atual ensino médio correspondia ao ensino secundário durante o período do Império. Segundo Wieczorkiewicz (2022) a proposta partiu de Rui Barbosa, então deputado na época, mas foi apresentada por Carlos de Carvalho que tinha interesse em propor uma reestruturação moderna do ensino:

(...) a partir de 1870, quando, num verdadeiro movimento de transformação do ideário de nossos intelectuais, ganha importância notável o pensamento científico, o conhecimento sociológico passou a despertar interesses. Esboça-se, nesta época, pela primeira vez, a tentativa de discutir, de modo mais ou menos sistemático, o desenvolvimento da sociologia entre nós. Com efeito, nesta década, fora apresentada, por Ruy Barbosa, a primeira proposta formal de institucionalização da sociologia no meio acadêmico brasileiro. (MEUCCI, 2000, p. 21).

A sugestão deste projeto era inédita diante das mudanças econômicas e sociais, que perpassava o país e, por isso, acreditava-se na transformação e inovação do ensino compostos de disciplinas orientadas por elementos de Sociologia e Direito Constitucional para a escola secundária, instrução moral e cívica, abrangendo as noções fundamentais de direito pátrio e economia política. Entretanto, segundo Machado (1987), essa proposta não obteve êxito, sua aprovação frente ao parlamento perdeu apoio dos parlamentares sendo assim desaprovada pela grande maioria.

Nesse período dos anos finais do Império, a Sociologia não conseguiu se estabelecer nas salas de aula. Sua inserção tinha como propósito, de acordo com Wieczorkiewicz (2022, p.2) “preparar as pessoas para o exercício da cidadania, com um viés para a mudança de conjuntura do país.” A tentativa permitiu abrir caminhos para novas provas diante da necessidade de capacitar os estudantes para uma participação consciente nos aspectos da vida social e política.

Uma segunda tentativa de implantação ocorre em 1891, com Benjamin Constant, logo após a Proclamação da República. Nesse período de transição, o Brasil precisava enfrentar as

novas mudanças sociais vinculadas às diferentes áreas como o trabalho assalariado e a industrialização, como destaca Wieczorkiewicz (2022). Neste mesmo ano, estudiosos positivistas criam e implantam a cátedra Sociologia e Moral no sétimo e último ano do ensino secundário, atual correspondência com ensino médio, sendo retirada do currículo, em 1901, mesmo sem efetiva implantação na educação básica.

As inconstâncias acerca desse componente curricular que tem como função “formar o cidadão consciente a partir de uma melhor compreensão lógica e dos fatores que dinamizam a realidade social” (Caregnato; Cordeiro, 2014, p. 13), mantém-se fora da obrigatoriedade do currículo escolar por aproximadamente vinte e quatro anos. Nesse intervalo são encaminhadas diferentes frentes para uma nova implantação que pudesse se desdobrar no ensino secundário para além da preparação para o ensino superior, no sentido de formar os estudantes para uma educação emancipatória.

Dessa forma, através do Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, outorgado na Reforma Rocha Vaz, a Sociologia volta a integrar o currículo da educação básica. Segundo estudos realizados por Wieczorkiewicz (p.3, 2022), a presença dessa disciplina nas salas de aulas no “processo educacional era importante instrumento de preparação das pessoas para o mercado de trabalho e o conhecimento estava direcionado para a promoção do desenvolvimento econômico”.

Entre permanência e ausência, segundo Jinkings (2007), há os investimentos intelectual nessa institucionalização, instrumentalizada pela elite dirigente que compreende a função social das ciências sociais para a sociedade como instrumento de progresso social que “orientariam a ação e contribuiriam para a integração nacional, (p.118, 2007)”. A situação mesmo sendo favorável não garante a obrigatoriedade definitiva, como aponta Cigales (2014):

Na transição dos anos 1920 para 1930, desenvolve-se um cenário propício para a institucionalização da sociologia no Brasil. No entanto, através das reformas educacionais iniciadas por Gustavo Capanema em 1942, no governo de Getúlio Vargas, a disciplina de sociologia sai da obrigatoriedade do currículo secundário e complementar[...] (Cigales, p.8, 2014).

Nota-se mais uma vez, uma reestruturação na oferta da Sociologia desvinculando a da educação básica. Do ponto de vista de Jinkings (2007), essas reformas por um lado são importantes para entender o processo de (des) continuidade quanto à implantação e permanência da Sociologia como disciplina escolar nos currículos educacionais mediante as iniciativas governamentais.

Entre os anos de 1942 e 1979 foram realizadas mudanças no sistema educacional que atingiram diretamente a Sociologia, apesar das constantes discussões acerca da sua inclusão no

ensino secundário/ensino médio, o insucesso prevaleceu. Nesse sentido, Wieczorkiewicz (2022), enumera as principais resoluções tomadas acerca da mesma, a primeira Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei nº 4.024), não a reintegrou ao currículo; no Período Militar foi retirada em virtude do programa de educação profissional; em 1971, a LDB passa por mais uma reforma dentro do Período Militar, com a Lei nº 5.692/1971, que garante a profissionalização e retira a Sociologia como disciplina obrigatória e, quando inserida, estava vinculada ao núcleo profissionalizante.

Diante do exposto, nota-se uma forte relação entre o ensino de Arte e Sociologia pela busca constante por parte de um número estudiosos que defendem a importância de mantê-los inseridos no currículo da Educação Básica brasileira. Na década de 1980 esses dois componentes curriculares apresentam-se no mesmo contexto de intensificação de debates frente a diferentes órgãos institucionais, associações, sindicatos e intelectuais para garantir sua obrigatoriedade curricular. Essas disciplinas seguem novos caminhos a partir de então dentro do contexto social, político, econômico e cultural do país. No caso da Sociologia, não diferente da Arte:

O retorno da disciplina está, portanto, associado ao período de redemocratização da sociedade brasileira, pois mudanças de cunho político aconteciam, como a participação das pessoas em questões do Estado, surgindo sindicatos, associações comunitárias e partidos políticos que davam ênfase e protagonismo à educação, vendo-a como o principal meio para o entendimento dos direitos e dos deveres, fatores importantes para o exercício da cidadania apregoado à época (Wieczorkiewicz, p. 3, 2022).

Diante do retorno garantido pela mobilização das diversas entidades contra a desvalorização, novos desdobramentos assertivos são conquistados para fortalecer sua presença como disciplina, reforçar seu processo educativo antes excludente. Segundo Jinkings (p, 123, 2007), as discussões se mantêm constante, o que garante outras posições possíveis de enumerar:

[...] o lugar da Sociologia no sistema escolar ocorre após a promulgação de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, em 1996 (Lei nº 9.394/96). Em seu artigo 36, parágrafo 1º, inciso III ela estabelece que o estudante, ao finalizar o ensino médio, demonstre “domínio de conhecimentos de filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. O inciso foi interpretado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 1998 (Parecer CNE/CEB nº 15/98) como propondo um tratamento interdisciplinar e contextualizado para conhecimentos de filosofia e Sociologia, sem que isso necessariamente implicasse sua organização na forma de disciplina. Com a finalidade de superar tal situação de ambiguidade, um projeto de lei (PL nº 09/00) aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado alterava o artigo 36, parágrafo 1º, inciso III da Lei nº 9.394/96 e afirmava a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia, juntamente com a Filosofia, na grade curricular das escolas públicas.

Entretanto a promulgação da LDB de 1996, não foi suficiente para manter a obrigatoriedade em todo o ensino médio, tendo em vista que exigia em pelo menos um ano e ficava sobre responsabilidade de cada estado e suas secretarias. Por isso, em 2006, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Parecer 38 passou a obrigar estados a ofertar em todas suas escolas públicas o ensino de Sociologia no Ensino Médio, juntamente com o ensino Filosofia, como afirma pesquisa realizada por Jinkings (2007). Antes dessa legislação alguns estados por autonomia expressa na última LDB já ofertavam em todos os anos.

O caminho de incorporação percorrido por esses dois componentes curriculares no ensino médio, até o fim da década de 1990, apresenta semelhanças e está intrinsecamente ligado ao clima político predominante em cada época específica. Ao longo do tempo, passaram por períodos de inclusão e exclusão, progredindo por diversas etapas.

No início dos anos 2000, diante da promulgação da LDB/1996 e suas alterações para o ensino médio, o MEC sistematiza as novas orientações curriculares para essa etapa da educação, que posteriormente são expressas também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM – Brasil, 1999), quando são lançados os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM). Parte dessas ações compõem um conjunto de reformas curriculares de um novo modelo educacional em desenvolvimento no Brasil e em diferentes países, gerenciadas por políticas neoliberais.

De acordo com os PCNEM, o ensino médio encontra-se em fase de mudança com “a consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos que exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho (Brasil, p. 4, 2000).

Esse documento norteador foi elaborado com o intuito de assumir duas funções, a primeira de difusão dos novos princípios da reforma curricular e a segunda de orientar os professores para a promoção de incorporar nas práticas pedagógicas as novas abordagens e metodologias de aprendizagem em todas as áreas de conhecimento e apresenta uma compreensão sobre a proposta de currículo a ser incorporado:

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática, deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva (Brasil, p. 15, 2000).

Diante disso, os componentes curriculares Arte e Sociologia já se encontravam inseridos nas suas diferentes áreas de conhecimento podendo fazer uso de propostas pedagógicas expressivas e interdisciplinares para tratar de questões urgentes e presentes na contemporaneidade. Para exemplificar a implantação da proposta interdisciplinar, a partir desse, os docentes podem explorar as temáticas sugeridas no eixo de Temas Transversais que abordam conceitos e valores ligados à democracia, à dignidade humana e à cidadania.

Esse processo de ensino e de aprendizagem é uma proposta de trabalho apresentada pelos PCNEM, que a descrevem como “reunião daqueles conhecimentos que compartilham objetos de estudo e, portanto, mais facilmente se comunicam (Brasil, p. 15, 2000)” permitindo criar condições de maior aproximação no aspecto da contextualização dos conteúdos e aprendizagem dos discentes como sujeitos que buscam conhecer, ensinar e aprender na experiência coletiva e individual.

O Documento Curricular do Território Maranhense - DCTMA (2022) para o ensino médio também destaca o trabalho pedagógico a partir da interdisciplinaridade considerando uma abordagem transversal por possibilitar “a comunicação metodológica entre as áreas do conhecimento, envolvendo todas as áreas (Maranhão, p. 45, 2022)”. Esse documento ainda destaca as etapas exigidas por essa abordagem: “levantamento das práticas sociais dos estudantes; problematização da prática social mais comum dos estudantes; instrumentalização com os conteúdos temáticos e disciplinares; e proposição de uma síntese individual ou em grupo (MARANHÃO, p. 45)”. Diante da explanação sobre o entendimento e orientação para o trabalho com a interdisciplinaridade, entende-se a importância de se desenvolver propostas de atividades entre a Arte e a Sociologia.

Esses dois componentes curriculares apresentam aproximações bastante relativas nos diferentes períodos da história, mesmo dentro de suas especificidades. O ensino da Arte, segundo Iavelberg (2014), após passar por diversas discussões, até chegar na contemporaneidade, valoriza as trocas simbólicas, os sentidos entre os indivíduos que fazem, pensam e aprendem Arte nas escolas e na sociedade em geral refletindo sobre as questões do seu tempo.

Enquanto a Sociologia, busca segundo Wieczorkiewicz (2022), mecanismos para entender a realidade social de cada época. Logo, ambos são responsáveis pela formação do pensamento crítico para a construção de uma educação emancipatória, onde os sujeitos possam reconhecer e compreender suas lutas históricas bem como a resolução de questões que sejam urgentes e pertinentes ao seu tempo, como situações relacionadas a prevenção e prática de *bullying*.

3.2 A contribuição da Arte e da Sociologia para a prevenção do *bullying*

O *bullying* é um problema social e tem ganhado cada vez mais espaço no ambiente escolar causando grande preocupação para quem atua como profissional da educação. Esse problema, considerado fenômeno mundial, segundo Fante (2012), preocupa a sociedade por envolver questões de saúde pública e trazer consequências severas aos envolvidos por meio de evidências ligadas a desigualdade entre os iguais, tendo em vista que os agressores articulam suas ações agressivas de forma premeditadas, em muitos casos, com características de perversidade e, na maioria das vezes silenciadas. Mesmo assim, o autor considera que esse tipo de violência ainda passa despercebida por uma grande parcela de profissionais da educação dentro do contexto das escolas.

Para Sousa (2021), esse formato de violência ocorre num desequilíbrio de poder, levando em consideração a permanência das vítimas sob constantes opressões e ameaças. A autora considera o *bullying* um fenômeno social por se tratar da sua gravidade, especificidade e afetar diretamente as relações interpessoais e a própria organização escolar. Ainda destaca que isso pode implicar em consequências graves e irreversível para a vítima quanto aos aspectos físicos, psíquicos, mentais podendo afetá-la por toda a vida, destruindo sua autoestima e dificultando sua mobilidade de defesa.

Importante reconhecer o *bullying* como uma grande problemática e mobilizar estratégias para sua prevenção e combate por expor escolas à condição de vulnerabilidade, resultantes de fatores ligados aos contextos familiares, sociais e culturais levados para o ambiente escolar. Logo, concordamos com Mello (2018), quando afirma que a resolução dessa problemática não é de responsabilidade única da escola e seus profissionais, apesar dessa produção de violência ser praticada de forma expressiva nesse contexto. No entanto esse autor, em conjunto com Sousa (2021), Fante (2012), reiteram a necessidade de investimentos em ações que possam colaborar com o avanço da prevenção e redução das práticas de *bullying* reproduzidas no interior das escolas no sentido de garantir o direito a saúde e integridade dos indivíduos que formam o público discente composto por adolescentes e jovens.

Diante do exposto, acreditamos que diferentes componentes curriculares, como a Arte e a Sociologia permitem a exploração de estratégias didáticas e pedagógicas para colaborar com a prevenção do *bullying* nas escolas. Estudos apontam para análises construtivas nessas duas áreas de conhecimento, por entender que o *bullying* como tema transversal pode ser inserido nas aulas de qualquer disciplina que compõe o ensino regular, pois é um dos conteúdos que deve fazer parte da formação cidadã dos alunos.

Os pesquisadores, Gabriel; Martins (2020), acreditam que a disciplina de Arte pode favorecer o aprendizado de novos comportamentos de prevenção em relação às práticas de violência caracterizadas como *bullying*, de modo que os adolescentes desenvolvam habilidades para a resolução de problemas com caráter positivo. Esses autores destacam como ferramenta metodológica a abordagem triangular em suas diferentes dimensões: fazer artístico, apreciar e contextualizar.

Barbosa (2010), orienta o que pode ser desenvolvido em cada uma, a começar pelo fazer artístico que concebe a expressão e tem por função exteriorizar as experiências artísticas dos alunos por meio da criação. Enquanto o apreciar busca dinamizar propostas de atividades orientadas pela leitura das obras de arte e das manifestações culturais, buscando promover a fruição estética responsável pela sensibilização dos estudantes quando tiverem a oportunidade de presenciar o contato com qualquer tipo de arte e manifestações, de modo que desenvolvam suas primeiras impressões sobre os assuntos abordados, a emoção e aos sentimentos que transmitem considerando a individualidade de cada indivíduo.

A contextualização é a terceira dimensão e está vinculada a construção de uma relação entre contexto da obra de arte, seu momento histórico e o cotidiano em que o aluno está inserido, ou seja, o estudante buscará construir relações de significados. A abordagem criada por Ana Mae Barbosa recebeu influência de metodologias e teorias externas à cultura brasileira, sendo desenvolvida em meados da década de 1980, quando foram mobilizadas novas transformações na forma de pensar o ensino de arte e os modos de produção desenvolvidas pelos alunos (Barbosa, 2014).

Outra perspectiva metodológica para o ensino da arte diz respeito a interdisciplinaridade que demanda, de acordo com Richter, (2012), atenção especial à arte-educação por promover nos estudantes um desenvolvimento pautado na formação pessoal e da cidadania. Além disso, a autora acredita que essa proposta promove o ensino e aprendizagem com uma visão mais humanística do mundo, onde se substitui a concepção de fragmentação pela concepção unitária do ser humano.

Para Barbosa (1988), uma prática interdisciplinar de aprendizagem visa “Integrar a colcha de retalhos de competências altamente desenvolvidas e de interesses diversificados e muitas vezes antagônicos (1988, p.71)” que resulta numa integração que organiza a mente do aluno por síntese. Dessa forma, ensino da Arte é capaz de favorecer, de acordo com Barbosa (1988), o desenvolvimento e a construção de uma percepção de mundo voltada para a transformação do meio social onde o aluno convive com seus pares, podendo aprofundar a

abrangência dos conteúdos, a exemplos dos temas transversais sem risco da perda de integridade e sentido.

A proposta curricular do Maranhão sistematizada pelo DCTMA (2022), também propõe metodologia da interdisciplinaridade:

um fazer pedagógico que possibilite assegurar ao trabalho escolar a dinâmica necessária para o ensino atraente e uma escola prazerosa, que comporte a permanente inovação, com base em práticas que se articulem com o contexto real, em que o conhecimento disciplinar seja alargado e aprofundado por meio das articulações entre os diferentes conteúdos e áreas de conhecimento; com base nos eixos que norteiam o fazer pedagógico: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e contextualização (Maranhão, p. 40, 2022).

Por isso, entende-se que diante da problemática do *bullying*, a interdisciplinaridade pode se tornar uma forma de trabalho fundamental e necessária para o contexto da prevenção dessas práticas de violência tanto pelo viés da Arte quanto da Sociologia.

O ensino da Sociologia, apresenta, segundo proposta curricular do Maranhão sistematizada pelo DCTMA (2022), uma grande contribuição para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas por:

[...] debruça-se sobre o estudo da sociedade, organização social e os processos que interligam os indivíduos, grupos e instituições das sociedades e suas culturas. De fato, o conhecimento sociológico e seus conceitos, teorias e métodos é uma importante ferramenta de compreensão da realidade social e de suas variadas relações sociais. (Maranhão, p. 102, 2022).

Desse modo, as metodologias de ensino da Sociologia devem associar sentido as práticas pedagógicas onde prevaleça a conscientização para a formação cidadã. A Sociologia, enquanto integrante das Ciências Sociais tem como objetivo “fazer ascender a realidades que permanecem invisíveis frente à experiência imediata, pois oferecem imagens particulares do mundo social, de suas estruturas ou dos principais mecanismos sociais que os regem, afirma Lahire (p. 7, 2014). Esse componente curricular assume junto ao professor e aluno um papel essencial para promover o poder de mudança e transformação social que parte do ambiente escolar para sociedade em geral.

O ensino da Sociologia permite repensar e reconhecer que a sociedade e o indivíduo, além de outras realidades sociais, mudam e se transformam precisando inserir-se realidades mais ampla e complexa, afirma Sarandy (2004). Essa geração de mudanças entre passado e presente, leva o cidadão em formação a assumir uma postura de participação mais ativa na sua história e na sociedade, provocando mudança e transformação social, a partir do seu convívio comum.

A Sociologia, está vinculada diretamente com a formação do pensamento crítico e se assume como importante instrumento de construção para uma educação emancipatória, defende (Wieczorkiewicz, 2022). Importante ressaltar que para alcançar o pensamento crítico e uma educação emancipatória necessita investir no amadurecimento e no desenvolvimento do olhar, da percepção e da sensibilidade e, percorrer esse caminho exige enfrentamento de uma diversidade de obstáculos nos aspectos sociais, culturais e políticos.

Para Lahire (2014), o ensino da Sociologia está voltado para sua própria sociedade e busca maior atenção para os fatos que são contemporâneos ou que têm repercussões no mundo contemporâneo. Nesse ponto, demonstra-se como forte ferramenta de contribuição para a prevenção do bullying no ambiente escolar, promovendo melhorias para a qualidade de vida.

Para tanto, o trabalho pedagógico deve propor o desenvolvimento de projetos alternativos e interdisciplinares entre a Arte e a Sociologia, para encontrar caminhos que permitam enfrentar os desafios que permeiam o espaço escolar caracterizado como ambiente plural, democrático, participativo, afetivo propício a formação da diversidade de sujeitos sensíveis e tolerantes.

3.3 O ensino de Arte e Sociologia no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa

O ensino de Arte e Sociologia, no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa está estruturado conforme as orientações regidas pelo Documento Curricular do Território Maranhense para o Ensino Médio/Vol. II (2022). Esse é o documento norteador para a etapa do ensino médio em território maranhense. Isso foi elaborado seguindo as prerrogativas legais, levando em consideração o que diz a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio em consonância com a Base Nacional Comum Curricular.

A proposta desse documento é orientar o desenvolvimento das práticas pedagógicas no âmbito das escolas estaduais que ofertam o ensino médio. Todas as escolas da rede estadual de educação do Maranhão são orientadas a segui-lo. Logo, os documentos educacionais internos como Projeto Político Pedagógico, Planos de Ensino e propostas didáticas e pedagógicas do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa são elaborados a partir dessa proposta norteadora.

Diante da ordem hierárquica desses documentos, analisamos inicialmente o último Projeto Político Pedagógico elaborado pela comunidade escolar no ano de 2022 para situar como os componentes curriculares Arte e Sociologia são apresentados pedagogicamente.

Já destacamos que de acordo com o PPP (2022), o planejamento do trabalho pedagógico do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa versa sobre a perspectiva interdisciplinar, atendendo as diretrizes do DCTMA (2022), buscando promover o diálogo entre os componentes curriculares. Quanto a organização curricular do Ensino Médio está dividida conforme as três grandes áreas: Linguagens, Códigos e suas tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias. Essa divisão foi promulgada pelos documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2000) e pela Base Nacional Comum Curricular (2018), ambos apresentam propostas de metodologias e conteúdo para compor as áreas de conhecimento.

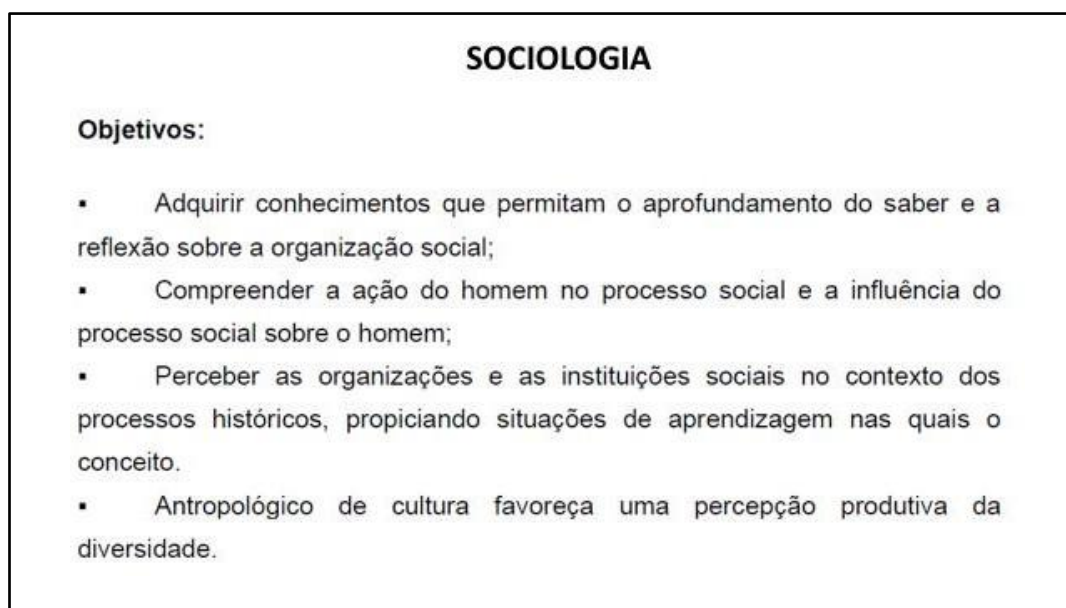
No item síntese curricular do ensino médio, apresentada no Projeto Político Pedagógico, conforme a imagem, destacamos os objetivos específicos dos dois componentes em análise:

Figura 1 – Objetivos específicos de Arte

ARTE	
Objetivos	▪ Realizar atividades que fortaleçam o espírito humano melhore a qualidade de vida e promovam a criatividade, dignidade e a independência através das artes; ▪ Conhecer o mundo das artes e cultura através do desenvolvimento de atividades de música, dança, teatro, literatura, artes visuais, artesanato, entre outros;

Fonte: Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa (2022).

Figura 2 – Objetivos específicos de Sociologia



Fonte: Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa (2022).

Analizando os objetivos dos dois componentes, entende-se que é possível desenvolver propostas pedagógicas que versam sobre as medidas de prevenção de *bullying* nesse ambiente escolar, apesar da baixa relevância apresentada na coleta de dados com os profissionais da educação. Reconhecemos a importância de ressaltar esse ponto com eles na devolutiva de encerramento oficial da pesquisa.

Ainda sobre o Projeto Político Pedagógico, com relação ao plano de disciplina de Arte notamos que são trabalhados conteúdos que configuram a história linear da Arte englobando a produção estrangeira e brasileira. Quanto aos conteúdos de Sociologia estão organizados por agrupamentos de assuntos relacionados cultura, mudança social, instituições sociais entre outros. Enquanto os temas transversais contemporâneos estão divididos em Ética, Meio ambiente, Trabalho e consumo, Saúde e Orientação Sexual, esses podem ser explorados juntos a qualquer componente curricular na perspectiva da interdisciplinaridade.

Com relação a apresentação dos projetos trabalhados na Escola, ainda não há nenhuma proposta vinculada a temática *bullying*, entretanto, há propostas diversas que integram os temas transversais contemporâneos e a perspectiva interdisciplinaridade, dentre eles o Projeto Pérola Negra voltado para a Semana da Consciência Negra e o Projeto Atividade Interdisciplinar Cultural que visa promover ações educativas e sociais de integração protagonista. Mediante os resultados apresentados por esta pesquisa e seu produto, creditamos colaborar para a efetivação

inicial de uma proposta com o objetivo de intervir na prevenção do bullying nesse Centro de Ensino.

Quanto aos documentos educacionais internos denominados Planos de ensino que compreendem o planejamento por bimestre dos componentes curriculares, não foi possível acessar todos na íntegra. Com relação ao componente Sociologia, tivemos acesso somente ao segundo bimestre de cada uma das séries, referente ao ano de 2023. A falta de acesso aos documentos relatados se deu em virtude do processo de reelaboração deles em relação as novas diretrizes de reestruturação curricular exigida pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Todavia, foi possível observar que sua elaboração segue as orientações do DCTMA (2022), quanto as habilidades, competências específicas, objetos de conhecimento e a divisão dos temas desenvolvidos por meio da organização em quatro categorias, respectivamente, de acordo com as Ciências Humanas Sociais e Aplicadas: Tempo e Espaço; Território e Fronteira, Indivíduo; Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; Política e Trabalho.

Já em relação ao componente curricular Arte, o DCTMA/2022 não propõe a estrutura de organização em categorias específicas, ele orienta seguir a estrutura proposta pela BNCC (2017), quanto a aplicabilidade dos conteúdos. Tivemos contato com todos os planos das três séries, referente ao ano de 2023. Notamos a seguinte estruturação dos conteúdos: primeira série - Linguagens da Arte, História da Arte, Elementos constitutivos das artes, Técnicas e materiais expressivos; já na segunda série dispunha de Fundamentos da composição artística, Matrizes estéticas culturais, Arte: patrimônio e cultura popular, Arte e tecnologia; na última série são apresentados História da Arte, Linguagens da Arte, Arte e sustentabilidade. Assim como em Sociologia os temas transversais contemporâneos são explorados em conjunto fazendo uso da metodologia interdisciplinar.

Um fato observado ao longo desse estudo, diz respeito às mudanças ocorridas e períodos de adaptação que os sistemas de ensino vêm se adequando para cumprir as novas orientações estabelecidas pelos órgãos regulamentadores da educação básica brasileira mediante todas as reformas.

A mais recente trata da mudança no formato do material didático gratuito. Desde o ano de 2022, as escolas brasileiras vêm passando por um processo de adaptação quanto ao material didático adotada em 2021. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD, 2021) vem passando por reformulações, uma delas se refere a divisão por objetos. No ano de 2022, as escolas receberam as primeiras obras do Objeto I que integra o Projeto de Vida e os Projetos Integradores para as três séries, cada objeto é composto por seis livros. Já em 2023, os estudantes tiveram acesso ao Objeto II, que por sua vez também conta por seis livros. Essa

distribuição enfrentou problemas com relação a logística, impactando a chegada a tempo de uso em algumas escolas, a exemplo do nosso campo de pesquisa. O mesmo, recebeu apenas parte das obras para cada componente curricular. O município de Matões do Norte recebeu para a área de Linguagens e suas Tecnologias a coleção Multiversos Linguagens da editora FTD, cada volume aborda um rol de conteúdos não lineares que se relacionam dentro da área. A imagem abaixo apresenta parte da coleção disponibilizada na escola:

Figura 3 – Capa do material Linguagem e suas tecnologias.



Fonte: Dados da autora (2023)

Esse material pode variar nas diferentes escolas, apesar de ser um material didático cedido para os alunos, em virtudes das demandas de adaptação nem todos os alunos receberam a coleção completa. Por isso, os professores fazem uso desse recurso em paralelo com o material planejado e elaborado por eles para o ano letivo por meio de planejamento prévio executado nos planos de ensino. A seguir, parte da coleção da área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

Figura 4 – Capa do material Ciências Humanas Sociais e Aplicadas



Fonte: Dados da autora (2023)

As circunstâncias da oferta e uso são as mesmas em relação a área de Linguagens e suas Tecnologias. Entretanto, nota-se pelas suas capas que a coleção vem organizada de acordo com as categorias de conteúdos especificadas pela BNCC (2018) e pelo DCTMA (2022) para a área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Isso importa, apontar a fragilidade e a fragmentação que a BNCC fomentou ao ensino de Arte e de Sociologia desde sua articulação para alteração dos currículos até sua autenticação que entrou vigor no ano de 2020, como destaca Bortolucci (2020). Diante das alterações e da implantação desse documento normativo, será possível verificar os prejuízos para ambos componentes curriculares e consequentemente para os cidadãos em formação como sujeitos políticos, sociais e culturais. O primeiro dano causado diz respeito a redução da carga horária para esta etapa da Educação Básica brasileira, impactando na oferta de desenvolvimento de práticas educativas como a proposição empenhada por essa pesquisa.

A principal mudança no PNLD de 2021, diz respeito às obras não serem mais organizadas por disciplinas, mas organizadas por áreas do conhecimento. Esse novo formato se deu em virtude da organização da BNCC (2018) que passou a vigorar em 2021 para o ensino médio. Essa mudança torna a abordagem dos conteúdos integrada e interdisciplinar, com o objetivo de criar uma trajetória que possibilite maior sentido para o aluno. De acordo com os dados coletados e analisados o ensino de Arte e Sociologia no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa está atendendo as orientações norteadoras para promover a formação dos cidadãos de Matões do Norte.

4 A PESQUISA NO CENTRO DE ENSINO PROFESSOR ANTENOR BOGÉA

4.1 Caracterização da Escola

O Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa (CEPAB - Anexo II), faz parte da composição da rede estadual de ensino do Maranhão. Ela fomenta o Ensino Médio no município de Matões do Norte, localizada no Povoado Pedras, a 40 km da zona urbana. Está inscrita no Código do INEP sob o número 21403210.

Sua estrutura educacional conta com três turmas, sendo uma de cada ano/série (primeiro, segundo e terceiro), somando um total de 62 (sessenta e dois) discentes. O Ensino Médio no CEPAB é concedido no turno noturno, em virtude da ocupação do prédio no turno diurno pelo Ensino Fundamental fomentado pela rede municipal de ensino.

Figura 5: Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa (CEPAB - Anexo II)



Fonte: Dados da autora (2022)

Edificada em 1985, na gestão do prefeito Hilton Rocha quando esse povoado ainda pertencia ao território do município de Cantanhede. Esse prédio ficou fechado por alguns anos. Antes de ocupar-se como espaço educacional, ocupou outras funções, entre elas, como estrebaria de animal, açougue durante o festejo de São Sebastião.

No ano 2000 a edificação assumiu de fato sua funcionalidade educacional ofertando o Ensino Fundamental. Em 2005 passou a ofertar também o Ensino Médio para atender aos alunos que finalizaram o Ensino Fundamental no ano anterior.

Atualmente sua estrutura física é formada por quatro salas de aula., porém apenas três são utilizadas para atender a oferta do Ensino Médio no turno noturno. Possui uma diretoria, uma secretaria, uma cantina, dois banheiros, um pátio coberto que funciona como área de recreação.

Quadro 2 – Dependências da Escola

Quantidade	Dependência do Centro de Ensino Professor Antenor Bógea
4	Salas de aula
1	Diretoria
1	Secretaria
1	Cantina
2	Banheiros
1	Pátio coberto

Fonte: Dados da autora (2023)

Durante o período de visitas para observação e levantamento de dados para a efetivação desta pesquisa não foi possível encontrar nenhum dispositivo visual como cartaz, informativo, trabalho educativo com referência a temática *bullying*.

O quadro funcional deste Centro de Ensino apresenta 19 servidores que compreendem gestores escolares, professores, técnico administrativo, motorista, monitor, auxiliar operacional de serviços diversos e de segurança (AOSD) e merendeira. Os profissionais que compõem este quadro são funcionários públicos em diferentes regimes de trabalho, sendo alguns de caráter concursado e efetivos, serviços prestados, contratados por seletivos. Deste total de servidores, 08 são professores, sendo 01 de Arte e 01 de Sociologia. Há docentes que lecionam mais de um componente curricular.

Quadro 3 – Servidores da Escola

Quantidade	Servidores Centro de Ensino Professor Antenor Bógea
2	Gestores escolar
2	Coordenadores pedagógicos
8	Professores
1	Técnico administrativo
1	Motorista
1	Monitor
1	Auxiliar operacional de serviços diversos (AOSD)
1	Merendeira

2	Seguranças/Vigilantes
---	-----------------------

Fonte: Dados da autora (2023)

Os estudantes matriculados entre os anos de 2021 e 2023 são oriundos das famílias residentes nos Povoados: Pedras, São Francisco, Serra, Pimenta, Mariana, Santa Rita, Sapucaia, Primavera e demais adjacências. Para os alunos residentes nas localidades mais distantes, o município disponibiliza transporte escolar tanto na ida para a escola quanto na volta para casa para garantir o acesso e a permanência de todos na escola.

O público discente e seus familiares, pertencem às classes socioeconômicas diversificadas, porém expressivamente a parcela maior apresenta características econômicas de baixa renda. Na maioria dos casos, dependem de benefícios sociais ou da lavoura de subsistência desenvolvida na região.

Figura 6: Localização do município de Matões do Norte no Maranhão



Fonte: ibge.gov.br.

Matões do Norte é um município do estado do Maranhão, compõe a microrregião de Itapecuru Mirim e a Mesorregião do Norte Maranhense. O município até o ano de 2023 contava com cerca de 16552 norte-matoense residentes dentro de uma área territorial de 749.651,00 km². A criação deste município foi homologada⁶ em 1997.

⁶ O município de Matões do Norte foi criado pela lei estadual nº 6138, de 10 de novembro de 1994 e instalado em 1 de janeiro de 1997.

Atualmente, segundo um levantamento desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Matões do Norte faz parte do ranking de dez municípios maranhenses em situação de extrema pobreza. Esse instituto constatou que mais da metade dessa população sobrevive com assistência de políticas públicas de auxílio econômico.

A caracterização socioeconômica desse município pode estar sendo o impacto negativo no desenvolvimento educacional da população estudantil norte-matoense. Analisando o desempenho dessa população nos últimos dez anos, no que diz respeito aos parâmetros do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷, concluímos a existência de dificuldade para alcançar as metas estabelecidas.

4.2 Caminho Metodológico

A presente pesquisa buscou oportunizar aos docentes de Arte e de Sociologia sugestões de práticas pedagógicas relacionadas à prevenção e o combate ao *bullying* de modo que possam colaborar com a atuação destes em sala de aula, com foco de atuação para o Ensino Médio.

Para executar essa proposta foi traçado um procedimento adaptando-se para o contexto escolar com a pretensão de atingir práticas pedagógicas dialógicas, devendo ser implementadas por meio dos professores, em especial de Arte e de Sociologia, a partir dos dados coletados e analisados pelos pesquisadores.

Segundo Flick (2013), a pesquisa constitui uma atividade investigativa com propósito de analisar elementos específicos para a resolução das situações problemas presentes no cotidiano da sociedade. Sua aplicação apresenta relevância no sentido de melhorar o desenvolvimento dos sujeitos quanto às mudanças relacionadas a comportamento e atitudes.

Silva (2001, p. 20) defende a pesquisa como:

[...] um conjunto de ações propostas para encontrar a solução de um problema, que tem como base procedimentos racionais e sistêmicos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se têm informações para solucioná-la.

Dessa forma, a abordagem selecionada para este estudo foi a qualitativa. Ela tem por finalidade investigar os aspectos da realidade investigada com o objetivo de produzir

⁷ A evolução de Matões do Norte pode ser consultada neste portal: <https://qedu.org.br/municipio/2106631-matoes-do-norte/ideb> disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Acesso em 05 de março de 2023.

informações aprofundadas sobre o contexto daqueles que vivem no âmbito do fenômeno observado (Gerhardt; Silveira, 2009).

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa apresenta certa amplitude quanto ao trabalho investigativo, por abranger um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Por esse motivo, entende-se que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de fatores extremamente definidos.

Ainda segundo Gil (2011), a pesquisa qualitativa não deve oferecer um rigor expressivo em relação às estatísticas, levando apenas o pesquisador a isolar elementos e estudá-los de maneira aprofundada para apresentá-lo ao mundo quer acadêmico, ou científico.

Quanto à finalidade, a pesquisa realizada classifica-se como aplicada, pois “o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos” (Bervian; Cervo, 1996, p.47). Para desenvolver esse tipo de pesquisa devemos recorrer a procedimentos metodológicos para transformar os resultados obtidos ao longo do trabalho em ação concreta (Cervo, 2007).

A pesquisa aplicada além de contribuir para a ampliação do conhecimento científico (Gil, 2010), relaciona a teoria e o campo de investigação, bem como assenta os princípios metodológicos de um mestrado profissional. Segundo o Parágrafo único da Portaria nº 17/ 2009 - Capes:

A oferta de cursos com vistas à formação no Mestrado Profissional terá como ênfase os princípios de aplicabilidade técnica, flexibilidade operacional e organicidade do conhecimento técnico-científico, visando o treinamento de pessoal pela exposição dos alunos aos processos da utilização aplicada dos conhecimentos e o exercício da inovação, visando a valorização da experiência profissional.

Diante do contexto exigido pela Capes como pesquisa aplicada, essa proposta será encaminhada pelos direcionamentos da pesquisa do tipo intervenção. Segundo Damiani (2012, p.3), as pesquisas de tipo intervenção:

[...] são planejadas e implementadas com base em um determinado referencial teórico e objetivam promover avanços, melhorias, nessas práticas, além de pôr à prova tal referencial, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre os processos de ensino/aprendizagem neles envolvidos.

Durante este estudo algumas mudanças ocorreram e foram necessárias para o acompanhamento do seu desenvolvimento. A coleta de dados foi realizada nas diferentes etapas da pesquisa visando coletar proposições dos professores de Arte e de Sociologia, assim como

demais profissionais educacionais e estudantes para elaborar o Caderno de Orientações Didáticas e Pedagógicas para a prevenção e combate ao *Bullying* (Sabiote, 2016).

Toda investigação na essência da pesquisa aplicada deve ser documentada, para tanto é necessário seguir um método de procedimento. Segundo Lakatos e Marconi (1991) o método de procedimento consiste nas etapas concretas da investigação e tem finalidade limitada para os termos de explicação dos fenômenos em análise, pressupondo uma relação particular e específica para cada tipo de caso em processo de investigação.

Quanto ao método de procedimento optamos por utilizar nessa pesquisa o Estudo de Caso. Este tipo de pesquisa consiste em reunir as informações coletadas, aproximando-as da compreensão e da dinâmica onde o fato investigado acontece, de forma que sejam esclarecidas de maneira mais direta e detalhada (Gressler, 2003), ou seja, compreende uma investigação de uma única unidade de forma aprofundada, como uma escola, Triviños (2006).

Para Gressler (2003) a pesquisa deste tipo procedimento,

Dedica-se a estudos intensivos do passado, presente e de interações ambientais (socioeconômica, política, cultural) de uma unidade: indivíduo, grupo, instituição ou comunidade, selecionada por sua especificidade. É uma pesquisa profunda (vertical) que abarca a totalidade dos ciclos de vida da unidade (visão holística). (GRESSLER, 2003, p. 55).

O estudo de caso apresenta distintas classificações como aponta os estudos de Segundo Stake (1995) e podem ser: intrínseco (estudo de um caso em si); instrumental (estudo de um caso como instrumento para compreender outros fenômenos) e; coletivo (estudo de vários casos). Diante da nossa proposta de pesquisa, pretendemos aplicar o tipo instrumental a partir do posicionamento de interesse do pesquisador em investigar um fato com a finalidade de ajudar na solução de uma situação específica e particular como entende André (2013).

Dessa forma, a intencionalidade desse estudo é examinar um caso no *lócus* de investigação para “fornecer introspecção sobre um assunto [...], para proporcionar conhecimento sobre algo que não é exclusivamente o caso em si; o estudo de caso funciona como um instrumento para compreender outro (s) fenômeno (s)”, afirma (Coutinho e Chaves, 2002, p.226). Nessa perspectiva, diante do contexto pesquisado, uma escola, buscamos compreender a situação e colaborar com instrumentalização teórica e propostas pedagógicas, a segunda está sendo apresentada no formato do produto.

Participaram deste estudo como sujeitos de pesquisa todo os professores, com olhar específico para os docentes de Arte e de Sociologia, a coordenadora, o diretor adjunto e geral que compõem o quadro de servidores públicos vinculados à Secretaria Estadual de Educação do Maranhão, atuantes no Ensino Médio, além dos estudantes matriculados nas três turmas da

referida modalidade. Eles receberam o convite de participação, por meio da Carta de apresentação concedida pelo Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB/UFMA), encaminhado a princípio a direção do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa (CEPAB).

Mediante a apresentação, aceitação e autorização pela gestão escolar, os sujeitos assinaram o termo de compromisso sobre a responsabilidade de colaborar com todas as etapas e critérios necessários para o desenvolvimento desse estudo, conforme os procedimentos metodológicos. Na sequência foi dado início aos trabalhos que compreendem a investigação orientada para o Mestrado.

A coleta de dados é a parte da pesquisa responsável pela busca de informações que irão elucidar o fenômeno ou fato que o pesquisador quer investigar no desenrolar do procedimento (Gerhardt, 2009). A seleção destes instrumentos de coleta por parte do pesquisador deve atender de forma clara e precisa o registro e a mediação, além disso deve preencher alguns critérios, a exemplo da validade, confiabilidade e precisão para garantir a elucidação científica (Barros; Lehfeld, 2012). Diante disto, neste estudo foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: entrevista, questionários e pesquisa documental.

A entrevista constitui uma técnica alternativa para coleta de dados não documentados ou registrados sobre nenhum tipo de portador com referência a um tema ou situação restrita. Segundo Minayo (2010, p. 261), a entrevista “é acima de tudo uma conversa a dois ou entre vários interlocutores realizada por iniciativa do entrevistador” e apresenta-se como uma das vias principais dentro do procedimento estudo de caso. Nesse estudo foram aplicadas individualmente com os docentes e profissionais educacionais participantes.

As entrevistas estruturadas pelas suas características de organização apresentam possibilidade de colher e investigar dados para a resolução de temas e problemas distintos. Essa tipologia de entrevista, de acordo com DiCicco-Bloom e Crabtree (2006) exige um direcionamento, conhecimento prévio sobre o problema investigado e deve ser “organizada em torno de um conjunto de questões abertas para propor o diálogo entre entrevistador e entrevistado participante” (p. 315).

Durante o desenvolvimento e aplicação dos questionamentos estruturados, segundo Gil (1999) é possível extrair informações distintas dos entrevistados presentes o que facilita a quantificação e a comparação sistemática dos dados no processo de análise. De acordo com o autor, esse instrumento possibilita um tratamento mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais do fenômeno investigado.

A entrevista aplicada aos professores e profissionais da educação foi organizada por 12 questionamentos (Apêndice A). Os discentes dessa instituição de ensino também foram sujeitos desse estudo informando dados através do instrumento questionário contendo questionamentos acerca da temática bullying aferindo seus conhecimentos e suas relações em consonância a prevenção, ao lugar de vítima ou praticante e como lidou na situação de plateia. (Apêndice B) Participaram apenas aqueles cuja a autorização de seus responsáveis foi permitida por meio de uma declaração de consentimento do responsável (Apêndice D). O registro documental para análise futura foi feito constituindo-se por meio de anotações físicas em papel. A finalidade desse instrumento foi de verificar o entendimento dos entrevistados acerca das ações preventivas à prática do *Bullying*, considerando a regência da Lei nº 13.185/2015, bem como os professores e demais servidores educacionais atividades pedagógicas relacionadas à temática em estudo.

A pesquisa documental é baseada em literatura contemporânea ou retrospectiva considerada cientificamente válida. Figueiredo (2007) afirma que, segundo a análise desenvolvida por pesquisadores, esses documentos são utilizados como fonte de informações, instruções e esclarecimentos, permitindo que seu conteúdo esclareça algumas questões e sirva de evidência para outras.

Rampazzo (2005) ressalta que tais estudos consideram documentos que ainda não puderam ser processados analiticamente, mas que podem ser encontrados em diferentes tipos de documentos. Gil (2009) ainda destaca outra característica dos documentos constitutivos da proposta, qual seja, a possibilidade de reformulação de acordo com os objetivos dos pesquisadores e seus respectivos respondentes.

Através desta técnica foram analisados documentos legais que amparam a educação brasileira como Lei Nº 13.185/ 2015 que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte e de Sociologia, Base Curricular Nacional Comum para o Ensino Médio e a Proposta Curricular do Estado do Maranhão para Ensino Médio.

A pesquisa constitui uma atividade básica da ciência, sua indagação permite a construção e melhora de diferentes aspectos da realidade, pois busca associar pensamento e ação para responder uma questão-problema inicial. Para tanto se investe no levantamento de hipóteses, coletar dados para que finalmente se elabore análise e interpretação dos dados coletados no campo (Texeira, 2003). Por análise de dados o entendimento é dado pela busca de respostas pretendidas, através da elaboração de raciocínios (Barros, 2012).

Para análise e interpretação dos dados optamos por usar a representação gráfica, a partir da construção de gráficos, quadros de respostas e tabelas. Todos os registros coletados como os participantes serão sistematizados em categorias, categoria e subcategoria, sendo analisadas as frequências na citação dos dados apresentados de forma descritiva e interpretativa, primou-se ainda por fazer menção aos excertos das respostas dadas pelos participantes.

Quanto ao procedimento, essa proposta de pesquisa se constituiu em três etapas. A primeira etapa constituída da fase da observação no ambiente estrutural da escola selecionada para verificar a estrutura física que comporta o ambiente de aprendizagem, conhecer as propostas de atividades realizadas, ter acesso ao Projeto Político Pedagógico, plano de ensino e material didático, além da aplicação dos questionários e das entrevistas com os sujeitos da pesquisa, mediante as recomendações sanitárias para prevenção da COVID-19.

Esta etapa teve início após liberação do Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB/UFMA) e da autorização da direção do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa. Foram aceitas somente as participações que atestaram assinatura do termo de compromisso. O desenvolvimento ocorreu entre os meses de maio, junho e agosto, na tentativa de aplicar as entrevistas e os questionários com todos, apesar de não atingir cem por cento dos sujeitos participantes. Quanto aos profissionais da educação contamos com a participação de dois professores de Arte e Sociologia, uma coordenadora pedagógica e um gestor escolar. Já com relação aos alunos tivemos como sujeitos apenas trinta e oito colaboradores do total de cinquenta e dois estudantes matriculados. A diferença entre o número de sujeitos participantes e o número de alunos matriculados se deu em virtude de circunstâncias cotidianas enfrentadas nas três datas referentes ao mês de agosto de 2023, relacionadas as questões técnicas e mecânicas em função do transporte escolar, nesse caso sem solução hábil para que todos pudessem participar da aplicação desse instrumento de coleta de dados.

A segunda etapa desta pesquisa foi constituída pela análise dos dados coletados por meio da aplicação dos dois instrumentos de coleta: entrevistas e questionários, aplicados com os sujeitos participantes alunos, professores e profissionais da educação, diante de autorização por meio de consentimento (Apêndice C). O objetivo dessa etapa foi compreender como elaborar um Caderno de Orientações Didáticas mediante a situação que se encontra a abordagem da temática ações preventivas à prática do *bullying*, considerando a regência da Lei nº 13.185/2015 na prática docente e pedagógica, no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa.

A pretensão era desenvolver a intervenção pedagógica fomentando uma formação continuada no formato de oficina aberta para os professores de Arte e Sociologia, onde todo o corpo docente e de profissionais educacionais do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa

pudessem interagir, entretanto, os participantes não apresentaram disponibilidade para efetiva participação. Dessa forma transformamos o conteúdo que seria ofertado nesta proposta de formação continuada para o Caderno de Orientações Didáticas. Apesar de considerarem importante nos questionamentos apresentados durante a aplicação do instrumento entrevista, não puderam participar por falta de disponibilidade no período proposto por decorrência de outros compromissos.

A terceira e última etapa, contou com a construção do produto da pesquisa tendo como referência os dados coletados na primeira e na segunda etapa para que ele possa voltar para o campo de investigação e venha a colaborar com o trabalho docente, com o bem-estar dos discentes e como estratégia de prevenção do *bullying*. Sua elaboração conta com referencial teórico e proposições didáticas para serem desenvolvidas, em especial, pelos professores de Arte e Sociologia do Ensino Médio, porém, podem ser adequadas para os demais componentes curriculares. Por fim, nos próximos tópicos essa pesquisa será concluída com as descrições e interpretações dos dados coletados resultando na redação final da Dissertação.

4.3 – Análise e interpretação dos dados

Finalizada a aplicação dos instrumentos de coleta dos dados, une-se todas as informações coletadas para construir o objeto da pesquisa proposto a partir dos objetivos traçados. Essa etapa conta com a análise e interpretação dos dados obtidos em todo o percurso trilhado durante a investigação. Para Gil (2008, p. 15), a análise tem como finalidade principal organizar os dados de maneira em que eles levem a alcançar as respostas para a problemática da pesquisa. Enquanto a interpretação busca a “procura do sentido mais amplo das respostas o que é feito mediante conhecimentos já obtidos”.

Dessa forma, entende-se pesquisa como uma atividade básica da ciência que busca respostas para indagações para a construção da realidade, pois possibilita associar pensamento e ação para obter respostas à problemática inicial da pesquisa. Para tanto, há a necessidade de levantar as hipóteses, coletar dados por meio dos instrumentos de coleta e, por fim, traçar as estratégias para elaborar o tratamento e a análise de dados de todo o material coletado no campo (Texeira, 2003). Já por análise de dados compreende-se a busca por respostas almejadas através da criação de raciocínios interpretativos (Barros; Lehfeld 2012).

4.3.1 – Momento de Observação

O período de observação culminou com o acesso às dependências do Centro de Ensino Professor Antenor Bogea para conhecer a composição do quadro de pessoal, o funcionamento da sua estrutura física, os documentos educacionais e o material didático, entre o período de maio a agosto de 2023. Entender a circulação dos adolescentes nos espaços de convivência disponíveis para o dia a dia das atividades pedagógicas. Não foi interesse da pesquisa acompanhar as aulas dos professores sujeitos.

Nesse período, um fator preponderante tratou do contato inicial e direto com os docentes, a coordenação e a gestão escolar. Mediante essa relação foi possível estender uma aproximação com os fazeres didáticos pedagógicos de cada cargo e sua importância dentro da instituição educacional.

Quanto à espera documental tivemos acesso ao Projeto Político Pedagógico de 2022 numa análise inicial. Posteriormente pudemos inferir algumas ressalvas após analisar o documento com maior rigor em relação a aplicabilidade de ações referentes a prevenção de bullying ou mesmo que envolvesse alguma ligação com essa temática. Logo, destacamos algumas pontuações:

- a) Destacamos dois objetivos: “Oferecer condições de liberdade de expressão e liberdade para aprendizagem” e “Garantir o padrão de qualidade na educação, zelando pela frequência e permanência dos alunos”, a partir destes, acreditamos que poderiam embasar o desenvolvimento de práticas pedagógicas para a abordagem da prevenção de práticas de *bullying*;
- b) A proposta educacional do Centro de Ensino Professor Antenor Bogea também traz indicações para a abordagem da temática investigada neste estudo ao destacar o oferecimento de serviços educacionais de qualidade para garantir o acesso e a permanência dos seus alunos na escola, para formar cidadãos críticos e capazes de agir na transformação da sociedade; ou seja, garantindo a promoção de ações para a prevenção e combate dessas práticas de violência, mas até este momento nada em específico;
- c) Quanto às propostas de projetos interdisciplinares não há nenhuma proposição de projetos ou atividades que contemple a temática *bullying*;
- d) Em relação a participação das famílias nas atividades escolares, considera indispensável e almeja a realização de encontros com os pais para discussão de temas comuns: adolescência, autoestima, drogas, disciplina, valores, saúde e aprendizagem. Nota-se que pode ser abordado o tema *bullying* em saúde e aprendizagem, mas *a priori* essa ação ainda não foi desenvolvida e ficou como sugestão.

Quanto ao material didático oferecido pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), este centro de Ensino recebeu parte da coleção da editora FTD para as áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais aplicadas que respectivamente, contemplam os componentes curriculares Arte e Sociologia. Além desses materiais físicos, os professores realizam a curadoria individual de outros recursos de modo a fortalecer o currículo proposto. Tratamos de forma ampla desse tópico no capítulo dois desta dissertação. Abordamos também sobre os planos de ensino de cada componente curricular.

Quanto aos espaços de convivência e salas de aula da escola percebemos a inexistência da presença de material informativo como cartazes, voltado para a prevenção de práticas de bullying. Apesar dos profissionais da educação relatarem a existência de queixas recebidas por testemunhas e de parte dos discentes afirmarem sofrer essas práticas de violência no interior deste centro de ensino.

Diante dos dados coletados e analisados durante o desenvolvimento desse estudo elaboramos um Produto Educacional composto por referencial teórico e proposta pedagógicas que irão auxiliar os professores de Arte e Sociologia, além da equipe gestora para a prevenção de práticas de *bullying* nessa escola estadual.

4.3.2 – Com a palavra docentes, coordenação pedagógica e gestão escolar do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa

Para dar início a etapa de análise e interpretação dos dados, foi de fundamental importância descrever o perfil dos sujeitos participantes. Ressaltamos que mantivemos suas identidades em sigilo, ou seja, não revelamos seus nomes verdadeiros, por isso optamos usar nomes fictícios representados por substantivos que remetem a qualidades humanas almejadas para lidar com a prevenção do *bullying* nos ambientes educacionais, representando os dois professores. Para os profissionais da educação mantemos a denominação de seus cargos: coordenação pedagógica e gestão escolar, tendo em vista que há dois servidores para cada função. Desta forma, garantimos o direito do anonimato exigido no campo da pesquisa por razões éticas.

A gestora que ocupa o cargo de Coordenação Pedagógica possui graduação em Letras e em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão, Pós-graduada em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar. Atua como docente há aproximadamente 10 anos.

O gestor que ocupa o cargo de Gestão Escolar possui graduação em Física pela Universidade Estadual do Maranhão, Cursando Pós-graduada em Gestão, Supervisão e

Orientação Escolar, Pós-graduado em Metodologia do Ensino de Física. Atua como gestor há aproximadamente 2 anos.

A Professora Empatia possui graduação em Letras e em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão, cursando Pós-graduação em Metodologia do Ensino de Arte. Atua como docente há aproximadamente 6 anos.

O Professor Seriedade possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão, Pós-graduado em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia. Atua como docente há 6 anos.

A aplicação das entrevistas ocorreu em duas datas. Os professores foram entrevistados no dia 14 de junho, enquanto a coordenadora e o gestor no dia 21 do mesmo mês. Diante do roteiro estruturado previamente, iniciamos esse processo indagando sobre suas percepções acerca do *bullying* no âmbito escolar. Obtivemos as respostas apresentadas no quadro 4:

Quadro 4 - Qual sua percepção sobre o bullying no âmbito escolar?

SUJEITOS	RESPOSTAS
GESTÃO ESCOLAR	“São agressões que provocam mudanças de comportamentos entre crianças e adolescentes, às vezes passam como brincadeiras, por isso precisam ser levadas a sério.”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	“É um dos principais problemas enfrentados no âmbito escolar, geralmente surge em pequenos detalhes e para muitos profissionais passam despercebidos.”
PROFESSORA EMPATIA	“Problemas relacionados à agressividade que podem causar impactos no bem-estar dos jovens em sala de aula.”
PROFESSOR SERIEDADE	“Agressão física, emocional sem motivo específico.”

Fonte: Dados da autora (2023).

A partir das respostas dadas, nota-se que docentes apresentam pontos conceituais limitados quanto à abordagem dessa temática. Entretanto suas percepções apontam para o reconhecimento das características peculiares desse problema no ambiente escolar. Além disso, percebe-se que eles conseguem identificar as condutas provocadas, o público envolvido, a dificuldade de enfrentamento e o impacto que pode afetar a aprendizagem e a vida dos sujeitos.

Diante desse entendimento mediado por incertezas, ressaltamos a definição de *bullying*, apresentado pela Lei Nº 13.185/2015, em seu artigo. 1º, § 1º:

[...] todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015).

Apesar dessa legislação ser recente em território brasileiro, o *bullying* possui uma história tão longa que pode ser equiparada à existência das primeiras escolas, porém as primeiras investigações são realizadas a partir da década por Dan Olweus, em virtude das agressões sofridas por vítimas em ambientes educacionais, aponta Silva (2015).

Conforme as percepções dadas ainda podemos inferir que os profissionais da educação necessitam ampliar seus repertórios de conhecimento com relação a essa temática cada vez mais frequente na convivência dos jovens acarretando sérias consequências.

A seguir apresentamos o quadro 5, que aponta as respostas dadas pelos entrevistados sobre seus conhecimentos acerca da Lei 13.185/2015:

Quadro 5 - O que você conhece sobre a Lei 13.185/2015?

SUJEITOS	RESPOSTAS
GESTÃO ESCOLAR	“Essa Lei é um avanço para o enfrentamento desse problema denominado <i>bullying</i> , por isso apresenta esclarecimento, tipos, porém até onde conheço ela é pouco aplicada. Confesso que preciso aprofundar mais.”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	“Uma Lei promulgada para combater ocorrências de <i>bullying</i> nas escolas.”
PROFESSORA EMPATIA	“Não conheço, mas sei que se trata do <i>bullying</i> e todo professor deveria saber.”
PROFESSOR SÉRIE DADE	“Sei por alto que trata sobre o <i>bullying</i> , mas ainda não busquei estudá-la.”

Fonte: Dados da autora (2023).

Diante das respostas apresentadas, percebemos que a maioria não demonstra conhecimento aprofundado ou mesmo não conhece o conteúdo da Lei 13.185/2015 que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática. Nota-se pelos pontos específicos nas falas dos entrevistados: *Gestão Escolar* “Confesso que preciso aprofundar mais”, Professora Empatia “Não conheço (...)” Professor Sériade: “Sei por alto (...). A Coordenação Pedagógica, por sua vez demonstra assertividade afirmando a respeito da finalidade desta legislação.

Esse desconhecimento pode ser desencadeado pela ausência de ações pedagógicas relacionadas às práticas que envolvem condutas características de *bullying*, por ainda se passarem como brincadeiras, entretanto, anterior à promulgação dessa Lei, outros documentos norteadores, como os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM) que orientam para a construção de propostas curriculares com a inserção de assuntos que demandam questões urgentes e presentes na contemporaneidade (Brasil, 2000), inclusive exigem propostas pedagógicas que possam permear pela metodologia interdisciplinar como orienta no eixo de Temas Transversais. Vale ressaltar que diante da homologação da BNCC na etapa do ensino

médio, em 2018, esses temas receberam uma nova nomenclatura, sendo estabelecidos como Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) na geração dos novos currículos (Brasil, 2019).

Dessa forma, os dados apresentados por meio das respostas mantêm em alerta a necessidade de investir na formação continuada do corpo docente, tendo em vista que a Lei 13.185/2015 deve estar em pleno vigor compondo os currículos das escolas. Além disso, outras leis foram promulgadas recentemente para assegurar a causa, como o simbolismo da Lei nº 13.277/16 que instituiu o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola. Vale elencar ainda a Lei nº 13.663/2018 que inclui a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino em todo território brasileiro.

Dando continuidade, analisaremos o quadro 6 que apresenta a percepção dos docentes quanto aos espaços da escola, onde os casos de *bullying* costumam ser praticados. Logo identificamos indicações de possíveis contradições. Seguem as argumentações:

Quadro 6 - Em quais espaços da escola, os casos de bullying costumam ser praticados?

SUJEITOS	RESPOSTAS
GESTÃO ESCOLAR	“Podem ocorrer em qualquer espaço, as queixas mais relevantes estão relacionadas a sala de aula, pátio e corredores.”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	“Comumente em todo e qualquer espaço escolar.”
PROFESSORA EMPATIA	“Nos mais diversos espaços a sala de aula, pátio, banheiros, ônibus, corredores e on-line, mas aqui as queixas são fora da sala de aula com mais frequência.”
PROFESSOR SERIEDADE	“Podem ocorrer em qualquer espaço.”

Fonte: Dados da autora (2023).

Diante das quatro respostas, observa-se que a Coordenação Pedagógica e o Professor Seriedade têm dificuldade de enumerar onde esses casos podem ocorrer, o que pode indicar não ter conhecimento dos fatos ou simplesmente reconhecer que todo espaço está sujeito a correr risco. Enquanto o Gestor Escolar, afirma que recebe queixas dos alunos com indicações de lugares específicos do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa. De acordo com a argumentação dele, é provável que estejam se desenvolvendo práticas de Intimidação Sistemática, o que exige a promoção de ações pedagógicas para enfrentamento e combate.

A Professora Empatia por sua vez, reitera a existência das queixas, inclusive reforçando um espaço comum também apresentado pelo diretor, a sala de aula. Ela ainda reconhece outros ambientes possíveis. Um fato nos chamou atenção, pois a sala de aula é o espaço com maior

frequência de ocorrência, neste estabelecimento, mas a docente não explicou em qual momento as práticas costumam ocorrer. Entretanto, segundo Pereira (2019) o Brasil apresenta especificidade que demanda maior atenção, em virtude dos atos de *bullying* não acontecerem nos espaços sociais da escola, como pátio e refeitório, mas principalmente dentro das salas de aula, geralmente diante da presença docente.

Nesse caso, reforçamos diante da análise um olhar mais atento ao papel da coordenação e da gestão para traçar ações que favoreçam a prevenção e combate junto aos docentes e discentes. Nota-se que os profissionais da educação desta instituição não têm clareza sobre os fatos, além disso demonstram negligência pois é urgente desenvolver um projeto de acolhimento para os casos reais e hipotéticos de conhecimentos deles.

Prosseguindo a entrevista, arguímos os docentes sobre a maneira como agem diante de uma situação de *bullying* nesse ambiente educacional. Analisemos o quadro 7:

Quadro 7 - Como você age diante de uma situação de bullying nesse ambiente educacional?

SUJEITOS	RESPOSTAS
GESTÃO ESCOLAR	“Busco dialogar com ambas as partes, ouvir para entender as circunstâncias e buscar soluções. Geralmente essas queixas chegam por terceiros, um colega que presenciou.”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	“Diante de qualquer situação é preciso se manter firme enquanto profissional e buscar soluções para os casos.”
PROFESSORA EMPATIA	“Ainda não presenciei um caso específico, mas quando ouço os alunos expressando situações características oriento procurar a coordenação e direção da escola.”
PROFESSOR SERIEDADE	“Ainda não tive que lidar com esse tipo de situação, mas apenas com queixas, oriento que os envolvidos procurem a coordenação.”

Fonte: Dados da autora (2023).

Dadas as argumentações apresentadas acima, podemos perceber com maior clareza que somente a Gestão Escolar já enfrentou uma situação de *bullying* por meio de queixas expostas por uma testemunha. Ele aponta a resolução do problema pelo viés do diálogo, mas é preciso ir além para buscar soluções. Para manter a postura apresentada pela Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, uma das estratégias está em conhecer, estudar sobre os diferentes tipos de violências que podem ser desencadeadas para tomar as decisões mais assertivas.

Quanto aos dois últimos docentes desse quadro, notamos que apresentam dificuldade para lidar com uma futura situação de *bullying* nesse ambiente educacional, pois ambos afirmam que optam pela orientação de encaminhar os casos à coordenação, demonstram desconhecimento sobre o agir. No entanto, devemos reconhecer que a escola tem urgência em estabelecer ações para prevenir essas práticas nos seus diferentes segmentos, segundo Reis (2009, p.2):

A escola é um lugar privilegiado para promover a cultura do respeito às diferenças, à diversidade e da inclusão social, rumo a uma verdadeira democracia em que todos os cidadãos e cidadãs possam conviver com igualdade e sem discriminação. O papel da escola e das pessoas que trabalham na área da educação nesse processo é fundamental. É por meio da educação que a promoção desses tipos de cultura pode acontecer de forma mais efetiva, moldando novos valores e atitudes de respeito e paz, desconstruindo velhos e arraigados preconceitos, formando cidadãos e cidadãs que constituirão uma sociedade mais justa.

O pensamento de Reis (2009) corrobora com o objetivo da Lei nº 13.185/2015 que obriga as escolas a adotarem medidas de prevenção e combate ao *bullying*, desde quando entrou em vigor em fevereiro de 2016. O autor aponta que nesse ambiente o diálogo entre professores e alunos como ferramenta possível na resolução de problemas, principalmente quando associada ao estabelecimento de estratégias específicas como o contrato didático para mediar as diversas ações pedagógicas.

A seguir, perguntamos aos entrevistados sobre o que precisam para enfrentar as situações de *bullying*. Obtivemos as seguintes respostas no quadro 8:

Quadro 8 - Para enfrentar as situações de *bullying*, o que você necessita/precisa?

SUJEITOS	RESPOSTAS
GESTÃO ESCOLAR	“Primeiro analisar bem a situação para saber quem este envolvido para dialogar. Reconheço que ainda há muito o que fazer, mas é preciso estudar mais.”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	“É necessário sempre validar nosso emocional, nos manter firmes e se necessário buscar ajuda de profissionais da saúde mental.”
PROFESSORA EMPATIA	“Não faço ideia do que seja o mais correto, porém acolher os envolvidos é fundamental para dar seguimento ao acompanhamento.”
PROFESSOR SERIEDADE	“Acredito que devemos nos preparar, principalmente diante das evidências.”

Fonte: Dados da autora (2023).

O quadro de respostas aponta que a maioria dos entrevistados reconhecem a necessidade de buscar ajuda através dos investimentos quanto a prática de estudar mais para estar melhor preparado frente às situações adversas desse problema. Já a Professora Empatia, apesar de não ter conhecimento sobre o que é mais necessário, reconhece a importância dos acolhimentos dos envolvidos. Outra necessidade de suma importância foi destacada pela Coordenação Pedagógica que diz respeito ao apoio dos profissionais da saúde mental, como os psicólogos.

Para Malta (2010), às instituições educacionais devem investir na identificação das diferentes manifestações de condutas visando a eliminação através de ações didáticas e pedagógicas que visem a prevenção e o controle. O autor destaca ainda parcerias fundamentais como o apoio da comunidade, dos pais, da sociedade civil, das secretarias de Educação e Saúde, a partir da compreensão desse problema no âmbito escolar. Mais uma vez, os sujeitos

demonstram fragilidade para comunicação entre corpo profissional e discentes para enfrentar a prevenção e os casos existentes. Dessa forma, a criação de um programa de acolhimento, com estratégia de escuta nesse ambiente torna-se urgente, pois não há nenhuma proposta na comunidade escolar.

De posse das impressões já apresentadas, daremos continuidade à análise das respostas apresentadas pelos docentes. Dessa vez questionamos os profissionais sobre sua participação deles em alguma formação continuada sobre essa temática. Vejamos suas argumentações no quadro a seguir:

Quadro 9 - Já participou de alguma formação continuada sobre essa temática?

SUJEITOS	RESPOSTAS
GESTÃO ESCOLAR	“Participei de uma formação ampla, nada específico.”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	“Sim, por meio de uma plataforma on-line da Universidade Estadual do Maranhão, não recorro o período.”
PROFESSORA EMPATIA	“Ainda não, qualquer formação é bem-vinda.”
PROFESSOR SERIEDADE	“Nunca tive essa oportunidade, seria importante ter pois reconheço sua importância para estar mais preparado.”

Fonte: Dados da autora (2023).

Através das respostas dadas, percebemos que 50% já participou de alguma forma sendo uma formação específica ou ampla sobre o assunto como afirmam a Coordenação Pedagógica e o Gestão Escolar. Inclusive ela destaca o formato da oferta, on-line. Esse formato é estratégico por permitir que um maior número de professores tenha acesso flexibilizado para o processo de formação continuada. Inclusive esse processo constitui um dos objetivos estabelecidos no Art. 4º, do Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) referido no caput do art. 1º: “II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema”.

Para Reis (2009) a formação continuada docente proporciona o estabelecimento de práticas pedagógicas mais adequadas na rotina da sala de aula e afirma:

se você observar professores corretamente formados em ação, você logo verá que eles são capazes de estabelecer, frente a seus alunos, regras e expectativas claras com relação a comportamento e a aprendizagem, de gerar efeitos corretivos e retrospectivos de natureza positiva, quando necessário, de usar repreensões quando preciso e de incentivar o desenvolvimento das capacidades sociais e do autocontrole entre seus alunos. (Reis, 2009, p.260).

É notória a importância da formação continuada como defende o autor, entretanto nem todos os professores recebem ou têm acesso a esse processo. De acordo com os dados apresentados no quadro 9, a outra parcela de 50% dos docentes do Centro de Ensino Antenor Bogea, ainda não tiveram oportunidade de receber esse suporte com o uso de estratégias e

conteúdo para o enfrentamento desse tipo de violência. Ressaltamos, ainda que o processo de formação continuada pode ser desenvolvido sob mediação de um profissional que já teve a oportunidade de participar e diante dos conhecimentos adquiridos pode promover com seus pares estudos, debates e discussão sobre as diversas questões que permeiam a prática docente nas vivências cotidianas em que o aluno se encontra inserido.

No quadro a seguir, buscaremos entender como as famílias participam desse processo de identificação e de solução de situações de *bullying* na escola. Analisemos, o que os docentes apontaram:

Quadro 10 - Como as famílias participam desse processo de identificação e de solução de situações de bullying na escola?

SUJEITOS	RESPOSTAS
GESTÃO ESCOLAR	“As famílias podem até perceber mudanças, procuram a escola nesses casos poucas vezes, porém se convocadas comparecem.”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	“Procuram a escola a partir das reclamações dos seus filhos ou outras investigações de comportamentos, ainda são poucas vezes, e também se, convocadas.”
PROFESSORA EMPATIA	“Não conheço a realidade das famílias procurarem a escola.”
PROFESSOR SERIEDADE	“As famílias geralmente não procuram a escola.”

Fonte: Dados da autora (2023).

De acordo com as respostas, a maior parcela admite que as famílias não buscam a escola no processo de identificação e de solução de situações de *bullying* que envolve os protagonistas desse problema, mas é importante salientar, que um dos objetivos específicos do Projeto Político Pedagógico deste Centro de Ensino é “colaborar de forma significativa e dinâmica com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade local”. Então, diante do exposto pelos docentes essa colaboração tem apresentado desencontros, pois apesar de afirmarem a presença da família, não demonstram que haja constância.

A legislação federal por meio do Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) em seu Art. 4º, no caput do art. 1º, apresenta a necessidade de estabelecer a participação da família através do objetivo IV - “instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores”, entende-se que a ausência dos familiares dificulta o desenvolvimento de práticas de prevenção, controle e combate efetivo desse problema que interfere diretamente na aprendizagem e saúde dos discentes. Reconhecemos que essa parceria é de fundamental importância, tendo em vista que uma porcentagem dos alunos conversa, apenas com seus familiares sobre o assunto.

No quadro 11, apresentamos a devolutiva dos profissionais da educação quanto ao apoio do profissional psicólogo na escola, como acontece o encaminhamento e a qual secretaria ele está vinculado. Vamos entender as respostas dadas:

Quadro 11 - A escola conta com apoio do profissional psicólogo? Como acontece o encaminhamento? A qual secretaria ele está vinculado?

SUJEITOS	RESPOSTAS
GESTÃO ESCOLAR	“Há um psicólogo que atende às demandas da rede estadual de ensino, quando necessário basta acionar a Secretaria Estadual de Educação.”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	“Sim, através da Secretaria Estadual de Educação por meio da parceria com a gestão escolar, e pode também buscar a Secretaria de saúde do município.”
PROFESSORA EMPATIA	“Na escola não, quando tiver necessidade talvez seja possível buscar apoio com o município.”
PROFESSOR SERIEDADE	“Não há esse profissional para apoio direto, mas deve existir parcerias.”

Fonte: Dados da autora (2023).

Todas as respostas apontam que há apoio desse profissional para atender às demandas necessárias deste Centro de Ensino. Os docentes indicam duas parcerias, uma delas ligada diretamente à Secretaria Estadual de Educação através da relação direta com a gestão escolar. A outra por meio do apoio com a Secretária de Saúde do Município. Além disso, precisamos reiterar o quinto objetivo do Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) em seu Art. 4º, no caput do art. 1º “dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores”. Para Malta (2010), as áreas da saúde e educação devem estabelecer práticas sociais em conjunto com outras instituições quando houver a necessidade de enfrentamento ao *bullying* para promover qualidade de vida no âmbito individual e coletivo. Sobre o desenvolvimento de alguma prática didática em relação à prevenção ou combate ao *bullying* na escola, os entrevistados responderam:

Quadro 12 - Você desenvolveu alguma prática didática em relação à prevenção ou combate ao bullying na escola?

SUJEITOS	RESPOSTAS
GESTÃO ESCOLAR	“Até o momento não, mas quando tenho oportunidade procuro dialogar com os alunos de maneira assistemática, até porque às vezes apresentam esses casos como brincadeiras e outras vezes são queixas conscientes. Reconheço a importância de mobilizar uma ação pedagógica para a prevenção.”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	“Sim, algumas vezes, já tivemos uma palestra e na sala de aula apresentando discussões e reflexões sobre o tema, mas é necessário investir em práticas mais eficientes.”
PROFESSORA EMPATIA	“Apenas diálogo quando surge a abordagem, mas nada específico.”
PROFESSOR SERIEDADE	“Não, esse assunto é abordado de maneira geral nas aulas sem tratamento específico”

Fonte: Dados da autora (2023).

Todos os docentes relataram que de alguma forma, em algum momento desenvolveram uma ação pedagógica relacionada à prevenção do *bullying*. A prática didática citada com maior frequência aquelas mediadas pelo diálogo e reflexões acerca do assunto. A maioria reconhece a necessidade de investir na mobilização de uma ação pedagógica para a prevenção. Isso denota que os professores têm interesse mediante a disponibilização de apoio para “implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação” como prever a Lei Nº 13.185/2015, através do objetivo III.

Para encerrar essa coleta de dados, indagamos os professores se eles acreditam que a Arte e a Sociologia podem colaborar com a prevenção ou combate ao *bullying* na escola. Dispomos das respostas, no quadro 13:

Quadro 13 - Você acredita que a Arte e a Sociologia podem colaborar com a prevenção ou combate ao bullying na escola?

SUJEITOS	RESPOSTAS
GESTÃO ESCOLAR	“Acredito que sim, desde que sejam traçadas estratégias adequadas e que possam fomentar a conscientização e empatia entre os alunos em geral.”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	“Sim, tão quanto qualquer outra área de conhecimento com estratégias adequadas para cada campo.”
PROFESSORA EMPATIA	“Sim, ambos podem, porém é necessário planejamento com as demais disciplinas para um trabalho coletivo de forma que todos se apoiem. Usar peças de teatro, música.”
PROFESSOR SERIEDADE	“As duas podem sim, até mesmo de forma interdisciplinar com debates e seminários.”

Fonte: Dados da autora (2023).

Todos os participantes responderam que acreditam que a Arte e a Sociologia podem colaborar com a prevenção ou combate ao *bullying* na escola. Destacamos dois pontos de vista comuns que enfatizam a importância do planejamento ao traçar as estratégias em cada área de modo que possam fomentar a conscientização e a empatia entre os alunos em relação a abordagem. Outro destaque, foi a colocação do Professor Seriedade que aponta o trabalho interdisciplinar entre ambas por meio de debate e seminários. Enquanto a Professora Empatia reforça a possibilidade e infere sobre a necessidade do planejamento estratégico. Por fim, ela colabora com sugestões de atividades artísticas para serem desenvolvidas a partir de um trabalho coletivo, usando as linguagens artísticas do Teatro e Música.

Diante dos dados coletados e analisados, das sugestões propostas essa pesquisa resultou na elaboração de um Produto Educacional no Formato de Cadernos de Proposições Pedagógicas

composto por referencial teórico e propostas didáticas interdisciplinares que abordam com ênfase a área das artes visuais e do teatro. Para melhor entender essa organização interdisciplinar as apresentamos por seção, na primeira sugerimos a linguagem Cinema acompanhada de roda de conversa direcionada e criação de pôsteres, enquanto a segunda propõe a linguagem fotografia e o teatro a parti dos jogos teatrais, já a terceira sugeri a linguagem teatral por meio da dramatização do jornal e interpretação dramática do livro *Flicts*. Porém reiteramos que essas propostas podem ser adaptadas pelos docentes para melhor atender suas demandas educacionais e pedagógicas, inclusive inserindo outras linguagens da Arte.

4.3.3 – Com a palavra os discentes do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa

Para a etapa de análise e interpretação dos dados coletados com os discentes mantivemos as estratégias de identidades em sigilo, ou seja, não revelamos seus nomes verdadeiros. Por isso optamos por enumerar os alunos e desta forma, garantimos o direito do anonimato exigido no campo da pesquisa por razões éticas. O instrumento de coleta selecionado para aplicar com esses sujeitos foi o questionário composto por 14 questionamentos, o tratamento e as interpretações dos dados foram elaborados por meio de gráficos e um quadro, porém mantendo o caráter qualitativo.

A aplicação desses questionários ocorreu em três datas, em virtude das turmas que compõem o total da oferta do Ensino Médio nesta instituição de ensino. A aplicação desse instrumento iniciou pelo primeiro ano e finalizou com o terceiro ano, respectivamente nos dias 9, 16 e 23 de agosto do ano de 2023.

AÇÃO PRÁTICA

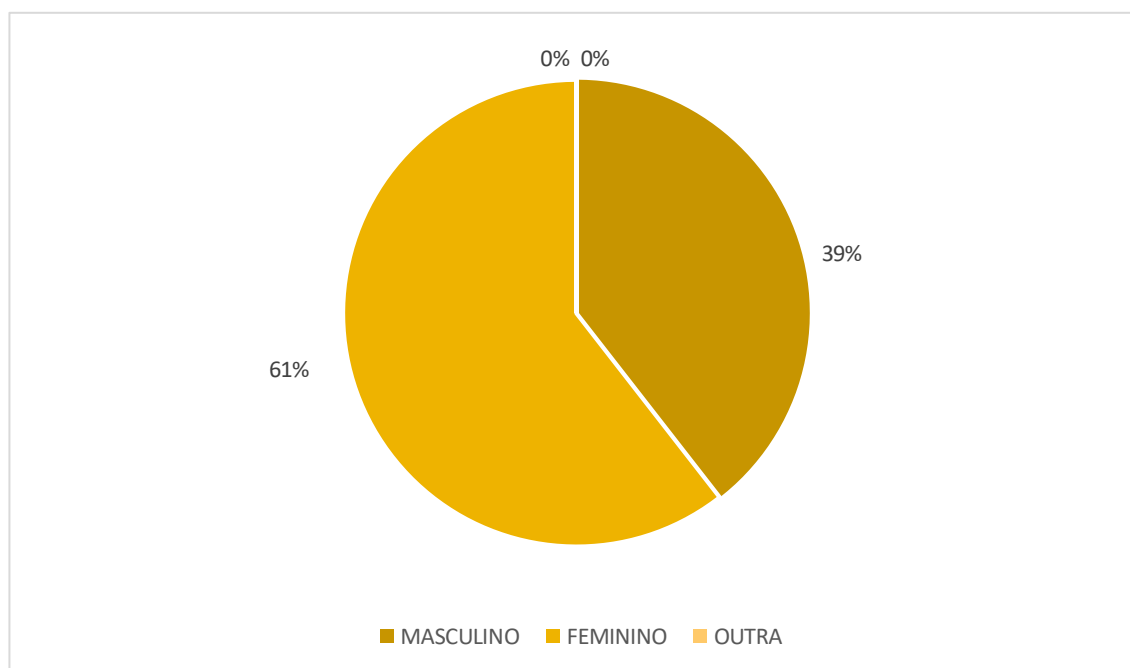
Figura 7 – Alunos participando da aplicação do instrumento questionário.



Fonte: Dados da autora (2023).

O Centro de Ensino Professor Antenor Bogeia, em agosto de 2023 quando a coleta foi realizada contava com 52 alunos matriculados regularmente nas três séries do Ensino Médio. Desse total, apenas 38 aceitaram colaborar, sendo 18 alunos do primeiro ano, 9 alunos do segundo ano e 11 alunos do terceiro ano, esse quantitativo se deu em decorrência da logística técnica e mecânica no transporte escolar. Nota-se que do universo total tivemos 14 alunos ausentes. As informações ou variáveis coletadas tratam sobre idade, opção gênero, etnia, segurança e demais percepções acerca da temática *bullying* e suas ações de prevenção. Daremos prosseguimento com a análise e a interpretação desses dados para buscar uma compreensão a partir das respostas pretendidas. A seguir, o gráfico 1 apresenta a manifestação dos discentes, quanto a sua opção de gênero.

Gráfico 1 - Quanto à sua opção de gênero.

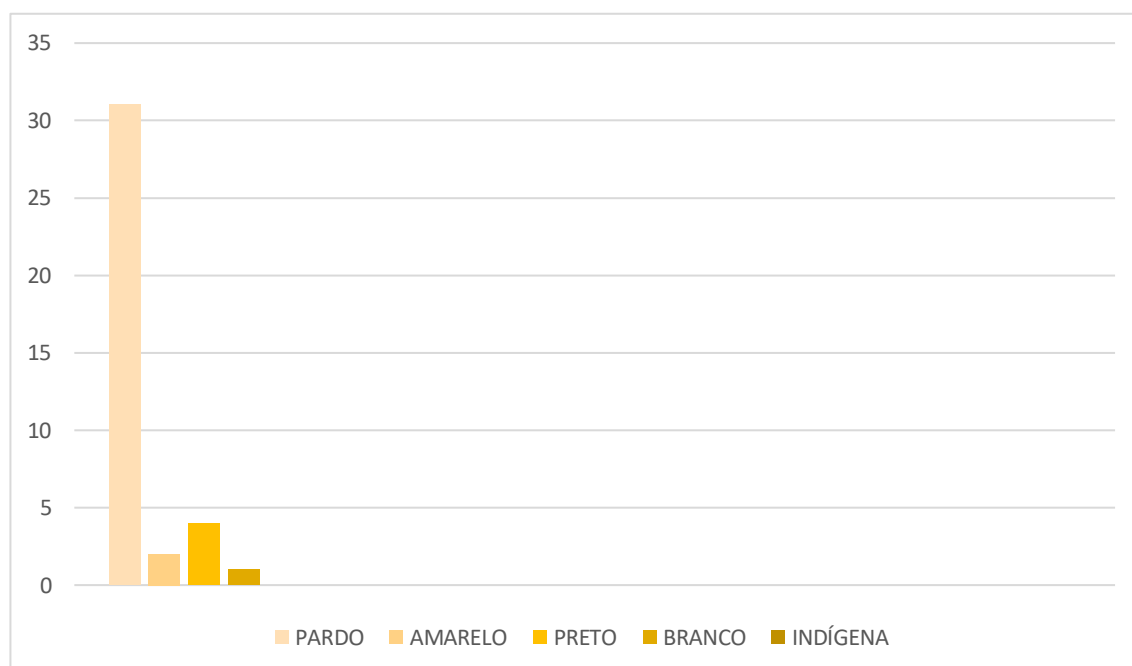


Fonte: Dados da autora (2023).

De acordo com os dados tratados, podemos inferir que 61% do total representa o gênero feminino, o que resulta numa parcela de 23 alunas. O restante soma 39%, representando o gênero masculino, convertendo um valor de 15 alunos. O maior número de alunas estava na turma do segundo ano.

Dentre as informações investigadas buscamos compreender a identificação dos discentes quanto sua etnia. Obtivemos os seguintes dados no gráfico 2:

Gráfico 2 - Quanto a sua etnia como se identifica?

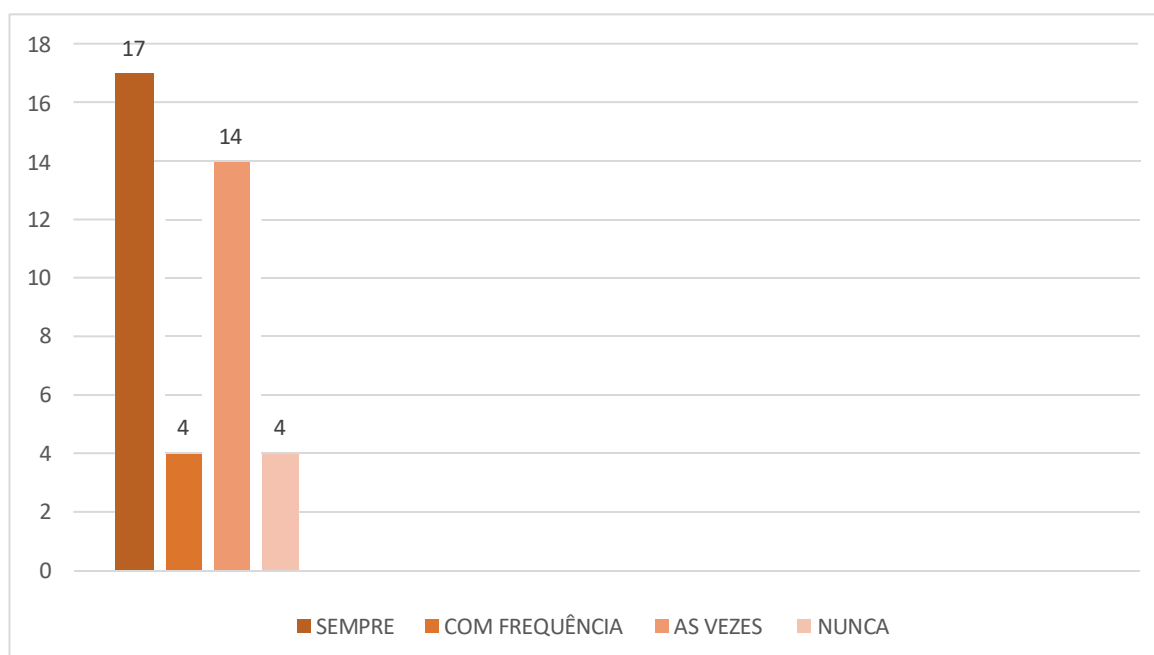


Fonte: Dados da autora (2023).

Quanto a identificação étnica o reconhecimento como “pardo” foi o mais expressivo somando um total de 31 sujeitos para esta opção. O segundo lugar foi ocupado pelos discentes que se reconhecem como “preto”, resultando numa variável de 4 discentes. As opções “amarelo” e “branco” representam uma minoria resultante, sendo representado respectivamente por 2 e 1.

Levando em consideração a sensação de segurança em relação à temática investigada, questionamos os sujeitos se eles se sentem no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa. Para esse item, tivemos uma variação significativa, analisemos as respostas:

Gráfico 3 - Você se sente seguro no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa?



Fonte: Dados da autora (2023).

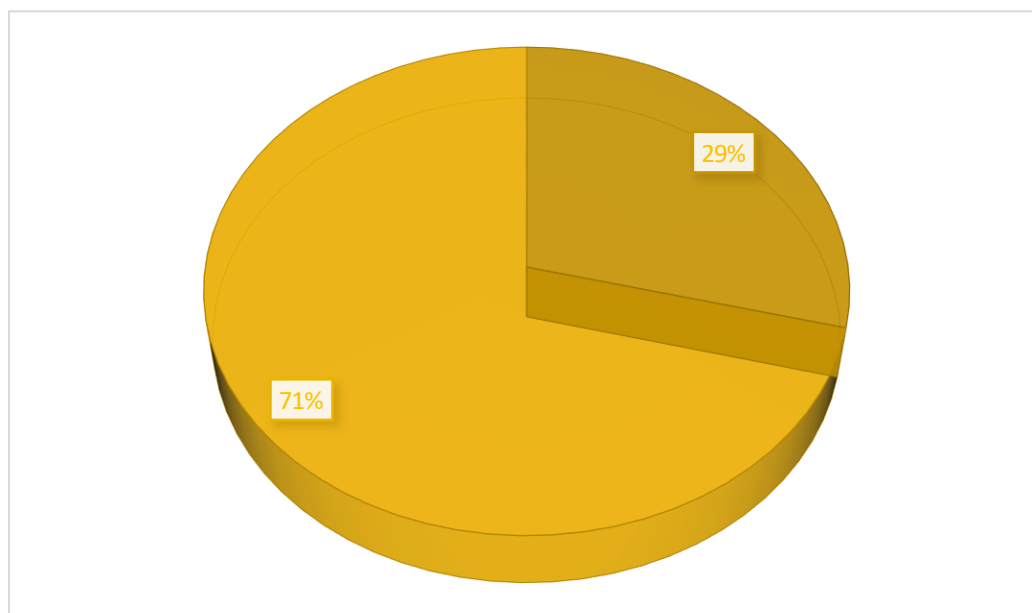
Notamos uma relação muito aproximada entre “sempre” se sentir seguro e, sentir-se seguro “às vezes”, apesar de “sempre” prevalecer. As respostas obtidas, a partir desse instrumento, em diferentes itens apontam para o número de quem sofreu alguma prática de bullying e para quem se mantém atento à prevenção. Diante desse recorte, do total de “às vezes” 4 demonstraram que já sofreu, 6 estão atentos à prevenção, sendo que 1 já praticou. Do total de “nunca” 3 demonstraram sofrer a prática e 1 está atendo a prevenção.

O aspecto de sofrer e prevenção foram interpretados, a partir das indagações e respostas apresentadas nos gráficos a seguir. Quanto ao aspecto “com frequência” e “nunca” o número de respostas mantiveram-se equiparadas em 4 por 4. Podemos afirmar pelos resultados que a maioria se sente “sempre” seguro na escola.

Sobre a questão da segurança na escola, Malta (2010) destaca que esse espaço deixou de ser considerado um espaço seguro em virtude dos tipos de violência praticadas nele, tanto no papel de vítima como autora de processos violentos. Ainda podemos inferir que a dificuldade desses alunos buscarem ajuda, pode estar relacionada com a deficiência de investimento em medidas de prevenção e combate ao *bullying* como obriga a lei nº 13.185/2015.

No gráfico 4 a manifestação dos alunos com relação ao sofrimento ou não de alguma prática de *bullying*. Vamos entender os resultados:

Gráfico 4 - Você sofreu alguma prática de bullying?



Fonte: Dados da autora (2023).

Conforme podemos analisar no gráfico 4 essa escola, segundo os discentes apresenta um número expressivo de práticas de *bullying* sofridas em algum espaço dela. Os resultados apontam, a partir de suas variáveis, uma porcentagem de 29% dos sujeitos que relataram sofrer esse tipo de violência, isso representa 11 alunos do total de 52 questionários aplicados. A maioria representada por 71%, somando 27 sujeitos, estão livres ou optaram por não assumir ter sofrido algum tipo de prática.

Diante da resposta dada como foi sim, solicitamos que o avaliado identificasse o tipo. A partir dessa identificação montamos o quadro 14 para tratar as respostas como podemos observar:

Quadro 14 - Qual a prática você sofreu?

TIPO	AÇÃO PRÁTICA	N	RESPOSTAS
VERBAL	APELIDAR	2	Apelidos machucam (A1) Sou tímido e me apelidam por não gostar de estar com eles (A7)
	IGNORAR	3	Sou ignorado por alguns pelo meu jeito calado, me ignoram (A3) Me ignoram porque sou tímido (A6) Sou tímido e fico de fora das conversas e atividades (A8)

SOCIAL	EXCLUIR	2	Pelo meu jeito reservado de ser, me deixam fora do que acontece (A9) Sou calado, não falam comigo, me sinto excluído (A2)
	ISOLAR	2	Sou tímido e não participo das conversas, por isso me isolam na sala e escola (A5). Porque sou tímido e não gosto de conversar, fico só por muito tempo na escola (A11)
PSICOLÓGICO	DESPREZAR	1	Por conta da minha magreza, elas não andam comigo (A10)
MORAL	DIFAMAR	1	Sou estudiosa e metem sobre mim (A4)

Fonte: Dados da autora (2023).

Podemos concluir a partir dos dados coletados que diante das tipologias de conduta expressas na lei nº 13.185/2015, quatro tem se manifestado no cotidiano no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa. Levando em considerações as informações emitidas pelos estudantes, a conduta mais expressiva neste contexto é a tipologia social, caracterizada por ação prática de ignorar, excluir e isolar, revelou um total 7 vítimas de *bullying* nessa amostragem. Um fator de destaque relacionado às práticas diz respeito ao aspecto timidez como característica comportamental por parte das vítimas, como relata o respondente A11: “Porque sou tímido e não gosto de conversar, fico só por muito tempo na escola (A11)”. Apesar de apresentar-se como minoria as condutas caracterizadas como verbal, psicológica e moral, revelou quatro casos juntas.

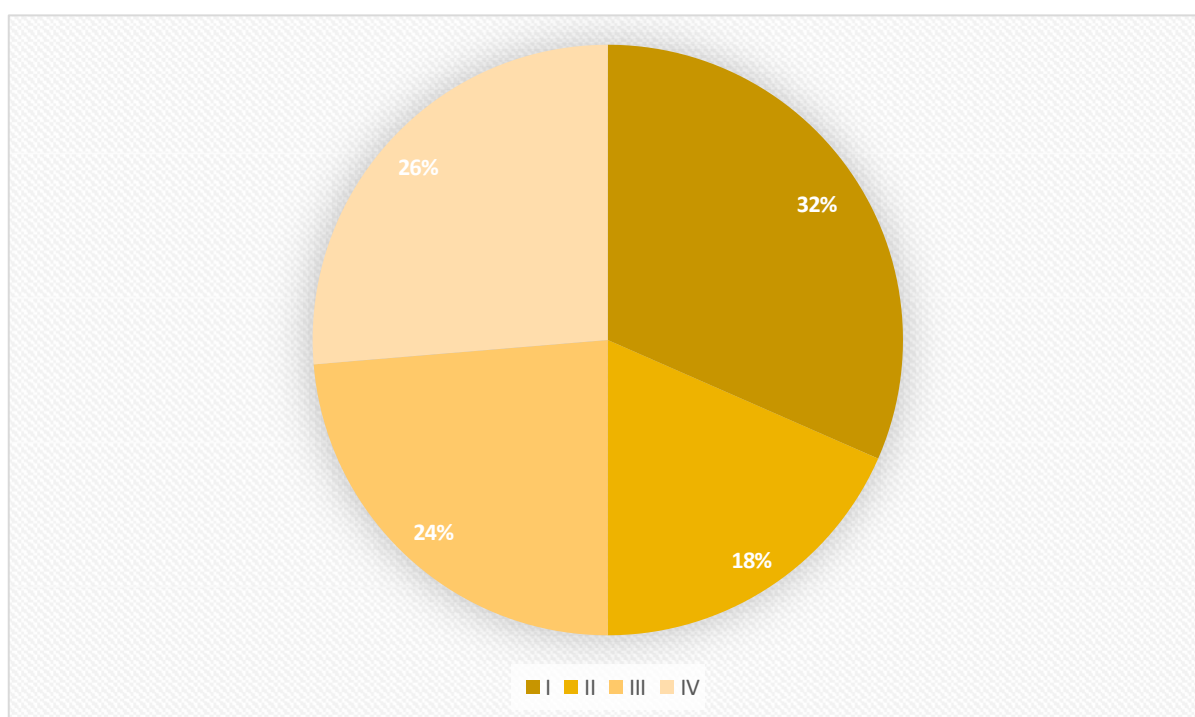
No campo da ação prática um respondente sente-se desprezada na turma e diz o motivo “Por conta da minha magreza, elas não andam comigo (A10)”, ou seja, do ponto de vista dos colegas não se encaixa num padrão corporal de beleza ou volumes, o que denomina o tipo psicológico. Outro responde sofre violência moral através da difamação, por um fato de assumir um compromisso com sua aprendizagem, então afirma que difamam sua pessoa por “Sou estudiosa e metem sobre mim (A4).” Diante do retorno dado por esse questionamento acreditamos que é urgente promover ações pedagógicas na perspectiva de prevenção e combate nas situações de práticas de *bullying* na escola, para garantir a integralidade de todos os discentes atendidos.

Entende-se todos esses casos precisam de acompanhamento, mas na sua maioria pelo relato dos alunos passam despercebidos. Entretanto trazem prejuízos aos estudantes agredidos e pode impactar também nos agressores, podendo ocasionar situações mais graves e frequentes. Os sujeitos respondentes, vítimas de *bullying* nessa escola responderam ao questionamento: Você teve apoio de algum profissional deste centro de ensino para resolver? Do total revelado

de 11 que informaram já ter sofrido alguma prática, todos afirmaram não ter recebido nenhum tipo de apoio de algum profissional do Centro de Ensino Professor Antenor Bógea. Entretanto a pesquisadora não inferiu aos sujeitos o motivo pelo qual não comunicou um profissional da educação, isso poderia esclarecer as incoerências dos fatos apontadas entre os dados apresentados pelos alunos, professores e gestão.

Levando em consideração que os estudantes são sujeitos ativos no ambiente escolar, questionamos sobre a opinião deles quanto ao que a escola pode fazer para prevenir o *bullying*. Analisamos as opiniões emitidas no gráfico 5:

Gráfico 5 - Na sua opinião, o que a escola pode fazer para prevenir o bullying?



Fonte: Dados da autora (2023).

Para responder ao questionamento supracitado acima, os respondentes tiveram a disposição as seguintes opções:

- I - Supervisionar melhor a escola;
- II - Estabelecer regras contra o *bullying*;
- III - Falar sobre *bullying* durante a aula;
- IV – Propor ações de conscientização.

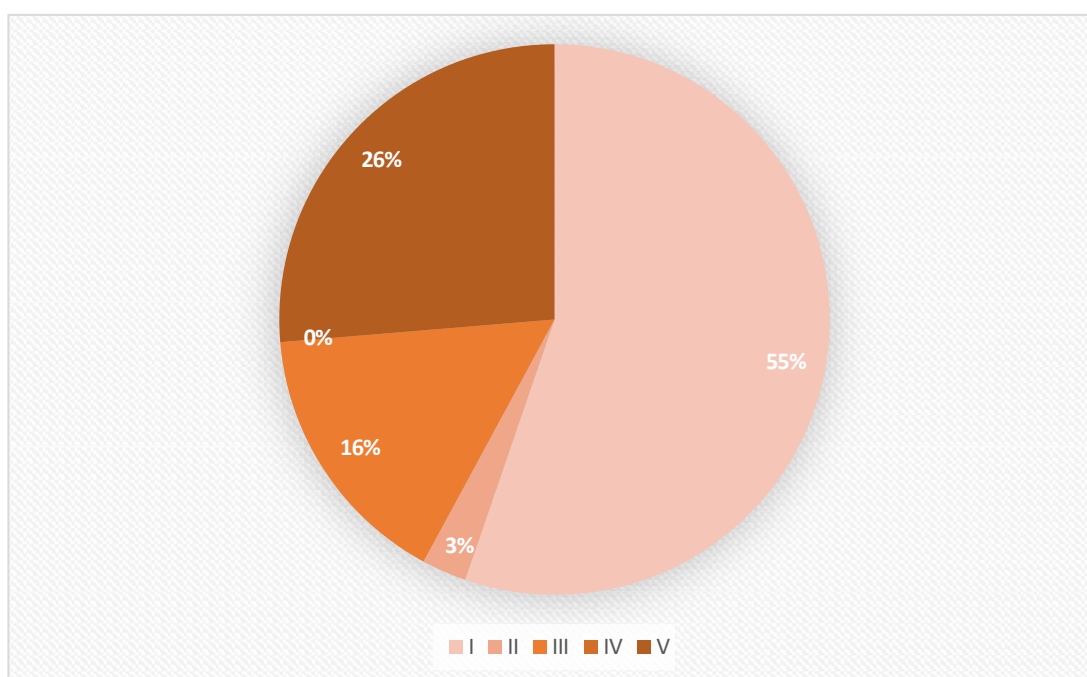
De acordo com os dados analisados, percebe-se na opinião deles que prevaleceu com 32% a opção “Supervisionar melhor a escola”, ou seja, essa função deveria ser estendida para todos os profissionais da educação que formam a instituição escolar, de acordo com a lei que

fundamenta esse “capacitar docentes e equipes pedagógicas” apresenta-se como objetivo obrigatório.

Na sequência, destacou-se a opção “Propor ações de conscientização” com 26% e, podemos reiterar que essa ação também está prevista nos objetivos da Lei nº 13.185/15, eles reconhecem a importância dessa proposta pedagógica. A terceira opção “Falar sobre bullying durante a aula” revelou uma porcentagem de 24% dentro da amostra, isso pode indicar a falta ações para o enfrentamento dos casos, além da prevenção. Uma parcela de 18% acredita que a escola precisa “Estabelecer regras contra o *bullying*” para prevenir ou resolver o problema. Podemos inferir que existe uma falha na comunicação e nas estratégias de escuta no Centro de Ensino Professor Antenor Boga para acolher, enfrentar e prevenir os casos de bullying.

Questionados a respeito de conversar com alguém sobre ser intimidado por prática de *bullying*, obtivemos a seguinte análise:

Gráfico 6 - Você já conversou com alguém sobre ser intimidado por prática de bullying?



Fonte: Dados da autora (2023).

Os participantes responderam essa questão optando por uma alternativa dentre cinco itens listados, como segue:

I - Eu não fui intimidado;

II - Não, estou com medo de ser julgado;

III - Sim, eu expressei minhas preocupações aos meus pais;

IV - Sim, expressei minhas preocupações aos meus professores;

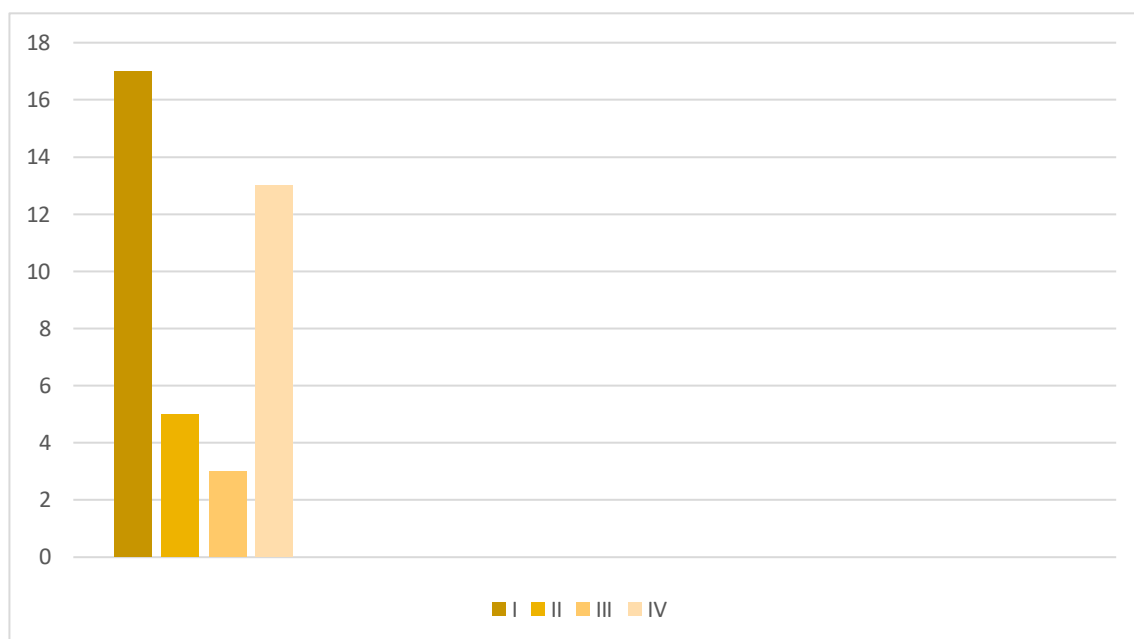
V - Sim, eu expressei minhas preocupações aos meus amigos.

Conforme descrição apresentada no gráfico 6, tivemos 55% que responderam “Eu não fui intimidado” e demonstraram não conversar sobre o assunto. A segunda porcentagem representando 26% provoca um duplo sentido, por um lado é um dado preocupante, tendo em vista que esses jovens conversam entre si e nem sempre levam os fatos a quem pode buscar maiores soluções, por outro lado positivo, pois de alguma forma mantém o diálogo sobre suas inseguranças. Porém poderiam ter um olhar mais atento por parte do corpo docente e todos que trabalham para a educação.

Notamos ainda, que esse assunto está presente nos ambientes familiares seja por situações de violência ou prevenção, revelado por 16% dessa mostra. Entretanto, os profissionais da educação lotados no campo de pesquisa revelam que as famílias poucas vezes procuram a escola para tratar de fatos relacionados com essa temática.

Um dado revelado chamou bastante nossa atenção, nenhum aluno optou pela alternativa “Sim, expressei minhas preocupações aos meus professores”, podendo ser interpretado como falta de envolvimento ou atenção dos mesmo com as ações práticas nesse ambiente de convivência. Para Neto (2005), faz parte do papel do professor observar a existência de situações adversas, a exemplo, dessa prática agressiva que tanto desconstrói a função da escola. Isso reflete no próximo questionamento aplicado que instiga sobre a atuação dos profissionais da escola diante de alguma ocorrência de *bullying*, conforme dados apresentados no gráfico 7:

Gráfico 7 - O que os profissionais da sua escola fazem quando veem ou sabem de alguma ocorrência de *bullying*?



Fonte: Dados da autora (2023).

Mais uma vez, os discentes tiveram que optar por uma alternativa a partir da apresentação de quatro opções, como segue:

I - Nada, demonstram não estar vendo;

II - Tomam atitude imediatamente;

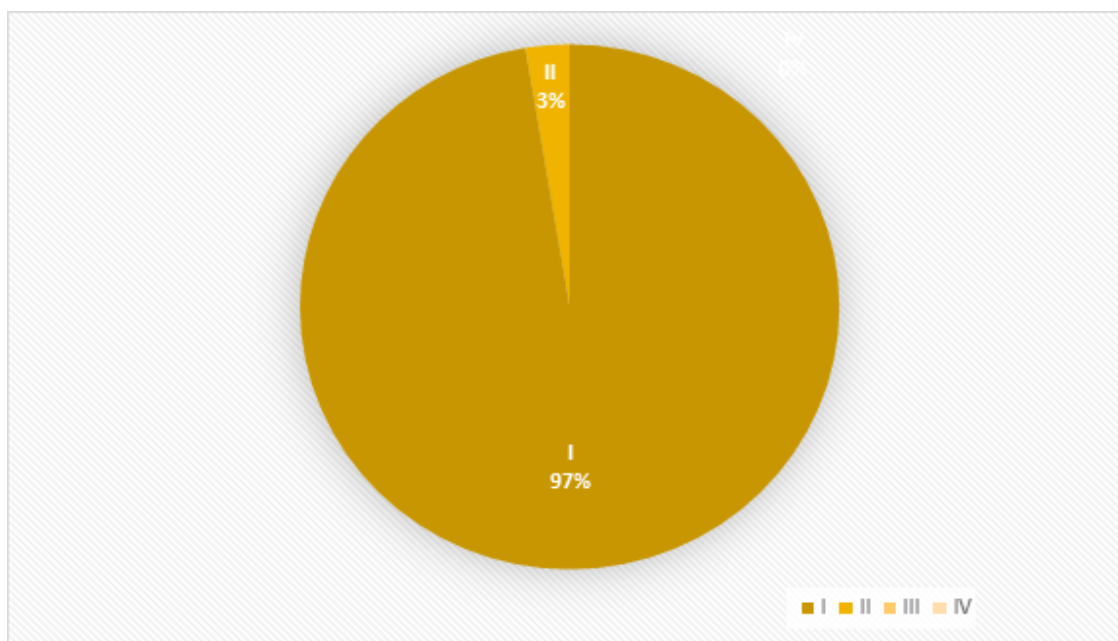
III - Aplicam punições;

IV - Encaminham para as autoridades escolares.

Segundo os dados informados, a maioria expressa em 17 opiniões nota que esses profissionais não fazem “Nada, demonstram não estar vendo”. O segundo valor mais expressivo revela que do total da amostra, 13 profissionais “Encaminham para as autoridades escolares”, 5 “Tomam atitude imediatamente” e 3 “Aplicam punições”, porém esse dado contradiz o que revelou os docentes na função de Gestor Escolar e Coordenadora Pedagógica na entrevista, quando afirmam que não lidam diretamente com casos, mas recebem queixas por parte das testemunhas, apenas. Por outro lado, mediante a interpretação dos dados podemos afirmar que todos os alunos que sofreram alguma prática de *bullying* ou preza pela prevenção, até o período de coleta de dados, marcaram a primeira opção “Nada, demonstram não estar vendo”.

O gráfico a seguir aponta para o número de envolvidos que se reconhece como praticante, agressor no contexto do *bullying* escolar, analisemos as informações:

Gráfico 8 - Você já praticou bullying?

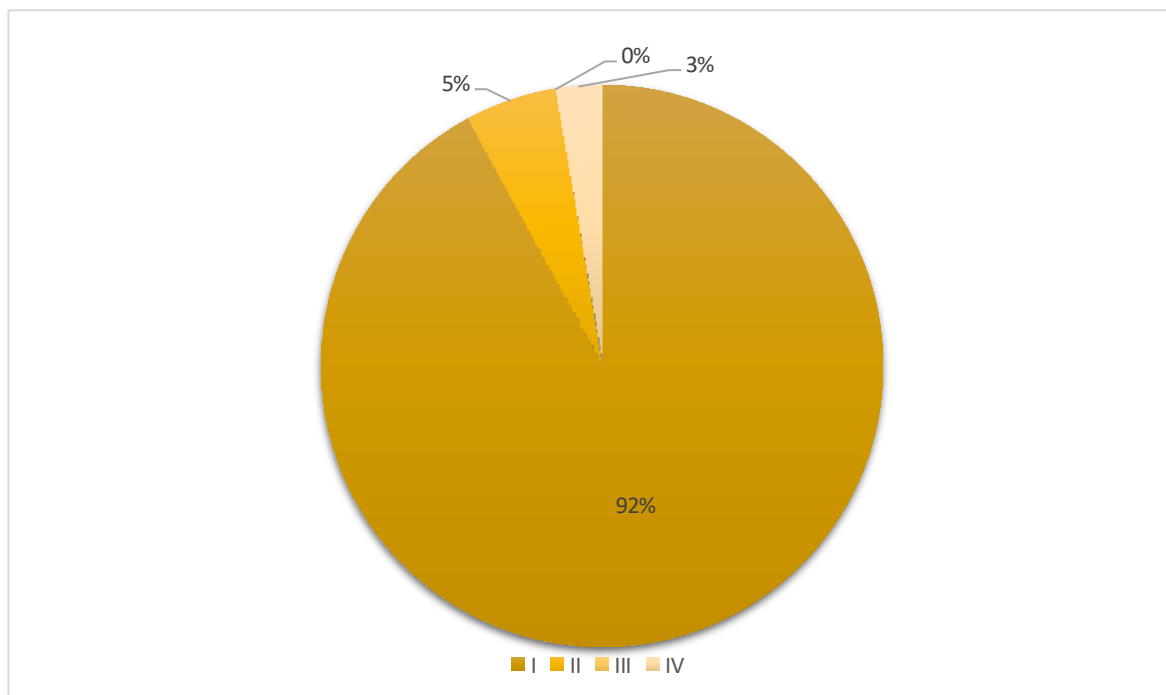


Fonte: Dados da autora (2023).

Para responder esse questionamento, disponibilizamos as opções: I - Nunca; II - 1 ou 2 vezes por semana; III - 1 ou 2 vezes por mês; IV - Todo dia. Nota-se, de acordo com o tratamento dos dados no gráfico 8, que 97% sendo 37 estudantes “Nunca” praticou ações caracterizadas como *bullying* e somente 3%, sendo 1 estudante, afirmou já ter praticado pelo menos “1 ou 2 vezes por semana”. Diante dessa análise podemos interpretar em duas hipóteses, a primeira que os agressores não participaram da coleta de dados, enquanto a segunda pode estar relacionada ao não assumir a função de agressor.

O próximo gráfico apresenta as respostas do questionamento referente a quantidade de dias que o discente perdeu a escola porque se sentiu inseguro ao comparecer no espaço educativo:

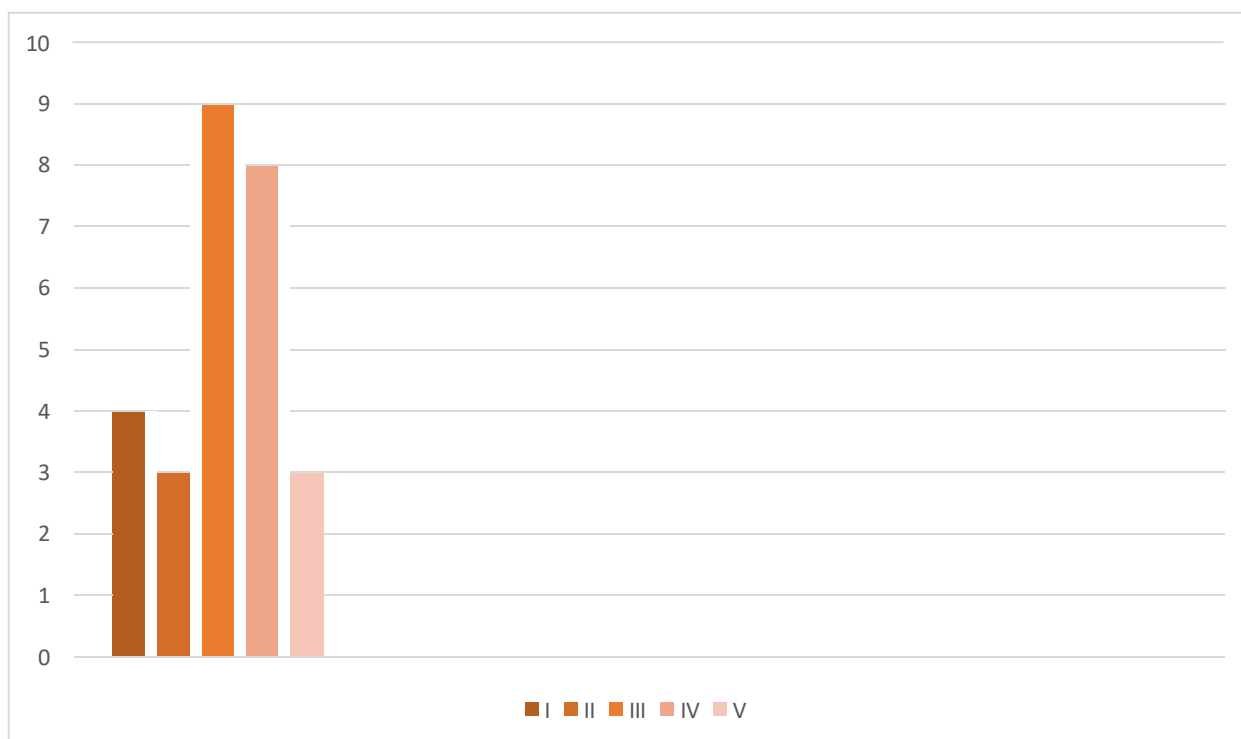
Gráfico 9 - Neste ano, quantos dias você perdeu a escola porque se sentiu inseguro ao comparecer à escola?



Fonte: Dados da autora (2023).

Novamente disponibilizamos quatro alternativas para que os alunos pudessem responder ao questionamento, indicado acima, opções atribuídas: I - Nenhum; II - 1 ou 2 vezes por semana; III - 1 ou 2 vezes por mês; e IV - 1 ou 2 vezes em 3 meses. Diante da estruturação, compreendemos que 92% dos discentes não precisaram perder “Nenhum” dia de aula por se sentirem inseguros. Entretanto, 2 estudantes que representam a parcela de 5% precisaram se ausentar pelo menos “1 ou 2 vezes por semana” por se sentirem inseguros. Dentro da minoria, 1 estudante deixou de frequentar a escola pelo menos “1 ou 2 vezes em 3 meses”. A redução na frequência escolar é apenas uma das implicações do *bullying* na aprendizagem discente, aponta Conceição e Ferreira (2023). Baixo desempenho, evasão escolar, isolamento social pode ser inserido nessas implicações, e de acordo com esses autores o processo de aprendizagem, deve garantir ao aluno um ambiente harmonioso e desprovido de qualquer tipo de agressão.

Para finalizar a coleta de dados, questionamos os discentes quanto aos espaços que eles consideram que haja maior ocorrência da prática de *bullying*. Segue no gráfico de número 11 as respostas apresentadas:

Gráfico 10 - Onde você acha que mais ocorre prática de *bullying*?

Fonte: Dados da autora (2023).

De acordo com os discentes e suas vivências no ambiente escolar desse contexto de pesquisa, o espaço com a maior ocorrência da prática de *bullying* é no pátio, que por sua vez revelou um total de 9 indicações. Continuando, em segundo com 8 indicações a sala de aula, espaço esse onde os docentes passam a maior parte do tempo com os alunos no desenvolvimento das ações didáticas e pedagógicas, porém a maioria dos casos passam despercebidos.

O corredor aparece na terceira colocação e conta com 4 indicações para espaço com grande tendência para práticas de violência. E por fim, indicados na mesma proporção são apresentados os banheiros e os ônibus escolares, cada um foi indicado 3 vezes nessa amostragem. Com a finalização da análise e interpretação podemos compreender que os discentes possuem conhecimentos acerca da temática investigada, apesar da pouca assistência dada a eles.

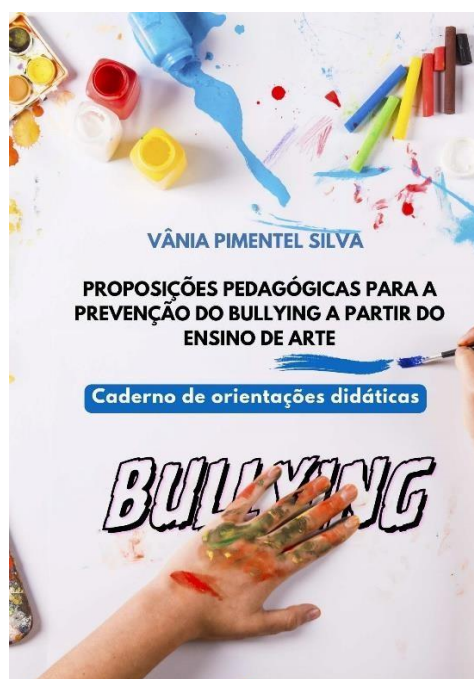
Diante dos resultados coletados e tratados dos sujeitos discentes, é possível constatar a exigência de incoerências dos fatos apresentados entre os dados apresentados pelos alunos, professores e gestão. Talvez, nesse ambiente escolar haja falha na comunicação, ou mesmo falta posicionamento pedagógico para desenvolver um programa de acolhimento e enfrentamento com estratégias de escuta para que essa comunidade escolar seja de fato assistido de modo a solucionar os danos que vem sendo causados.

4.4 O Produto Educacional da Pesquisa

A elaboração do Caderno de Orientações Didáticas (Apêndice E), teve como objetivo trazer um olhar sensível e atento aos resultados da pesquisa de forma didática, dinâmica e coerente com o centro de ensino pesquisado. A construção deste produto trata sobre a prevenção do *bullying* e está dividido em quatro lições, que por sua vez, estão estruturadas em duas partes: referencial teórico e propostas de atividades didáticas.

O referencial teórico apresenta informações contextualizadas e históricas, além de uma nota de destaque sobre cada tópico abordado por lição. Enquanto a segunda parte disponibiliza duas propostas didáticas a cada lição articuladas com diferentes práticas que versam sobre indicações e orientações de jogos teatrais e didáticos, exibição de filmes, leitura de livros, atividades reflexivas, rodas de conversa, criação de cartazes e pôsteres, produção de releitura fotográfica, montagem de exposição artística, interpretação dramática, criação e dramatização de telejornal, indicações de leituras referente às legislações, de filmes e de livros para colaborar com as ações didáticas dos professores no ato de planejamento de suas rotinas pedagógicas para tratar sobre esse assunto.

Figura 8 – Capa do Produto educacional



Fonte: Dados da autora (2023).

Ressaltamos que o produto teve construção iniciada após a aplicabilidade dos instrumentos de coleta de dados dessa pesquisa. Ele deve retornar para o Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa, localizado no Povoado Pedras, no município de Matões do Norte-MA, como suporte para o planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas propostas direcionadas para professores de Arte e Sociologia, podendo ser adaptadas para outras áreas de conhecimento ofertadas no Ensino Médio.

Diante dos dados coletados e analisados observa-se que ainda existe dificuldade por parte dos professores para desenvolver uma proposta pedagógica no que se refere a violência escolar, em especial aos diferentes tipos de *bullying*, palavras muitas vezes pronunciadas pelos próprios alunos. Para muitos, o significado desse termo é desconhecido, assim como falta conhecimento acerca da Lei nº 13.185/2015, inclusive por parte de alguns professores e alunos.

A escolha por este produto permite abordagens diferenciadas e inovadoras que possibilitam maior interação, não só entre os alunos e o conteúdo apresentado pelo professor, mas também entre os próprios estudantes. Em contrapartida, a relação entre os estudantes e a inovação do produto apresentado poderá despertar a curiosidade e estimular a aprendizagem, pois facilita para o professor captar a atenção dos alunos por ainda não conhecerem pedagogicamente estas ferramentas.

Deseja-se que este material seja um apoio aos professores de Arte e Sociologia no trabalho de prevenção das práticas de *bullying* no Ensino Médio. O presente caderno tem como objetivo principal apresentar propostas didáticas articuladas com informações contextualizadas, atividades diversificadas e ativas para colaborar com as ações didáticas dos professores no ato de planejamento de suas rotinas pedagógicas para tratar sobre a prevenção do *bullying* de modo a evitar esse agravante de violência na escola que atinge elevados índices e prejudica o bem-estar e a aprendizagem de muitos jovens no Ensino Médio atendidos pela Educação Básica maranhense e brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral, dessa pesquisa promoverá no ensino de Arte e Sociologia com ações preventivas à prática do *bullying*, considerando a Lei nº 13.185/2015 para elaboração de um Caderno de Orientações Didáticas com práticas pedagógicas para o Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa no município de Matões do Norte - MA.

A partir dos dados coletados e analisados foi possível elaborar o produto educacional para auxiliar as ações pedagógicas dos professores de Arte e de Sociologia. Esse estudo foi desenvolvido com base nos princípios de uma pesquisa de caráter qualitativa, foram selecionados como sujeitos profissionais da educação que atuam no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa. Apresentaremos os demais objetivos específicos, expondo os resultados alcançados:

Com relação ao primeiro, verificar através de entrevistas estruturadas as intervenções dos professores de Arte e Sociologia do ensino médio sobre o *bullying* em aspectos gerais, foi possível identificar as poucas iniciativas desenvolvidas, assim também com a inexistência de planejamentos para desenvolver essas ações. Na maioria das vezes pela falta de acessibilidade de conhecimento acerca da problemática. Em virtude disso, muitos casos ainda passam despercebidos diante dos olhos desses docentes como afirmaram os discentes ao responder o questionário aplicado durante a investigação. Para sanar essa deficiência é urgente investir em formação continuada, num formato adequado para a disponibilidade deles. O fator indisponibilidade impossibilitou o desenvolvimento de formação continuada proposto no princípio dessa pesquisa.

Quanto ao segundo, analisar os planos anuais de conteúdos de Arte e Sociologia do ensino médio com o intuito de verificar a existências de ações para a prevenção de situações de *bullying* na escola, verificou-se os documentos internos desse campo de pesquisa, mas nota-se que não há planejamento específico ou ações estabelecidas, entretanto, pelas programações de conteúdos planejados por componente curricular existe possibilidade de investir, mas uma vez ressalta-se a dificuldade de identificar a problemática no espaço escolar. É importante salientar que há outros projetos sistematizados no PPP/2022 para a programação anual da escola.

O último objetivo, elaborar para os professores do ensino médio um Caderno de Orientações Didáticas com práticas pedagógicas direcionadas ao ensino de Arte e Sociologia no apoio à prevenção do bullying de acordo a Lei nº 13.185/2015 para o Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte – Maranhão, o produto educacional foi elaborado dividido em quatro lições que contam com proposições que envolvem uma parte teórica e propostas práticas de atividades vinculadas a metodologia interdisciplinar que atendem tanto a Arte quanto a Sociologia. Desejamos

que possa colaborar com a prevenção e a minimização das práticas de *bullying* no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa.

Apresentados os dados obtidos reconhecemos que os docentes participantes acreditam que os componentes curriculares Arte e Sociologia podem colaborar para a prevenção às práticas de *bullying* na escola, desde que haja um planejamento estratégicos com o intuito de fomentar a conscientização e a empatia entre os alunos em relação a abordagem. Para tanto, propomos através do Produto Educacional um repertório teórico acompanhado de proposta práticas coletivas por acreditar que possam colaborar com esse processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. L.; SILVA, A. C.; CAMPOS, J. S. **Importância da identificação precoce da ocorrência do bullying**: uma revisão de literatura. *Rev. Pediatri*, 9(1): 8-16, jun./agosto. 2019.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivro, 2005.

BARBOSA A. M. **Arte-educação: conflitos/acertos**. 3. ed. São Paulo, Max Limoned, 1988.

_____. **A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. Artes no ensino médio e transferência de cognição. **Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp**, 5(2), 77–89, 2017.

BARROS, A. J. S; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2ª edição ampliada. São Paulo: Mackron Books, 2012.

BARROS, A.J.P. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BERVIAN, P.A; CERVO, A. L. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1996.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998a. p. 39-64.

BRASIL. **Constituição Federal, de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jan. 1988. p. 1, anexo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 14 out. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 13.185**, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 nov. 2015. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 13.663, de 14 de maio de 2018**. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 mai. 2018. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm. Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 09 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 13.277**, de 29 de abril de 2016. Institui o dia 7 de abril como o dia nacional de combate ao bullying e à violência na escola. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 mai. 2016. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13277.htm. Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte/Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 2000. Acesso em: 01/09/2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria normativa Nº 17**, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/217-noticias/1207656570/14851-nova-portaria-corrige-normas-sobre-mestrado-profissional>. Acesso em: 22 abr 2020.

BRASIL. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 10 jan 23.

CAPUTI, D.R.P; SILVA, V.F. Educação integral como possibilidade de enfrentamento ao bullying. In: **Revista educação**. v.15, n.1, p. 164-170, 2020.

CAREGNATO, C. E.; CORDEIRO, V. C. Campo científico-acadêmico e a disciplina de Sociologia na escola. **Educação e Realidade**, v. 39, p. 39-47, 2014.

CERVO, A. L. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHARLOT, B. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Revista Sociologias, Porto Alegre, RS, n. 8, jul./dez. 2002.

CIGALES, M. P. O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares. **Revista Café Com Sociologia**, 3(1), 49–67. Recuperado de <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/100>. Acesso em: 12 jan 2023.

COUTINHO, C.P; CHAVES, J.H. O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**, 15(1), pp. 221-243, 2002.

D'ABREU, L.C.F.; MARTURANO, E.M. Associação entre comportamentos externalizantes e baixo desempenho escolar: uma revisão de estudos prospectivos e longitudinais. In: **Estudos de Psicologia**, v.15, n.1, p.43-51, 2010.

DICICCO-BLOOM, B.; CRABTREE, B. F. The qualitative research interview. **Medical Education**, v. 40, n. 4, p. 314-321, 2006.

FANTE, C. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas**. 2. Ed, Campinas: Verus, 2005.

FANTE, C. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. São Paulo: Verus, 2012.

FERREIRA, Fabrício Nicácio; CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro da. Bullying em ambiente escolar e suas implicações na aprendizagem discente. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 12, 5 de junho de 2023.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GABRIEL, G. J; MARTINS, R. A. Contribuições do ensino de Arte para prevenção da violência bullying. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 17, p.1-12 jan/dez 2020. DOI: 10.5747/ch.2020.v17.h454.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T (Org.). **Métodos de pesquisa**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, F. J.; VIANA, A. I. S; ROSA, C. R. A. SUICÍDIO EM BOM LUGAR: Bullying homofóbico juvenil na zona rural maranhense. In: **Intinararius reflectinis**. ISSN 1807 – 9342. Vol.13, n. 2, Ano: 2017.

GUADAGNIN, S.M.S; BIANCHESSI, C. **O ensino de sociologia e sua importância para a educação na construção da sociedade**. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/112/Sonia%20Mara%20Sides%20Guadagnin.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso: 02 set 2022.

GUAZI, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, p. 1-20, 2021. 60 <https://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf> . Acesso em: 15 ago. 2022

IABELBERG, R. O ensino de arte na educação brasileira. **Revista USP**, [S. l.], n. 100, p. 47–56, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i100p47-56. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/76165>.. Acesso em: 13 mar. 2023.

JINKINGS, N. Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 113–130, 2007. DOI: 10.5433/2176-6665.2007v12n1p113. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3391>. Acesso em: 10 jan. 2024.

JUNG, C. G. **Obras completas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KOHL, D.; RECCHIA, S.; STEFFGEN, G. Measuring school climate: an overview of measurement scales. In: **Educational Research**, v. 55(4), p.411-426, nov. 2013.

LAHIRE, B. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, 2014, p. 45-61.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LINS, R. C. B. S. Bullying: Que fenômeno é esse? **Rev. Pedag.**, vol. Inaugural, 2010.

LOPES NETO, A. A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. s164-s172, 2005. Disponível em:

LOPES NETO, A. A. *Bullying*: comportamento agressivo entre estudantes. In: **Jornal de Pediatria**. Vol. 81, Nº 5 (Suplementar). Porto Alegre, Nov. 2005. pp.164- 172

MALTA, D. Carvalho. Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). In: **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 15(Supl. 2): 3065-3076, 2010.

MARANHÃO. **Avaliação de monitoramento no Maranhão**. <https://avaliacaoemmonitoramentomaranhao.caeddigital.net/#!/resultados>. Acesso em: 10.01.23.

MARANHÃO. **Lei nº 10.909, de 18 de julho de 2018**. Institui, no âmbito do Estado do Maranhão, a Semana de Conscientização sobre a Importância do Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), nas instituições de ensino das redes particular e pública estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Maranhão. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=365316>. Acesso em: 02 set 2022.

MARANHÃO. **Lei nº 11.049 de 01 de julho de 2019**. Estabelece as Diretrizes para a instituição da Campanha Permanente de Combate ao Bullying, no âmbito do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Maranhão. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=379160>. Acesso em: 02 set 2022.

MARANHÃO. **Lei nº 9.297 de 17 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a inclusão de MARANHÃO. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO. MARANHÃO. URE de Imperatriz e Ensina Brasil celebram dois anos de parceria em evento de boas práticas de professores. <https://www8.educacao.ma.gov.br/ure-de-imperatriz-e-ensina-brasil-celebram-dois-anos-de-parceria-em-evento-de-boas-praticas-de-professores/>. Acesso em: 10 jan 23.

MATÕES DO NORTE. **Evolução Matões do Norte – IDEB 2021**. <https://qedu.org.br/municipio/2106631-matoes-do-norte/ideb>. Acesso em: 10 jan 23.

MATÕES DO NORTE. **Prefeitura matões do norte – secretaria de educação**: <https://www.matoesdonorte.ma.gov.br/secretaria.php?sec=5>. Acesso em: 10 jan 23.

INEP. **MEC e Inep divulgam resultados do Saeb e do Ideb 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-saeb-e-do-ideb>

2021#:~:text=Em%202021%2C%20a%20taxa%20caiu,89%2C8%25%20em%202021. Acesso em: 10 jan 23.

MELLO. Evolução do relato de sofrer bullying entre escolares brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – 2009 a 2015 (2018).

MEUCCI, S. A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos. **Dissertação de Mestrado em Sociologia**. Campinas-SP: IFCH-UNICAMP, 2000.212 p.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C.de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. **In Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 9-29.

_____. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MONTEIRO, M. P. G., ASINELLI-LUZ, A. (2019). Prevenção do bullying escolar: tecendo saberes da cultura da paz na perspectiva da complexidade. *Momento - Diálogos Em Educação*, 28(3), 265–278. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/momento.v28i3.8220>. Acesso em: 10 jan 23.

NASCIMENTO, G.A.F; ALKIMIN, M.. A. Violência na escola: o bullying na relação aluno-professor e a responsabilidade jurídica. Trabalho publicado nos **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI** realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.

NETO, A. A; SAAVEDRA, L.H. **Diga NÃO para o Bullying**. Rio de Janeiro: ABRAPIA; 2004.

NETO, A. A. L. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, nº 5 (supl.), p. S164-S172, 2005.

OLWEUS, D. **Bullying at school: what we know and what we can do (understanding children's worlds)**. Oxford: Blackwell Publishing, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Promulgada em 20 de novembro de 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 14 out 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Pereira, Edgar Abrahão. **O bullying escolar na legislação brasileira: uma análise documental** / Edgar Abrahão Pereira – 2020. 55 f.; 30 cm. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2020.

PEREIRA, R.A. **Como combater o bullying na sua escola: guia para educadores e gestores** / Ricardo Alexandre Pereira; orientador, Adriano William da Silva V. Pereira. – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2019.

PEREIRA, R.A. **Como combater o bullying na sua escola: guia para educadores e gestores** / Ricardo Alexandre Pereira; orientador, Adriano William da Silva V. Pereira. – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2019.

PICADO, J.R; ROSE, T.M.S Acompanhamento de pré-escolares agressivos: adaptação na escola e relação professor-aluno. In: **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 29, n. 1, p. 132-145, 2009.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos da graduação e pós-graduação**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

REIS, T. Homofobia e a escola. In: LUZ, N.S.; CARVALHO, M. G.; CASAGRANDE, L. S. **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: UTFPR, 2009.

RICHARDSON, R J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 334.

RICHTER, I. M. Multiculturalidade e interdisciplinaridade. In: BARBOSA, A.M. (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2012.

SABIOTE, C.R. Metodología de Investigación en Ciencias Humanas y Sociales. In: QUADROS JÚNIOR, J.F.S de (Org.). **Discussões epistemológicas: as Ciências Humanas sob uma ótica interdisciplinar**. São Luís: EDUFMA, 2016.

SARANDY, F.M. S. **Reflexões acerca do sentido da sociologia no ensino médio**. In: Carvalho, L.M.G. (Org.). **Sociologia e ensino em debate. Experiências e discussões de sociologia no ensino médio**. Ijuí, Ed. Unijuí: 2004.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma política educacional**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA, A.B. B. **Bullying, Mentos Perigosas na Escola**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2010.

SILVA, A.B. **Bullying: mentos perigosas nas escolas**. Objetiva. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, L. O.; BORGES, B. S. Bullying nas escolas In: **Direito & Realidade**, v.6, n.5, p.27-40/2018.

SOUSA, D. S.de. **Política nacional de combate ao bullying: um estudo sobre a implementação das leis antibullying leis nº 13.185/2015 e 13.663/2018 nas escolas de ensino fundamental de Imperatriz-ma** / Deisy Sanglard de Sousa. - 2021.109 f.

TEIXEIRA, E. B. A Análise de Dados na Pesquisa Científica importância e desafios em estudos organizacionais. In: **Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí • ano 1 • n. 2 • jul./dez. • 2003 p. 177-201.

TESSARO, M.; TREVISOL, M. T. C. Formação de professores e o manejo de situações de bullying na escola: o que as pesquisas têm indicado? In: **Revista Práxis**, v. 17, n. 3, p. 44-67, set./dez. 2020.

TESSARO, M. Práticas pedagógicas de enfrentamento do bullying: uma análise sistemática da literatura. In: **Revista Espaço Acadêmico**. n. 233, p. 158-170, mar./abr.2022.

TOWNSEND, L; FLISHER, A.J. A relação entre comportamentos de bullying e abandono escolar na Cidade do Cabo, África do Sul. In: **Jornal Sul-Africano de Psicologia**, Vol. 38, Ed.

1, abr/2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/008124630803800102>. Acesso em: 22 jan 2023.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**: São Paulo: Atlas, 2006.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VILLELA, D.C. BULLYING E LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015. In: **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 81, set. 2016 – dez. 2016.

WEBSTER-STRATTON, C.; REID, M.J.; STOOLMILLER, M. Preventing conduct problems and improving school readiness: evaluation of the incredible years teacher and child training programs in high-risk schools. In: **Journal of Child Psychological Psychiatry**, v.49, n.5, p.471-488, 2008. 58.

WIERCZORKIEWICZ, Alessandra Krauss. A Sociologia no Ensino Médio: uma análise histórica de suas idas e vindas no currículo escolar brasileiro. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 29, 9 de agosto de 2022.

ZANOTTO, M. de L. B. **Formação de professores: A contribuição da análise comportamental a partir da visão Skinneriana de ensino**. São Paulo, SP: EDUC, 2000.

ZEQUINÃO, M.A; MEDEIROS, P; PEREIRA, B; CARDOSO, F.L. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado In: **Revista Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 181-198, jan./mar. 2016

OLIVEIRA, E. C. O bullying na escola: como alunos e professores lidam com esta violência? **Revista Fundamentos**, v.2, n.1, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. ISSN 2317-2754.

SANTOS, T. de S.; SOUZA, I. A. A. **BULLYING NAS ESCOLAS: aproximações a partir de um Estudo de Caso**. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.4, n.1, p. 183 - 191, mar. – jul. 2013.

Bortolucci, A. B. F., Valenzola, J., & Coletti, C. M. N. O ENSINO DA ARTE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC). **Revistas Publicadas FIJ** – vol.3(1), p. 100–113, 2020. Recuperado de <http://portal.fundacaojau.edu.br:8077/journal/index.php/revistasanteriores/article/view/238>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com professores, coordenadores



ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES, COORDENADORES E GESTORES ESCOLAR



Nome: _____ Cargo _____
 Tempo atuação docente: _____ Componente curricular que leciona: _____
 Graduação/ano: _____
 Pós-graduação/curso/ano: _____

1 - Qual sua percepção sobre o bullying no âmbito escolar?

2 - O que você conhece sobre a Lei 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática?

3 - Em quais espaços da escola, os casos de bullying costumam ser praticados?

4 - Como você age diante de uma situação de bullying nesse ambiente educacional?

5 - O que você conhece a legislação a Lei 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática?

6 - Para enfrentar as situações de bullying, o que você necessita/precisa? Onde busca ajuda?

7 - Já participou de alguma formação continuada sobre essa temática? Quando? Onde? Quem promoveu?

8 - Como as famílias participam desse processo de identificação e de solução de situações de bullying na escola?

9 - A escola conta com apoio do profissional psicólogo? Como acontece o encaminhamento? A qual secretaria ele está vinculado?

10 - Você desenvolveu alguma prática didática em relação a prevenção ou combate ao bullying na escola?

10 - Você acredita que a Arte e a Sociologia podem colaborar com a prevenção ou combate ao bullying na escola? Quais estratégias dessa área de conhecimento podem ser inseridas nesse processo?

Obrigada.

APÊNDICE B – Roteiro de questionário com alunos



ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO COM ALUNOS



- 1 - Seu nome: _____ turma _____
- 2 - Sua idade: _____
- 3 – Quanto sua opção de gênero, se identifica: () masculino () feminino () outro
- 4 – Quanto a sua etnia como de identifica?
() Pardo () Amarelo () Preto () Branco () Indígena
- 5 - Você se sente seguro no centro de ensino professor Antenor Bógea.
() Sempre () Com frequência () As vezes () Nunca
- 6 – Você sofreu alguma prática de bullying?
() Sim () Não Qual foi? _____
- 7 – Se a resposta acima foi sim. Você teve apoio de algum profissional deste centro de ensino para resolver?
() Sim () Não Quem foi? _____
- 8 - Na sua opinião, o que a escola pode fazer para prevenir o bullying?
I - () Supervisionar melhor a escola. II - () Estabelecer regras contra o bullying.
III - () Falar sobre bullying durante a aula. IV - () Propor ações de conscientização.
- 9 - Você já conversou com alguém sobre ser intimidado por prática de bullying?
I - () Eu não fui intimidado.
II - () Não, estou com medo de ser julgado.
III - () Sim, eu expressei minhas preocupações aos meus pais.
IV - () Sim, expressei minhas preocupações aos meus professores.
V - () Sim, eu expressei minhas preocupações aos meus amigos.
- 10 - O que os profissionais da sua escola fazem quando veem ou sabem de alguma ocorrência de bullying?
I - () Nada, demonstram não estar vendo. II - () Tomam atitude imediatamente.
III - () Aplicam punições. IV - () Encaminham para as autoridades escolares.
- 11 - Você já praticou bullying?
I - () Nunca. II - () 1 ou 2 vezes por semana.
III - () 1 ou 2 vezes por mês. IV - () Todo dia.
- 12 - Se você visse alguém sendo intimidado na escola, o que você?
I - () nada. II - () comunicaria autoridades da escola.
III - () Comunicaria aos pais. IV - Outros _____
- 13 - Neste ano, 2023, quantos dias você perdeu a escola porque se sentiu inseguro ao comparecer à escola?
I - () Nenhum. II - () 1 ou 2 vezes por semana.
III - () 1 ou 2 vezes por mês. IV - () 1 ou 2 vezes em 3 meses.
- 14 - Onde você acha que mais ocorre prática de bullying?
I - () corredor. II - () banheiros. III - () pátio.
IV - () sala de aula. V - () ônibus escolar.

APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido Professor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____,

RG: _____ e CPF: _____,

consinto em participar da pesquisa intitulada: **O ENSINO DE ARTE E A PREVENÇÃO DO BULLYING: Um estudo no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte-MA**, cujo objetivo promover o ensino de Arte e Sociologia com ações preventivas à prática do bullying, considerando a Lei nº 13.185/2015, para elaboração de um Caderno de Orientações Didáticas com práticas pedagógicas para o Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa no município de Matões do Norte - MA.

Fui informado (a) que este estudo, de caráter acadêmico, será conduzido pela mestrandia Vânia Pimentel Silva do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Fernanda Rodrigues Galve.

Foi esclarecido(a) que a metodologia será um estudo de caso, tendo como procedimentos: entrevistas com os professores de Arte e Sociologia com gravação de áudio para coletar a maior riqueza de detalhes possível.

Declaro ter compreendido que não sofrerei nenhum prejuízo de ordem psicológica ou física e que será preservada a minha privacidade.

Concordo que as informações obtidas nas entrevistas por mim concedido(a), serão mantidas o sigilo sobre a minha participação, sejam publicadas com fins acadêmicos e/ou científicos, além de serem divulgadas, posteriormente, na elaboração de um livro e/ou e-book dos dados de pesquisa concluídos.

Matões do Norte, ____ de _____ de 2023

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE D - Termo de consentimento livre e esclarecido Estudante/ Declaração de consentimento do responsável



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Pesquisadora responsável: Vânia Pimentel Silva

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Rodrigues Galve.

Título da pesquisa: O ENSINO DE ARTE E A PREVENÇÃO DO BULLYING: Um estudo no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte-MA

Local da pesquisa: Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa (CEPAB - Anexo II), em Matões do Norte-MA

Endereço da pesquisa: Povoado Pedras, s/n, zona rural de Matões do Norte.

O que significa consentimento?

O consentimento significa que você concorda que seu filho faça parte de um grupo de adolescentes, da mesma faixa de idade, para participar de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer.

Pode ser que este documento denominado TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, se for necessário, entre em contato com o número (98) 991853964 para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Informação ao sujeito da pesquisa:

Seu filho(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa, com o objetivo de promover o ensino de Arte e Sociologia com ações preventivas à prática do bullying, considerando a Lei nº 13.185/2015, para elaboração de um Caderno de Orientações Didáticas com práticas pedagógicas para o Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa no município de Matões do Norte - MA.

A pesquisa surge em virtudes das inquietações por observar que ainda não existe uma proposta pedagógica que orienta professores e alunos quando se trata da violência escolar, em especial aos diferentes tipos de bullying, palavras muitas vezes pronunciadas pelos próprios alunos.

Essa pesquisa será feita em sala de aula, nos horários da disciplina Arte e Sociologia, no formato de questionários, ou seja, perguntas sobre os conhecimentos que possui sobre o bullying. Ao desenvolver esta pesquisa na escola do seu filho, pretendemos colaborar com as dificuldades educacionais que persistem sobre a prevenção do

bullying. Ressalvamos que seu filho (a) terá o anonimato garantido em toda etapa desta pesquisa e também o sigilo em publicações referentes aos trabalhos. **A participação é voluntária e caso você não autorize, não terá nenhum prejuízo ou represálias.**

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL:

Eu li e discuti com o pesquisador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para consentir ou recusar. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste TERMO DE CONSENTIMENTO. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas.

Matões do Norte, ____ de _____ de 2023

Assinatura do responsável

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE E - Produto: Caderno de Orientações Pedagógicas

The background image shows an art project on a white surface. At the top, there are various art supplies: a palette with yellow and orange paint, several small jars of red, yellow, and white paint, a blue paint bottle with a spill, and a collection of colored markers (blue, green, yellow, red, brown). In the center, the author's name is printed. Below it, the title is written in bold black letters. Under the title, a blue brushstroke is visible. Below that, the subtitle is in a blue box. At the bottom, a hand with colorful paint on it is shown next to the word 'BULLYING' in large, stylized, outlined letters.

VÂNIA PIMENTEL SILVA

**PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A
PREVENÇÃO DO BULLYING A PARTIR DO
ENSINO DE ARTE**

Caderno de orientações didáticas

BULLYING



VÂNIA PIMENTEL SILVA

**PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A
PREVENÇÃO DO BULLYING A PARTIR DO
ENSINO DE ARTE**

Caderno de orientações didáticas

BULLYING



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Reitor Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA,
 PÓS GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO**
Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

**COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)**
Profa. Dra. Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes

AUTOR DO PRODUTO EDUCACIONAL
Prof. Mestranda Vânia Pimentel Silva

ORIENTADOR DO PRODUTO EDUCACIONAL
Prof.^a Dr.^a Fernanda Rodrigues Galve

IMAGEM DA CAPA

Arte conceito. <https://www.canva.com/photos/MABOeyh4-mQ/>





SUMÁRIO

04	APRESENTAÇÃO	05	INTRODUÇÃO
07	LIÇÃO 1 – O QUE É O BULLYING?	12	LIÇÃO 2 - TIPOS DE BULLYING
18	LIÇÃO 3 – QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DO BULLYING?	24	LIÇÃO 4 – INDICAÇÕES DE CONTEÚDO PARA OUTROS
27	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28	REFERÊNCIAS
30	SOBRE A AUTORA	30	SOBRE A ORIENTADORA

APRESENTAÇÃO

Caro professor (a),

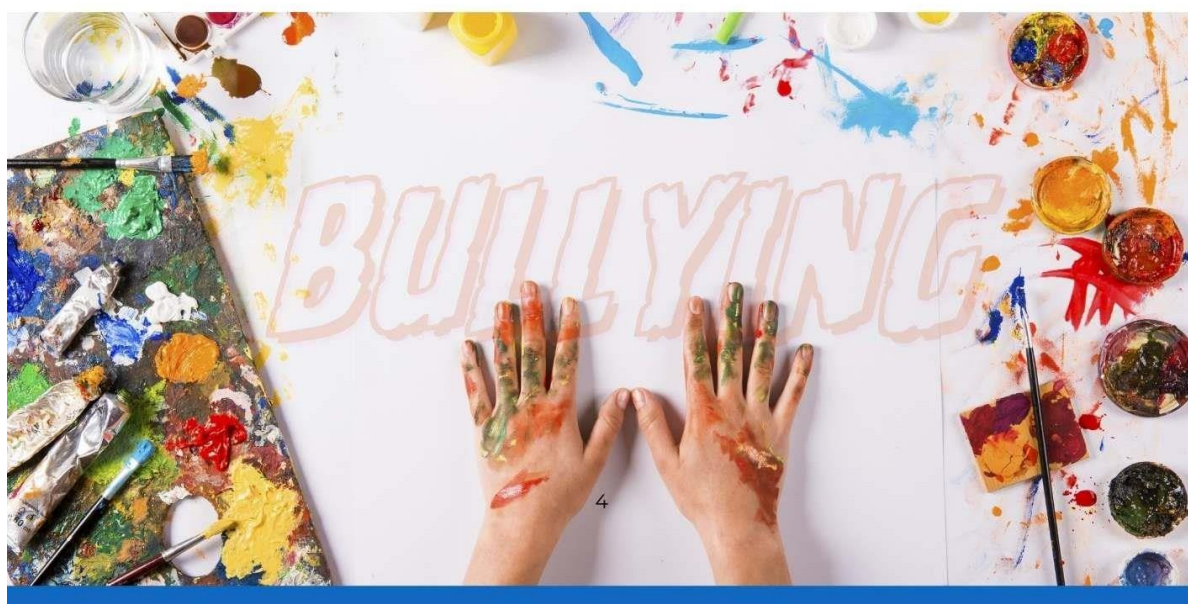
Este Caderno de Orientações Didáticas foi planejado para você, professor(a) de Arte e Sociologia do Ensino Médio. Sua elaboração conta com proposições pedagógicas para auxiliar no trabalho de prevenção de práticas de bullying na escola.

Ele está dividido em quatro lições. Cada lição é composta de duas partes: a primeira apresenta a introdução textual de cada conteúdo abordado; a segunda traz duas propostas didáticas para ser trabalhadas de forma interdisciplinar, entre os dois componentes curriculares.

A elaboração deste material é resultado da pesquisa de dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), cuja perspectiva é colaborar com a prevenção de práticas de bullying na escola.

Que você possa fazer bom uso desse material!

Prof. Vânia Pimentel Silva
Mestranda PPGEEB/UFMA



1 - INTRODUÇÃO

Os casos de práticas de bullying nas escolas maranhenses vêm alcançando novas proporções, equiparando-se ao aumento crescente que ocorre em diferentes regiões do Brasil, conforme afirmam Gomes, Viana, Rosa (2017). Segundo os autores, esse crescimento em escala significativa, aparece também na Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), desenvolvida em 2019 com estudantes de 13 a 17 anos, para investigar fatores de risco e proteção da saúde nos diversos aspectos, como os hábitos de vida e cuidados.

Esses dados foram analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e demonstram que no Maranhão, naquele ano, um em cada cinco estudantes (20,1%) alegou já ter sido agredido por condutas caracterizadas como bullying. Esse mesmo estudo aponta outro dado relevante: uma proporção superior (24%) foi relatada por meninas; relatos de meninos correspondem a um valor inferior, somando apenas 16,3%.

Porém, considerando esses dados, observa-se que ainda existe a dificuldade de se desenvolver uma proposta pedagógica que auxilie no combate à violência escolar, especialmente no tocante aos diferentes tipos de bullying, palavra muitas vezes pronunciada pelos próprios alunos. Para muitos, o significado desse termo é desconhecido, assim como existe a falta conhecimento acerca da Lei nº 13.185/2015, inclusive por parte de alguns professores.



Este Caderno de Orientações Didáticas originou-se do resultado da pesquisa de mestrado intitulada “O ensino de Arte e a prevenção do bullying: um estudo no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte - MA”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sob a orientação da Prof.^a Dra. Fernanda Rodrigues Galve.

Estima-se que este material seja um apoio para professores de Arte e Sociologia no trabalho de prevenção das práticas de bullying no Ensino Médio. O objetivo principal deste caderno é apresentar propostas didáticas articuladas com informações contextualizadas, textos reflexivos, indicações de jogos teatrais e didáticos, filmes, livros e propostas de atos públicos para colaborar com as ações didáticas dos professores no ato de planejamento de suas rotinas pedagógicas para tratar sobre esse tema.





LIÇÃO 1

O QUE É O BULLYING?

LIÇÃO 1

O QUE É O BULLYING?

O termo bullying surge da palavra bully de origem inglesa, que traduzida para o português significa “valentão”, “brigão”, “intimidador”, utilizado para fazer referência a quem pratica o bullying, aponta Fante (2005). Diversos países, como Brasil, adotaram essa palavra para traduzir comportamentos de cunho agressivos e antissociais que se caracterizam como intencionais e repetitivos.

Na maioria das vezes, de acordo com Oliveira (2015), o bullying acontece como “brincadeirinhas de mau gosto” recorrentes, como chamar um colega de feio, gordo, magrelo, baleia, preto, cabelo de fuá, burro e outras nomeações ou xingamentos. Essas atitudes feitas com a intenção de ofender, humilhar e perseguir estão cada vez mais presentes no cotidiano do ambiente escolar. Para Santo e Souza (2013), práticas como essas podem trazer sérias consequências para as vítimas, seja no aspecto afetivo ou na aprendizagem em geral.



Segundo Fante (2005), essas manifestações violentas, agressivas são realizadas de forma voluntária e ocorrem sem motivação evidente, geralmente são adotadas por um ou mais estudantes/agressores contra outros. Consequentemente causam dor, angústia, sofrimento, exclusão e discriminação numa relação desigual de poder entre os envolvidos. Dentro dessas relações de poder, a vítima apresenta maior dificuldade de se defender no contexto inserido.

Essa prática tem se mostrado um problema crescente nas escolas brasileiras, com cerca de um terço dos alunos envolvidos, seja como

agressor ou como vítima (Malta, 2010). A cena de bullying envolve diferentes protagonistas:

- o autor, o agressor — ou seja, o praticante do ato violento, considerado popular e líder no grupo de convivência;
- a vítima — indivíduo que sofre a ação de bullying, na maioria dos casos tida como frágil diante da agressividade;
- a testemunha da ação — que pode ter ou não atitude, coragem para buscar ajuda, por vezes mantém-se em silêncio e sofre também.

Nota de Destaque

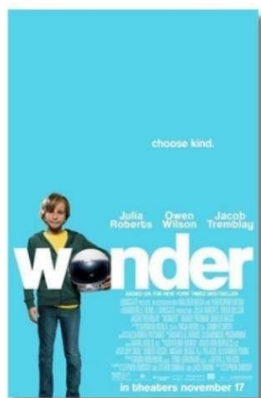
“A violência escolar e o bullying ocorrem em todo o mundo e afetam uma proporção significativa de crianças e adolescentes.

Estima-se que, todos os anos, 246 milhões de crianças e adolescentes sofrem algum tipo de violência escolar e bullying. As estimativas do número de crianças e jovens afetados pelo bullying escolar variam de acordo com os países e o tipo de estudo, em uma escala que varia de menos de 10% até mais de 65%. Em uma pesquisa de opinião realizada em 2016 pelo U-Report do UNICEF e pelo representante especial do secretário-geral da ONU sobre Violência contra Crianças (SRSG-VAC), à qual responderam 100 mil jovens de 18 países, dois terços deles relataram ter sido vítimas de bullying”. (Unesco, 2019)



PROPOSTA DIDÁTICA I

EXIBIÇÃO DO FILME EXTRAORDINÁRIO



Extraordinário: Poster
(<https://www.adorocinema.com/filmes/filme-232132/fotos/detalhe/?cmediafile=21455305>)



OBJETIVO:

reconhecer a prática de bullying no ambiente escolar.



Sinopse

Auggie Pullman é um garoto que nasceu com uma deformidade facial e precisou passar por 27 cirurgias plásticas. Aos 10 anos, finalmente ele pôde começar a frequentar uma escola regular, como qualquer outra criança. No quinto ano, Auggie se esforça para conseguir se encaixar em sua nova realidade.

Créditos da imagem: Adoro Cinema (reprodução).

PLAY NOW

Onde assistir: disponível no canal da Smart Flix Filmes, no YouTube. Link: <https://www.youtube.com/@SmartflixFilmes>.



DESDOBRAMENTO

RODA DE CONVERSA DIRECIONADA



AGORA, VAMOS REFLETIR E REGISTRAR NOSSAS IMPRESSÕES!

SEGUNDO O FILME O QUE É SER EXTRAORDINÁRIO?

O QUE FOI FUNDAMENTAL PARA O PROTAGONISTA REAGIR ÀS DIFICULDADES ENFRENTADAS?

O QUE FOI FUNDAMENTAL PARA O PROTAGONISTA REAGIR ÀS DIFICULDADES ENFRENTADAS?

O QUE PODEMOS FAZER PARA PREVENIR E COMBATER A PRÁTICA DE BULLYING NA ESCOLA? DEIXE SUAS SUGESTÕES.

QUAL O PRINCIPAL PROBLEMA ABORDADO PELO PROTAGONISTA NO FILME EXTRAORDINÁRIO APRESENTA? APRESENTE SEU PONTO DE VISTA.

VOCÊ JÁ VIVENCIOU ALGUMA SITUAÇÃO SEMELHANTE À QUE FOI APRESENTADA NO FILME? DESCREVA.

QUAIS A IMPORTÂNCIA DAS TESTEMUNHAS NESTA HISTÓRIA? QUEM SÃO AS TESTEMUNHAS?



<https://vivescer.org.br/bullying/o>

PROPOSTA DIDÁTICA II

criação cartazes e/ou pôsteres em grupo



OBJETIVO:

desenvolver criações artísticas visuais produzindo pôsteres com frases de efeitos sobre prevenção e combate ao bullying, a partir das observações feitas sobre o filme “Extraordinário”.

- Utilize materiais e ferramentas que sejam acessíveis a sua realidade escolar. Quanto aos materiais concretos, algumas opções acessíveis são papéis, imagens, colas, textos e objetos tridimensionais. Você pode sugerir também as ferramentas digitais, como o Canva e aplicativos de colagens.
- Depois de prontos, socialize os resultados com a turma para que os alunos possam expor seus pontos de vista. Na sequência, disponibilize os materiais em um espaço de fácil acesso, para que a comunidade escolar conheça e amplie seu repertório sobre o tema, de modo a promover a conscientização de todos sobre o combate ao bullying.





LIÇÃO 2

TIPOS DE BULLYING?

LIÇÃO 2

TIPOS DE BULLYING

Para identificar os tipos de bullying, segundo Fante (2005), aspectos relevantes devem ser considerados, principalmente quando nos reportamos à manifestação desse problema no âmbito escolar, tendo em vista a diversidade de público e os diferentes formatos dos espaços. Em primeira instância, segundo o autor, devemos considerar os sujeitos envolvidos, em especial, as vítimas que podem não entender ou mesmo não identificar tal prática como ato de violência, seja por desinformação ou por sua situação cultural.

Outro aspecto importante diz respeito aos espaços onde esses estabelecimentos de ensino estão localizados. Apesar dos avanços tecnológicos e das diferentes modalidades de interação, a acessibilidade é incomum para grande parte da população. Isso implica diferentes limitações, entre elas, a falta de conhecimento, que, em certos casos, pode reduzir a aproximação e a disseminação de atos violentos.

Nesse sentido, a Lei nº 13.185/2015, no artigo 3º, detalha ações praticadas que podem ser classificadas como intimidação sistemática (bullying). Para melhor compreensão dessas ações, a pesquisadora Sousa (2021) estabeleceu de forma sistematizada as oito tipologias de condutas que caracterizam tais práticas violentas:

FÍSICO	MORAL	PSICOLÓGICO	SOCIAL
Atirar objetos Bater; Beliscar; Ferir; Socar; Chutar; Espancar; Empurrar;	Caluniar; Difamar; Disseminar rumores;	Amedrontar; Aterrorizar; Chantagear; Desprezar; Dominar; Humilhar; Ignorar; Infernizar; Intimidar; Irritar; Manipular; Perseguir; Tiranizar;	Excluir; Ignorar; Isolar;
SEXUAL	VIRTUAL (Cyberbullying)	VERBAL	MATERIAL
Assediar; Induzir/ou abusar; Violentar; Insinuar;	Depreciar; Enviar mensagens intrusivas da intimidade; Enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social;	Apelidar; Caçoar; Fazer piada Insultar; Ofender; Xingar;	Furtar; Roubar; Destruir pertences de outrem.

Nota de Destaque

Bullying não é brincadeira e pode ter consequências graves para a saúde mental e física dos envolvidos, principalmente da vítima. É preciso investir em conscientização e ações para combater esse problema. Os tipos mais comuns nos espaços educacionais são físicos, verbais, psicológicos, virtuais (cyberbullying).



<https://www.resguarda.com/pt/blog/2-de-maio-dia-mundial-contra-o-bullying/>



<https://revistacrescer.globo.com/educacao/noticia/2024/01/qual-e-a-definicao-de-bullying-entenda-o-que-e-e-quando-a-situacao-pode-ser-classificada-assim.ghtml>

PROPOSTA DIDÁTICA I

RELEITURA FOTOGRÁFICA COLETIVA



OBJETIVO:

apresentar reflexões sobre condutas repetitivas que caracterizam práticas de bullying através da comunicação fotográfica.



Fonte:
<https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>



Fonte:
<https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>

DESDOBRAMENTO

PRIMEIRO PASSO:

realizar pesquisa sobre o significado de cada tipologia e suas respectivas condutas. É importante utilizar diferentes ferramentas de pesquisa, como textos, reportagens de jornais e revistas, sites de busca etc. Organize os dados no formato de resumos curtos para facilitar o entendimento. Essa atividade deve ser realizada em grupo, e cada componente precisa ter uma função.

SEGUNDO PASSO:

planejar as cenas fotográficas e registrar fotografias que representem as condutas, de acordo com cada tipologia. Realize um estudo prévio das expressões faciais e corporais para que elas possam expressar o significado almejado. Os estudantes podem usar o celular como ferramenta de registro e edição das imagens produzidas.

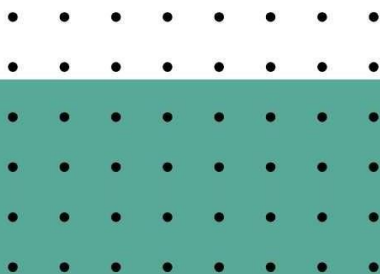


TERCEIRO PASSO:

apresentar as produções fotográficas para os demais grupos. As equipes deverão identificar as condutas de acordo com a tipologia e as sensações geradas, por meio da interpretação das imagens produzidas.

QUARTO PASSO:

organizar uma exposição na escola inserindo o texto explicativo da proposta artística para apreciação da comunidade escolar. Esta etapa é opcional e pode ser montada com as fotografias impressas. Outra sugestão é criar uma página numa rede social para que a exposição seja virtual e alcance um maior número de pessoas.



PROPOSTA DIDÁTICA II

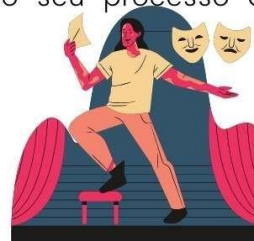
JOGO TEATRAL



OBJETIVO:

reconhecer os diferentes tipos de bullying e discutir sobre seu impacto nas pessoas e no ambiente escolar por meio do jogo teatral.

Esse jogo teatral explora quatro tipos de bullying: físico, verbal, dissimulado/moral e cyberbullying. Observe o seu processo de desenvolvimento:



DESDOBRAMENTO

PRIMEIRO PASSO:

Os alunos devem ser divididos em grupos de 8 a 10 pessoas.



SEGUNDO PASSO:

Distribua para cada grupo um conjunto de cartões de atividades chamado "Termômetro do Bullying" (material de impressão).



[1]Essa proposta foi adaptada de acordo com a atividade de jogos teatrais apresentada em "Exercícios e jogos teatrais: prevenção do bullying", disponível em: <https://www.iasea.org.br/ejt-37prevencao-do-bullyingtipos-de-bu>.

TERCEIRO PASSO:

Peça aos alunos para conversar sobre cada cartão recebido e discutir o que esses tipos de bullying significam. Eles terão 10 minutos para realizar essa etapa do exercício.

**QUINTO PASSO:**

O exercício encerra, depois que todos os grupos tiverem se apresentado. Após essa primeira apresentação os alunos devem escrever suas cenas na estrutura de roteiro. Nessa fase de criação de roteiro eles devem aprimorar suas cenas ao máximo. Esse exercício será apresentado na culminância do projeto de prevenção e combate ao bullying.

Como sugestão de aprimoramento, em um segundo momento, acompanhados do docente, os alunos podem escrever suas cenas na estrutura de roteiro teatral para criar um exercício mais elaborado. Se for do interesse do professor, eles poderão apresentar a cena em outra oportunidade para toda a escola.

**CARTÕES DE ATIVIDADES
"TERMÔMETRO DO BULLYING".**

Exercícios e jogos teatral prevenção do bullying, disponível em:
<https://www.iasea.org.br/ejt-37prevencao-do-bullyingtipos-de-bu>

QUARTO PASSO:

Cada grupo deve escolher três cartões, na sequência, deverá montar uma cena de bullying improvisada a partir dos 3 tipos de bullying escolhidos por eles. A cena apresentada deve conter o início e o meio da prática do bullying. Em seguida, agressores e testemunhas devem deixar a cena, ficando apenas a vítima. Nesse momento, a vítima deve dar uma declaração sobre como se sente e como o bullying tem afetado sua vida. Então ela direcionará a seguinte pergunta ao público: o que deve ser feito para acabar com esse tipo de prática na escola?

No momento das respostas, os outros componentes voltarão à cena para ouvir as justificativas e, se necessário, ampliar a discussão com a mediação do docente. Assim os grupos participarão das intervenções do demais. Lembrando que esse exercício deve ser feito com uma preparação inicial, conforme explica o passo 3.

MATERIAL PARA IMPRESSÃO

Cartões de Atividades
"Termômetro do Bullying"

BATER, EMPURRAR, CHUTAR bullying físico	APELIDOS PEJORATIVOS bullying verbal
DESTRUIR PERTENCES bullying físico	CRITICAR REPETIDAMENTE bullying verbal
MENTIR E ESPALHAR RUMORES NEGATIVOS bullying dissimulado	INSULTAR bullying verbal
ENCORAJAR OUTROS A ISOLAR A VÍTIMA SOCIALMENTE bullying dissimulado	FAZER AMEAÇAS bullying verbal
DANIFICAR A REPUTAÇÃO bullying dissimulado	COMENTÁRIOS RACISTAS bullying verbal
GESTOS FACIAIS OU FÍSICOS NEGATIVOS, OLHARES AMEAÇADORES OU DE DESPREZO bullying dissimulado	COMENTÁRIOS HOMOFÓBICOS bullying verbal
COLOCAR A VÍTIMA EM SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA COM ALGUÉM POR ALGO QUE ELA NÃO COMETEU bullying dissimulado	OBRIGAR A VÍTIMA A FAZER O QUE ELA NÃO QUER, AMEAÇANDO-A PARA SEGUIR AS ORDENS bullying verbal
CRIAR PÁGINAS OU PERFS FALSOS DA VÍTIMA cyberbullying	COMENTÁRIOS DEPRECIATIVOS SOBRE A FAMÍLIA DE UMA PESSOA (PARTICULARMENTE A MÃE) bullying verbal
ENVIAR E-MAILS E/OU REALIZAR POSTAGENS HUMILHANTES E OFENSIVAS cyberbullying	COMENTÁRIOS DEPRECIATIVOS SOBRE O LOCAL DE MORADIA DE ALGUÉM E/OU NÍVEL DE RENDA bullying verbal
CONSEGUIR ENVIAR E-MAILS E POSTAGENS NO LUGAR DA VÍTIMA cyberbullying	COMENTÁRIOS DEPRECIATIVOS SOBRE APARÊNCIA PESSOAL bullying verbal
POSTAR FOTOS E IMAGENS ALTERADAS PARA RIDICULARIZAR E HUMILHAR A VÍTIMA cyberbullying	COMENTÁRIOS DEPRECIATIVOS SOBRE RELIGIÃO bullying verbal



LIÇÃO 3

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DO
BULLYING?

LIÇÃO 3

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DO BULLYING?



O bullying pode acarretar consequências gravíssimas e variadas, por esse motivo é fundamental investir em conscientização e prevenção para combater esse tipo de violência nas escolas e em seus entornos. A presença do bullying nesses ambientes tem se tornado cada vez mais prejudicial para crianças e adolescentes do mundo inteiro.

A prática de bullying exige atenção, não pode passar despercebida e, independentemente do papel (agressor, vítima e/ou testemunha) assumido e da faixa etária dos envolvidos neste fenômeno de violência, pode apresentar consequências diversas e danosas à saúde física, mental e social que impactam nas diferentes fases da vida.

Cada envolvido apresenta reações singulares às consequências, sendo elas mais prolongadas ou mesmo breves. Para alguns casos, são necessários tratamentos com recursos terapêuticos, tratamento hospitalar, psicológico e, ocasionalmente, psiquiátrico.

Estudiosos como Fante (2008), Silva (2010), Araújo e Gomes (2014), enumeram as consequências do bullying identificadas com maior frequência:

- **Instabilidade nas relações interpessoais;**
- **Modificações na autoestima;**
- **Redução no desempenho e evasão escolar;**
- **Perda da resistência imunológica;**
- **Estímulo ao aumento da violência escolar;**
- **Tentativa ou ato suicida;**
- **Incidência de sintomas psicossomáticos (diarreia, dores de cabeça, febre, sudorese, taquicardia, vômito);**
- **Desencadeamento de ansiedade;**
- **Desenvolvimento de quadros de depressão.**

Segundo a Unesco (2019), todos os envolvidos em todos os níveis, especialmente a vítima, podem continuar a sofrer seus efeitos negativos por muito tempo além do período escolar. Entretanto, aqueles que são vítimas de bullying estão mais inclinados a apresentarem dificuldades interpessoais, ansiedade, solidão, depressão, baixa autoestima, pensamentos suicidas. O órgão informa também que tanto vítimas quanto agressores perdem o interesse pelo ensino, não se sentem motivados a frequentar as aulas e não se sentem seguros na escola diante da ocorrência do bullying.

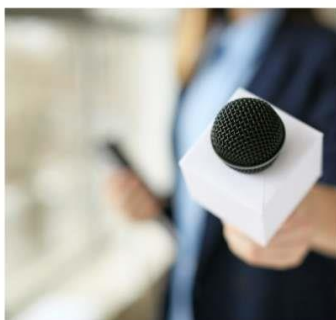
Nota de Destaque

O aumento constante das práticas de bullying indica um fenômeno que causa prejuízos à saúde e ao desenvolvimento de adolescentes. Esse tipo de violência se converteu em um problema de saúde pública que vem se agravando e afeta pessoas no mundo inteiro. Estudos apontam que 20% dos estudantes agressores já sofreram bullying e podem ter depressão, pensar em suicídio ou desenvolver transtornos psiquiátricos. Quando adultos, tendem a continuar no quadro de depressão e a ter baixa autoestima, segundo dados apontados por Lima (2021).



PROPOSTA DIDÁTICA I

JORNAL TELEVISIVO



OBJETIVO:

Dramatizar a função social do telejornalismo para representar as diversas consequências geradas pela prática de bullying no ambiente escolar, de modo a conscientizar o público de estudantes.

DESDOBRAMENTO

Essa atividade pode retomar a estrutura de pesquisa realizada para a atividade de Releitura fotográfica coletiva, descrita no primeiro passo. Desta vez, o tema será as diversas consequências geradas pela prática de bullying no ambiente escolar. É importante que os estudantes entendam como a mídia trata esse tema e como ele é tratado pelos próprios alunos na escola e vivenciado por eles.

PRIMEIRO PASSO:

os alunos devem ser organizados em três grupos: jornalistas, entrevistados e técnicos. Cada grupo assumirá suas funções para representar um jornal por meio da dramatização.



SEGUNDO PASSO:

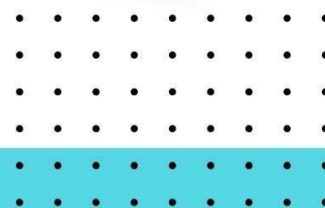
elaborar os diferentes textos que serão apresentados pelos jornalistas. A produção desse material deve ser de autoria da turma e deve conter os textos de apresentação, as perguntas que serão feitas aos entrevistados e as respostas dessas perguntas. Esse material pode ser exposto no mural da escola ou em uma rede social, após a dramatização.

Importante lembrar que os entrevistados serão os agressores, as vítimas e as testemunhas. Poderão entrar em cena também familiares, profissionais da educação, da saúde, da segurança. A partir dos resultados das pesquisas eles poderão atribuir mais funções aos entrevistados. Esses personagens na dramatização ficarão a critério dos grupos.

Essa proposta foi adaptada da proposta "HORA DO JORNAL", apresentada na apostila dos docentes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, elaborada pela Secretaria de Educação de São Paulo, disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/789.pdf>

TERCEIRO PASSO:

a composição do ato cênico. Nesta etapa, a equipe técnica assumirá um papel importante nos bastidores, pois ela é responsável pela filmagem e fotografia, apoio de contrarregra, sonoplastia, iluminação e todos os outros elementos cênicos. As gravações de imagens podem ser apreciadas em um quarto momento para que os alunos possam, juntos, avaliar seu desempenho e fazer possíveis ajustes para outra apresentação, bem como para pontuar se atingiram o propósito almejado no objetivo da atividade.



PROPOSTA DIDÁTICA II

INTERPRETAÇÃO DRAMÁTICA DO LIVRO FLICTS

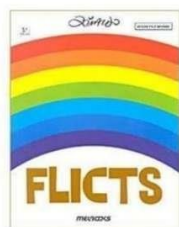


OBJETIVO:

Relacionar a história do livro “Flicts” com as consequências da prática de bullying na escola, com a intenção de mobilizar a conscientização da comunidade escolar.

DESDOBRAMENTO

Ler o livro “Flicts” e associar a leitura com as consequências do bullying no ambiente escolar. A turma poderá criar propostas variadas de interpretação dramática investindo em opções diversas de elementos cênicos.



FLICTS
Ziraldo

CAPA DO LIVRO - <https://www.alpv.org.br/wp/resenha-livro-flicts-de-ziraldo/>

Sinopse - Flicts é a primeira obra do mestre Ziraldo, lançada em 1969. Esta obra traz o dilema de uma cor sem vida, deslocada e que ninguém quer usar. É uma cor representada no livro como algo semelhante a bege ou nude, que tenta de todas as maneiras encaixar-se entre as demais cores, se misturar, mas sempre é rechaçada por elas. Disponível em: <https://www.literalmenteuai.com.br/resenha-flicts-ziraldo/>.

PRIMEIRO PASSO:

Todos os alunos devem ler o livro, Flicts, de Ziraldo, disponível em <https://livrariapublica.com.br/livros/flicts-50-anos-ziraldo/>. Na sequência debater sobre as relações com as consequências do bullying na escola.

SEGUNDO PASSO:

Planejar a interpretação dramática da obra. O grupo pode investir na criatividade, trazer recortes de cenas reais e inclusive a participação do autor. Para esse momento é de fundamental importância a pesquisa sobre a história e produção de Ziraldo.

TERCEIRO PASSO:

composição e apresentação da interpretação dramática. Quando finalizarem essa apresentação, é importante que os alunos mostrem ao público a relação entre a história narrada em “Flicts” com as consequências do bullying no ambiente escolar, enfatizando a prevenção e o combate a esse tipo de violência.





LIÇÃO 4

INDICAÇÕES DE CONTEÚDO
PARA OUTROS
DESDOBRAMENTOS NA ESCOLA

LIÇÃO 4

INDICAÇÕES DE CONTEÚDO PARA OUTROS DESDOBRAMENTOS NA ESCOLA

Professores, neste tópico, selecionamos alguns materiais como sugestão para que vocês possam aprofundar seus conhecimentos sobre o tema e ampliar a discussão com seus alunos em sala de aula. Boa leitura!



I - LEGISLAÇÕES VIGENTES



Lei N.º 9.297/2010 - Inclusão de medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao bullying escolar e desenvolvimento de atividades promotoras da cultura de paz nas escolas maranhenses.



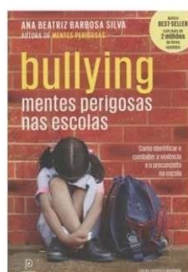
Lei nº 13.185/2015 - Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

Lei Nº 10.909/2018 - Semana de Conscientização sobre a Importância do Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).



Lei nº11.049/2019 - Promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, especialmente a prática do bullying nas instituições educacionais de todo o Estado do Maranhão.

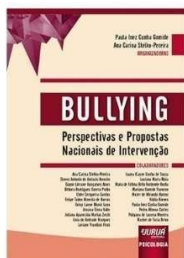
II – LIVROS



Bullying: mentes perigosas nas escolas

Autora: Ana Beatriz Barbosa Silva.

Essa obra está entre as primeiras que ajuda a compreender melhor as diversas faces da intimidação nas escolas, assim como as suas consequências para os alunos. Além disso, apresenta maneiras mais eficientes de encaminhar esses casos para um atendimento profissional.



Bullying - Perspectivas e Propostas Nacionais de Intervenção

Organizadoras: Paula Inez Cunha Gomide e Ana Carina Stelko-Pereira

Este livro é fruto de pesquisas brasileiras que visam discutir o fenômeno no ambiente educacional/escolar e propor formas de intervenção com o envolvimento de alunos, professores e pais. O livro é dividido em duas partes. A Parte I trata da "Definição e Perspectivas Sobre o Bullying" e a Parte II, "Intervenções ao Bullying: Alternativas Promissoras", é composta por quatro capítulos que apresentam pesquisas nacionais para reduzir a incidência do bullying nas escolas. Este livro pretende auxiliar professores, equipes pedagógicas, pais e diretores a tomarem decisões apropriadas de acordo com a legislação brasileira.



III - FILMES



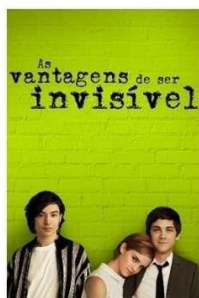
Filme Ponte para Terabítia

Jess Aarons sente-se um estranho na escola e até mesmo em sua família. Durante todo o verão ele treinou para ser o garoto mais rápido da escola, mas seus planos são ameaçados por Leslie Burke que vence uma corrida que deveria ser apenas para garotos. Logo Jess e Leslie tornam-se grandes amigos e, juntos, criam o reino secreto de Terabítia, um lugar mágico onde apenas é possível chegar se pendurando em uma velha corda, que fica sobre um riacho perto de suas casas. Lá eles lutam contra Dark Master e suas criaturas, além de conspirarem contra as brincadeiras de mau gosto que são feitas na escola. Fonte: AdoroCinema



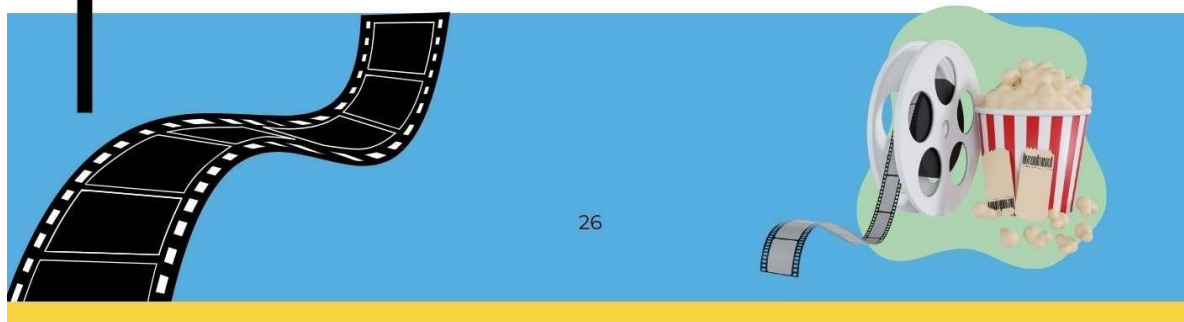
Filme Ferrugem

O filme retrata as consequências e as problemáticas do cyberbullying no ambiente escolar. Assim como a maioria dos adolescentes, a jovem Tatiama compartilha sua vida nas redes sociais e registra todos os momentos. Porém, após perder o inseparável celular, ela se vê vítima da criminosa divulgação de seus registros íntimos no grupo de WhatsApp da turma do colégio, o que gera terríveis consequências. Fonte: AdoroCinema



Filme As Vantagens de Ser Invisível

Conta com personagens adolescentes, os debates do longa tocam todas as idades pela sensibilidade e profundidade das questões. Durante o filme, Charlie, um estudante do Ensino Médio que sofreu bullying durante a infância, sofre de depressão e ansiedade. Em uma nova escola, ele enfrenta os desafios de fazer novos amigos, enquanto lida com questões do passado que vêm à tona conforme novas experiências surgem. Fonte: AdoroCinema



CONCLUSÃO

Este Caderno de Orientações Didáticas foi gerado a partir da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. O Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa, localizado no Povoado Pedras, no município de Matões do Norte - MA, foi nosso campo de pesquisa. Essa escola compõe a rede pública estadual de educação do estado do Maranhão.

Sua elaboração foi planejada após a aplicação de entrevistas abertas com todos os professores e de questionários com os alunos da escola de Ensino Médio selecionada para a pesquisa. Depois da análise dos dados recolhidos, foi possível verificar que a maioria dos professores tem pouco conhecimento sobre o tema e não tem acesso a uma formação continuada sobre essa temática. Os alunos demonstraram conhecimento geral, ou seja, que precisa ser aprofundado, principalmente no que diz respeito a lidar com as circunstâncias de ocorrência de bullying no ambiente escolar.

Identificado esse contexto, foi observada a necessidade de se construir um material composto por referencial teórico e propostas de atividades didáticas que objetivassem o desenvolvimento de um trabalho educativo para prevenção e combate ao bullying, levando em consideração a situação em que a escola se encontrava.

Almejamos que nosso trabalho contribua com os professores, em especial os que lecionam Arte e Sociologia, e com todos aqueles que tiverem acesso a esse material, de maneira que eles possam adquirir mais conhecimento sobre a temática estudada, tendo em vista que ela apresenta fundamental importância para a educação contemporânea brasileira e mundial.



REFERÊNCIAS

MARANHÃO. Lei nº 11.049, de 01 de julho de 2019. Estabelece as Diretrizes para a instituição da Campanha Permanente de Combate ao Bullying, no âmbito do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Maranhão. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=379160>. Acesso em: 02/09/2022.

OLIVEIRA, Edjôfre Coelho. O bullying na escola: como alunos e professores lidam com esta violência? Revista Fundamentos, V.2, n.1, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. ISSN 2317-2754.

Pereira, Ricardo Alexandre. Como combater o bullying na sua escola: guia para educadores e gestores /Ricardo Alexandre Pereira; orientador, Adriano William da Silva V. Pereira. – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2019. - 52 p.: il. color.

SANTOS, Taise de Souza; SOUZA, Isabela Augusta Andrade. BULLYING NAS ESCOLAS: aproximações a partir de um Estudo de Caso. Revista Eventos Pedagógicos, v.4, n.1, p. 183 - 191, mar. - jul. 2013. Sousa, Deisy Sanglard de. Política nacional de combate ao bullying: um estudo sobre a implementação das leis antibullying leis nº 13.185/2015 e 13.663/2018 nas escolas de ensino fundamental de Imperatriz-ma / Deisy Sanglard de Sousa. - 2021.109 f.

UNESCO. Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial. – Brasília: UNESCO, 2019.54 p., il. Título original: School violence and bullying: global status report ISBN: 978-85-7652-227-01.. Estatísticas educacionais I. UNESCODD 371.58. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368092>, acessado em 15/09/2023.

MARANHÃO. Lei nº 11.049, de 01 de julho de 2019. Estabelece as Diretrizes para a instituição da Campanha Permanente de Combate ao Bullying, no âmbito do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Maranhão. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=379160>. Acesso em: 02/09/2022.

OLIVEIRA, Edjôfre Coelho. O bullying na escola: como alunos e professores lidam com esta violência? Revista Fundamentos, V.2, n.1, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. ISSN 2317-2754.

Pereira, Ricardo Alexandre. Como combater o bullying na sua escola: guia para educadores e gestores /Ricardo Alexandre Pereira; orientador, Adriano William da Silva V. Pereira. – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2019. - 52 p.: il. color.

SANTOS, Taise de Souza; SOUZA, Isabela Augusta Andrade. BULLYING NAS ESCOLAS: aproximações a partir de um Estudo de Caso. Revista Eventos Pedagógicos, v.4, n.1, p. 183 - 191, mar. - jul. 2013. Sousa, Deisy Sanglard de. Política nacional de combate ao bullying: um estudo sobre a implementação das leis antibullying leis nº 13.185/2015 e 13.663/2018 nas escolas de ensino fundamental de Imperatriz-ma / Deisy Sanglard de Sousa. - 2021.109 f.

UNESCO. Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial. – Brasília: UNESCO, 2019.54 p., il. Título original: School violence and bullying: global status report ISBN: 978-85-7652-227-01.. Estatísticas educacionais I. UNESCODD 371.58. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368092>, acessado em 15/09/2023.

SOBRE A AUTORA

VÂNIA PIMENTEL SILVA



Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão, especialista em Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação: Docência do Ensino Superior (IESMA) e Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Maranhão. Possui graduação em Letras (UEMA), Pedagogia (ISEPRO) e Artes Visuais (IFMA). Tem experiência na área de Educação, com ênfase na Gestão Educacional (SEMED- Matões do Norte) e docência no Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. Atualmente leciona na rede municipal e estadual, com 20 anos de experiência em docência. É membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) da Federação de Arte-educadores do Brasil (FAEB), e da Associação Maranhense de Arte-Educadores (AMAE). É pesquisadora da temática sobre Arte-educação, violência escolar, cultura popular maranhense e gestão educacional.

SOBRE A ORIENTADORA

PROF.^ª DR.^ª FERNANDA RODRIGUES GALVE



Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012). Pós-doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2020). Atualmente é docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e docente do Programa de Pós - Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB- UFMA), Campus Bacanga. Integrante do grupo de pesquisa HILL (História, cultura letrada e outras linguagens). Coordenadora do Grupo de estudo, POLIFONIA: História e Literatura na América Latina e Caribe mediações transculturais. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História da América Latina e Caribe, arte e literatura.

ANEXOS

ANEXO A – Carta de apresentação para concessão de pesquisa de campo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DE ENSINO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)



CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO

Prezado/a Senhor/a: **Felipe Martins Sampaio**
Gestor Geral do Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa - Matões do Norte

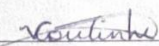
Vimos por meio desta apresentar-lhe o/a estudante **VANIA PIMENTEL SILVA** regularmente matriculado/a no **Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica** da Universidade Federal do Maranhão, sob matrícula de Nº **2021107405** para desenvolver sua pesquisa de Mestrado intitulada **"O ENSINO DE ARTE E A PREVENÇÃO DO BULLYING: Um estudo no Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa em Matões do Norte - MA"**.

Na oportunidade, solicitamos autorização de Vossa Senhoria em permitir a realização desta pesquisa nesta renomada unidade educacional de modo que o/a referido/a estudante possa coletar dados por meio de observações, entrevistas, questionários e/ou outros meios metodológicos que se fizerem necessários.

Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre e esclarecido que será assinado pelos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para quaisquer esclarecimentos.

São Luís, 14 de dezembro de 2022.


Profa Dra Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes
Coordenadora do PPGEEB/UFMA
Matrícula SIAPE: 1352588

